



ACADEMIA MILITAR

A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica.

Autor: Aspirante de Infantaria Diogo Manuel Martins Vicente

Orientador: Professora Doutora Luísa Maria Carreira Ferreira Mascoli
Coorientador: Capitão de Cavalaria Mafalda Martins

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015



ACADEMIA MILITAR

A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica.

Autor: Aspirante de Infantaria Diogo Manuel Martins Vicente

Orientador: Professora Doutora Luísa Maria Carreira Ferreira Mascoli
Coorientador: Capitão de Cavalaria Mafalda Martins

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
os únicos a quem devo tudo.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta investigação, no âmbito do Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, não seria possível sem a ajuda e apoio de pessoas com os melhores conhecimentos e experiência nesta área, que fruto das suas qualidades técnicas, facultaram preciosas indicações e apoio imensurável, viabilizaram a sua execução.

Ao longo dos últimos meses de investigação, contei com o apoio de diversas pessoas, às quais não poderia deixar de agradecer. Desta forma, agradeço publicamente:

À minha Orientadora Professora Doutora Luísa Mascoli, pela extrema dedicação, amizade, compreensão e espírito de sacrifício, bem como toda a permanente disponibilidade na elaboração de todo este trabalho de investigação;

À Professora Doutora Ana Romão, principal responsável pela escolha do tema por mim abordado;

Aos especialistas entrevistados, pela forma como cederam as entrevistas e pela máxima disponibilidade e cooperação na realização deste trabalho, sendo a sua enorme experiência um factor fundamental;

Ao Cabo-Chefe Santos, da Seção de Programas Especiais do Destacamento Territorial de Castelo Branco pela sua simpatia, pelas suas “lições” e pela experiência partilhada.

Ao meu pai e mãe pelo amor e compreensão que me dão, apesar da minha permanente ausência;

À minha irmã, pela paciente e exaustiva revisão do presente trabalho, e pela pessoa amiga e exemplar que é;

À minha avó, pelo exemplo de coragem e determinação;

À minha namorada, pela paciência e compreensão, e pelo tempo despendido na revisão deste trabalho.

A todos, o meu muito obrigado.

Diogo Vicente

RESUMO

Nos dias de hoje a Violência Doméstica assume-se como um grave problema social, que não escolhe idade ou género. Neste âmbito, o nosso Trabalho de Investigação Aplicada irá incidir sobre a temática da Violência Doméstica perpetrada contra uma vítima especialmente vulnerável – a pessoa idosa, e que está subordinado ao tema “A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica”.

Este trabalho de investigação reveste-se de uma elevada importância e de cariz atual, não apenas pela sua pertinência ao nível institucional, mas também pela necessidade de investigação científica sobre esta matéria.

A abordagem a este tema incidirá fundamentalmente sobre todo o formato que contorna a atuação da Guarda Nacional Republicana, nomeadamente, nas ações promovidas em prol da diminuição do fenómeno da Violência Doméstica cometida contra os(as) idosos(as). Passando por caracterizar o tipo de violência contra os(as) idosos(as), e a intervenção nesta problemática. A nossa investigação tem como principal finalidade apurar a resposta da Guarda Nacional Republicana no acompanhamento das vítimas, bem como apurar a resposta ao nível preventivo da violência infligida a este grupo de vítimas, avaliando os procedimentos exercidos na prevenção da violência contra idosos, caracterizando este público-alvo. Desta forma, surge-nos a nossa questão central que se prende em compreender “Quais os procedimentos efetuados no âmbito da prevenção de violência doméstica na vítima idosa?”

Para além do nosso objetivo geral, foram estabelecidos objetivos específicos. Para atingirmos estes objetivos houve a necessidade de levantar questões derivadas de modo a avaliar os procedimentos exercidos pela Guarda Nacional Republicana na prevenção da violência contra idosos.

A metodologia adotada nesta investigação decorre do objetivo do projeto do Trabalho de Investigação Aplicada, que irá corresponder à adoção de procedimentos específicos e característicos da metodologia científica, para este estudo exploratório. Será privilegiada a metodologia qualitativa e quantitativa, recorrendo à análise estatística univariada de dados recolhidos. Os procedimentos incluíram várias técnicas nomeadamente a técnica de entrevista a especialistas na área da Violência Doméstica,

através da análise documental sobre a execução do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência de Doméstica e de Género, e da análise relativa aos dados do Relatório do Envelhecimento e Violência da GNR (2012/2013). Este trabalho é composto em três fases, a fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica.

Em nota conclusiva, com esta investigação é-nos permitido caracterizar as vítimas e os agressores dos(as) idosos(as), referir que a Guarda Nacional Republicana adota procedimentos no âmbito da prevenção de violência doméstica na vítima idosa, que concorrem para a diminuição deste fenómeno criminal, nomeadamente através de projetos que desenvolve internamente e de parcerias com outras organizações exteriores à Guarda Nacional Republicana.

Palavras-Chave: Guarda Nacional Republicana, Violência Doméstica, Vítima Idosa, Prevenção.

ABSTRACT

Today Domestic Violence constitutes a serious social problem, that does not choose age or gender. In this context, our Applied Research Work will focus on the theme of domestic violence perpetrated against a particularly vulnerable victim – the elder, and is entitled "The GNR and the elderly victim. Prevention of domestic violence ".

This research work is of utmost importance and topical, not only by its relevance to the institutional level, but also by the need for scientific research on this subject.

The approach to this issue will focus primarily on any format that bypasses the work of the National Republican Guard, in particular the actions toward the decrease of domestic violence committed against (the) elderly. As well as to characterize the type of violence against the elderly, and the intervention in this problem. The main purpose of our research is to determine the response of the National Republican Guard in the follow-up of victims, and evaluating the procedures exercised in the prevention of violence against the elderly, characterizing this audience. This way, the main issue arises - "What are the procedures performed in the prevention of Domestic Violence in the elderly victim?"

Besides our overall objective, specific objectives were set. In order to achieve these goals it was necessary to raise questions so that we could evaluate the procedures exercised by the National Republican Guard in the prevention of violence against the elderly.

The methodology used in this investigation stems from the purpose of the Applied Research Work project, which will match the adoption of specific and characteristic procedures of scientific methodology for this exploratory study. Attention will turn to the qualitative and quantitative methodology, using univariate statistical analysis of the data collected. The procedures included various techniques including interview technique to specialists in the field of Domestic Violence, through the analysis of documents on the implementation of the Fifth National Plan to Prevent and Combat Domestic Violence and Gender, and the analysis of the data from the Ageing and Violence Report of the GNR (2012/2013). This study consisted of three phases, the conceptual stage, methodological phase and the empirical phase.

To conclude, this research allowed us to characterize the victims and the perpetrators of (the) Elderly, as well as to check that the National Republican Guard adopts

procedures in the prevention of domestic violence in elderly victim, that contribute to the reduction of this criminal phenomenon mainly through projects that develops internally and through partnerships with other organizations outside the National Republican Guard.

Keywords: National Republican Guard, Domestic Violence, Elderly Victim, Prevention.

ÍNDICE

Dedicatória.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice	vii
Índice de Figuras	xi
Índice de Tabelas	xii
Lista de apêndices e anexos.....	xiii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xiv
 Capítulo 1 – Introdução	 1
1.1. Enquadramento da investigação	1
1.2 Importância da investigação e justificação do tema	2
1.3. Definição dos Objetivos	5
1.3.1. Objetivo Geral	5
1.3.2. Objetivos específicos.....	6
1.4. Metodologia.....	7
1.5. Estrutura do trabalho.....	7
 Capítulo 2 – Abordagem Conceptual	 9
2.1 Guarda Nacional Republicana	9
2.2 Crime de Violência Doméstica	10

2.3 A Vítima Idosa.....	17
2.4 A Prevenção criminal	19
Capítulo 3 – Metodologia e Procedimentos.....	23
3.1 Metodologia da investigação	23
3.2 Hipóteses.....	25
3.3 Instrumentos de Recolha de Dados.....	26
3.4 Entrevista	26
3.5 Análise documental	27
3.6 Amostra.....	27
Capítulo 4 – Resultados.....	30
4.1 Vítima	30
4.1.1 Caraterização sociodemográfica das vítimas.....	30
4.1.2 Caracterização da vítima	34
4.2 Agressor(a)	35
4.2.1 Caracterização do(a) Agressor(a)	35
4.3 Tipos de violência.....	35
4.3.1 Condutas da violência.....	36
4.3.2 Tipo de relação das vítimas de violência (financeira, psicológica e física) com o(a) agressor(a)	36
4.3.3 Condutas da violência física	37
4.3.4 Condutas da violência psicológica	38
4.3.5 Condutas da violência financeira.....	39
4.3.6 Violência sexual	40
4.3.7 Negligência.....	40
4.4 Caraterização das condutas específicas de violência.....	40

4.5	Caraterização das experiências de violência vivenciadas.....	41
4.6	Caraterização das frequências de ocorrência das formas de violência	42
4.6.1	Violência financeira.....	42
4.6.2	Violência física	43
4.7	Polivitimização	43
4.8	Percepções da gravidade da violência	45
4.9	Execução do Plano Nacional de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Gênero.....	46
4.10	Análise de conteúdo das Entrevistas.....	47
4.10.1	Análise de Conteúdo à Questão Q1	48
4.10.2	Análise de Conteúdo à Questão Q2	49
4.10.3	Análise de Conteúdo à Questão Q3	50
4.10.4	Análise de Conteúdo à Questão Q4	51
4.10.5	Análise de Conteúdo à Questão Q5	52
4.10.6	Análise de Conteúdo à Questão Q6	53
4.10.7	Análise de Conteúdo à Questão Q7	54
4.10.1	Análise de Conteúdo à Questão Q8	56
4.11	Discussão de Resultados	57
Capítulo 5	– Conclusões e Recomendações	61
5.1	Considerações finais	61
5.2	Limitações à investigação e propostas futuras.....	64
Referências Bibliográficas	65
Apêndices		1
Apêndice A – Carta de Apresentação		2

Apêndice B – Guião de Entrevista	4
Apêndice C – Entrevista 1	6
Apêndice D – Entrevista 2.....	9
Apêndice E – Entrevista 3	12
Apêndice F – Entrevista 4	20
Apêndice G – Entrevista 5.....	22
Apêndice H – Entrevista 6.....	26
Apêndice I – Matriz de codificação alfanumérica das Entrevistas – Análise de conteúdo. 30	
Apêndice J – Tabela que define os Eixos Estratégicos e as medidas constantes do V PNPCVDG (2014-2017)	32
Apêndice K – Tabela final comparativa quanto à tipologia de violência, vítimas e agressores(as).....	36
 Anexos	 40
Anexo A – Ficha de Registo do Idoso(a)	41
Anexo B – Ficha de Residência do idoso(a)	43
Anexo C – Ficha de Sinalização do Idoso(a)	44
Anexo D – Folheto de sensibilização para o Crime de VD sobre os idosos(as).	45

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura dos Objetivos	6
Figura 2. Tipologia da Violência.....	12
Figura 3. Avaliação do Risco.	14
Figura 4. Plano de Segurança Pessoal e em Rede	16
Figura 5. Enquadramento dos Programas Especiais na estrutura do CO.	20
Figura 6. Cinco medidas estratégicas do V PNPCVDG.....	21
Figural 7. Distribuição da amostra do sexo masculino ($n=32$) segundo a Classificação de Profissões 2010.....	33
Figura 8. Distribuição da amostra do sexo feminino ($n=97$) segundo a Classificação de Profissões 2010.....	34
Figura 9. Tipo de relação entre vítimas e agressores(as) por tipo de violência.....	37
Figura 10. Distribuição das vítimas de “Bater/agredir” ($n=101$) segundo a relação com o agressor(a).	38
Figura 11. Distribuição das vítimas de “impedir falar, estar com outras pessoas” ($n=23$) segundo a relação com o agressor.	38
Figura 12. Distribuição das vítimas das condutas da violência psicológica segundo o tipo de relação com o(a) agressor(a).....	39
Figura 13. Distribuição das vítimas da “Apropriação de casa”(n=14) segundo a relação com o(a) agressor(a).	40
Figura 14: Condutas (formas) de violência no idoso.....	41
Figura 15. Distribuição das frequências de ocorrência para as condutas da violência financeira no idoso.....	42
Figura 16. Distribuição das frequências de ocorrência para as condutas da violência física no idoso.	43
Figura 17. Condutas da violência reportadas por polivítimas ($n=85$).	44
Figura 18. Medidas constantes do V PNPCVDG (2014 - 2017) em que a GNR é a entidade envolvida	47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos respondentes segundo os grupos etários.....	30
Tabela 2. Distribuição dos respondentes por Região.	30
Tabela 3. Distribuição dos respondentes segundo o estado civil.	31
Tabela 4. Distribuição dos respondentes segundo a dimensão do agregado familiar.	31
Tabela 5. Distribuição dos respondentes segundo o tipo da família.	31
Tabela 6. Distribuição dos respondentes segundo o nível de ensino frequentado.	32
Tabela 7. Distribuição dos respondentes segundo a situação atual perante o trabalho.	32
Tabela 8. Distribuição das participantes segundo a Classificação de Profissões.	33
Tabela 9. Tipo de violência nos idosos.....	35
Tabela 10. Distribuição das vítimas do roubo segundo a relação com o(a) agressor(a).	39
Tabela 11. Formas de violência nos idosos	41
Tabela 12. Ato de violência mais grave.	45
Tabela 14. Análise de resultados à questão Q1 – “De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?”	48
Tabela 15. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q1 – “De acordo com a sua experiência profissional, existe, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?”	49
Tabela 16. Análise de resultados à questão Q2 – “Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?”	49
Tabela 17. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q2 – “Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?”	50
Tabela 18. Análise de resultados à questão Q3 – “Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?”	50
Tabela 19. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q3 – “Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?”	51
Tabela 20. Análise de resultados à questão Q4 – “Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?”	51
Tabela 21. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q4 – “Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?”	52

Tabela 22. Análise de resultados à questão Q5 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim, quais?”	52
Tabela 23. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q5 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim, quais?”	53
Tabela 24. Análise de resultados à questão Q6 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim, quais?”	54
Tabela 25. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q6 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim, quais?”	54
Tabela 26. Análise de resultados à questão Q7 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim, quais?”	55
Tabela 27. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q7 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim, quais?”	56
Tabela 28. Análise de resultados à questão Q8 – “Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor nos pós-punição?”	56
Tabela 29. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q8 – “Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor nos pós-punição?”	56
Tabela 30. Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas – Análise de conteúdo	30

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice

Apêndice A – Carta de Apresentação

Apêndice B – Guião de entrevista

Apêndice C – Entrevista 1

Apêndice D – Entrevista 2

Apêndice E – Entrevista 3

Apêndice F – Entrevista 4

Apêndice G – Entrevista 5

Apêndice H – Entrevista 6

Apêndice I – Matriz de codificação alfanumérica das Entrevistas

Apêndice J – Tabela que define os Eixos Estratégicos e as medidas constantes do V PNPCVDG (2014-2017)

Apêndice K – Tabela final comparativa quanto à tipologia de violência, vítimas e agressores(as)

Anexos

Anexo 1 – Ficha de Registo do Idoso

Anexo 2 – Ficha de Residência do Idoso

Anexo 3 – Ficha de Sinalização do Idoso

Anexo 4 – Folheto de sensibilização para o crime de Violência Doméstica sobre os idosos

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM – Academia Militar
BD – Base de Dados
CARI – Comando de Administração de Recursos Internos
CDF – Comando de Formação e Doutrina
CF – Comentário Final
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CO – Comando Operacional
CP – Código Penal
CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPP – Código Processual Penal
CSM – Conselho Superior de Magistratura
CTer – Comando Territorial
DCPF – Divisão de Cooperação e Projeção de Forças
DEO – Divisão de Emprego Operacional
DEPO – Divisão de Estudos, Planeamento e Organização
DGAJ – Direção Geral da Administração Interna
DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DI – Direção de Informações
DIC – Direção de Investigação Criminal
DO – Direção de Operações
EG – Escola da Guarda
EII – Equipas de Investigação e Inquérito
FFSS – Forças e Serviços de Segurança
FS – Forças de Segurança
GCG – General Comandante Geral
GNR – Guarda Nacional Republicana
H1 – Hipótese um
H2 – Hipótese dois
H3 – Hipótese três

IAVE – Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas
IC – Investigação Criminal
ID – Identificação do número do processo da vítima
INE – Instituto Nacional de Estatística
JIC – Juiz de Instrução Criminal
LOGNR – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MAI – Ministério da Administração Interna
MEC – Ministério da Educação e da Ciência
MP – Ministério Público
MS – Ministério da Saúde
MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
NAIIC – Núcleos de Análise de Informação e Investigação Criminal
NEP – Norma de Execução Permanente
NIAVE – Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas
OE – Objetivos Específicos
OG – Objetivo Geral
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPC – Órgão de Polícia Criminal
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PGR – Procuradoria Geral da República
PSP – Polícia de Segurança Pública
QC – Questão Central
QD1 – Questão Derivada um
QD2 – Questão Derivada dois
QD3 – Questão Derivada três
QD4 – Questão Derivada quatro
QD5 – Questão Derivada cinco
RASI – Relatório Anual de Segurança Interna
RPE – Repartição de Programas Especiais
RVD – Risco de Violência Doméstica
SGO – Sistema de Gestão Operacional
SIIC – Secção de Informações e Investigação Criminal

SIIOP – Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais

SITREP – Relatório de Situação

SPE – Secção de Programas Especiais

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TIA – Trabalho de Investigação Aplicado

V PNPCVDG – 5.º Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

VD – Violência Doméstica

VI – Vítima Idosa

WHO – *World Health Organization*

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento da investigação

A Academia Militar (AM) forma através dos Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR), oficiais que posteriormente irão pertencer aos Quadros Permanentes da GNR. Como tal, existem exigências próprias que ao longo de cinco anos são lapidadas. Tudo culmina no quinto ano, designadamente com tirocínio para oficiais. O quinto ano é composto por três partes, a primeira meramente académica com inúmeras unidades curriculares relativas às várias componentes jurídicas que envolvem a instituição e que se desenvolve na Escola da Guarda (EG) em Queluz, a segunda por um estágio nos Comandos Territoriais, e por fim, termina com a elaboração do Trabalho de Investigação Aplicado (TIA). Após o *terminus* do Curso, este confere habilitações no âmbito do segundo Ciclo de Bolonha, em Ciências Militares na Especialidade de Segurança.

Neste âmbito, surge este TIA subordinado ao tema “A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica.”

Com o trabalho de investigação aqui apresentado, embora se constitua como um requisito essencial para o desfecho do curso, irá permitir, fundamentalmente, ao seu autor obter “ferramentas” importantes acerca do conhecimento, relativo aos meios e métodos de investigação, assim como, expandir o interesse relativamente a esta problemática no qual a GNR tem um papel crucial. Este trabalho irá focalizar-se no modelo de intervenção da GNR no âmbito da prevenção à vítima de Violência Doméstica idosa(o) que se encontram em situação de risco por serem vítimas especialmente vulneráveis, também neste tipo de crime.

Ao longo dos anos, a disputa pelos interesses tem conduzido o ser humano a inúmeros atos de violência, que por força do surgimento de legislação condenatória de tais ações têm feito com que haja uma diminuição dos mesmos. Esse tipo de violência não escolhe idade ou género, e segundo Quaresma (2012) ocorre inúmeras vezes na esfera privada, entre indivíduos intimamente ligados ou que detêm laços de consanguinidade, sob

a forma de violência física, psicológica, sexual, financeira ou económica, abandono, negligência, auto-negligência, emocional e social (Júnior, Melman, Celiberti, & Aoki, 2007). Falamos portanto de Violência Doméstica (VD) perpetrada contra a Vítima Idosa (VI).

De acordo com Dias (2000) a problemática da VD desde os anos oitenta começou a ser conotada como problema social, sendo que foi a partir desta altura que a sociedade portuguesa começa a “despertar” para um problema emergente e carente de atenção por parte de todos.

A GNR como Força de Segurança (FS) tem um papel fundamental perante a sociedade na prevenção deste crime público, como tal, desenvolveu programas de apoio à VI, assim como, programas de apoio a idosos em situação de isolamento, através do “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” e do desenvolvimento da “Rede de Apoio a Idosos Vítimas de Violência – RADAR”. Estes programas surgem no âmbito de “garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas” (Guarda Nacional Republicana, 2015), particularmente, aquelas que vivem isoladas dos centros das populações, ajudando a prevenir situações de risco através do policiamento de proximidade e do levantamento detalhado dos dados de todos os idosos que vivem de forma isolada por forma a colaborar e partilhar informação com outras entidades.¹ (Vide Anexo A, B e C)

A pertinência deste TIA surge na medida em que, cada vez mais os idosos estão expostos ao isolamento e à mercê da violência que lhes é perpetrada por aqueles lhes são mais próximos, sendo o isolamento um factor potenciador das demais formas de VD, e cabe à GNR como FS prevenir, localizar e auxiliar estas vítimas específicas – os idosos, e promover ao seu alcance a resposta mais adequada.

1.2 Importância da investigação e justificação do tema

Segundo alguns autores, como Marconi e Lakatos (2003), quando discorremos acerca de um tema, estamos a abordar um “ assunto que se deseja provar ou desenvolver” (p. 218).

¹ RADAR – Protocolo firmado pela Guarda Nacional Republicana, Câmara Municipal de Almada, Segurança Social e Instituições particulares de Solidariedade Social do Conselho de Almada, de 24 de Novembro de 2014, com o objetivo de firmar os termos do compromisso no desenvolvimento da Rede de Apoio a Idosos Vítimas de Violência.

O tema que iremos abordar assume-se como de elevada pertinência e importância para o quotidiano da sociedade, pelo que, é um assunto emergente e de interesse público que carece de toda a preocupação, não só, pelo risco acrescido de incidência e/ou reincidência de casos de VD contra a pessoa idosa, mas pelo impacto que tem nas famílias e na sociedade.

Torna-se portanto, pertinente, o estudo sobre o que é realizado pela GNR no âmbito da prevenção deste tipo de crime tendo em atenção a vítima específica – o(a) idoso(a), assim como, sobre os desafios que lhe são colocados no decorrer desta atividade. Contudo, afigura-se também de elevada pertinência toda esta envolvência para um futuro oficial da GNR, pelo que, ao nível profissional terá de compreender os contornos deste tipo de crime que se assumem perante aqueles que se dedicam à investigação criminal e ao policiamento de proximidade na presente área.

A abordagem a este tema irá incidir fundamentalmente sobre todo o formato que contorna a atuação da GNR, nomeadamente, nas ações promovidas em prol do decréscimo da VD cometida contra os idosos. Passando por caracterizar o tipo de violência dirigida a idosos, e a intervenção nesta problemática. O TIA tem por principal finalidade estudar e analisar a resposta da GNR no acompanhamento das vítimas, bem como a resposta ao nível preventivo da violência infligida a este grupo de vítimas.

Fruto da evolução demográfica, o segmento populacional designado por “idosos” tem vindo a aumentar, encontrando-se por vezes em situação de isolamento e de vulnerabilidade. Tais características, entre outras, justificam uma abordagem específica das práticas de violência contra este grupo populacional e o apuramento das ações da GNR neste âmbito. O trabalho de campo será delimitado pela análise documental, análise de execução do plano (V PNPCVDG) e análise de conteúdo às entrevistas com especialistas ou testemunhas privilegiadas.

Existe portanto, uma elevada importância e interesse por parte da GNR nesta temática, o que exige a necessidade de investigação, devido à natureza do facto criminal e à natureza dos receptores das ações desenvolvidas, no presente caso, as vítimas específicas especialmente vulneráveis, o que desde logo é assumido pela GNR como um tema importante, sendo este um dos seus objetivos estratégicos.

Ao longo dos últimos 15 anos tem aumentado o interesse e a participação das Forças e Serviços de Segurança (FFSS) na prevenção deste tipo de crime, e para tal foram criados internamente à GNR núcleos, como os Núcleos de Investigação e de Apoio a

Vítimas Específicas (NIAVE) e as Equipas de Investigação e Inquérito (EII) “que incidem a sua atuação na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência exercida sobre mulheres, crianças e outros grupos de vítimas específicas” (Castanho & Quaresma, 2014, p. 69).

Na atualidade, a VD constitui-se como um crime público no ordenamento jurídico nacional, embora outrora fosse considerado como crime semipúblico. Este tem sofrido inúmeras alterações ao longo dos tempos, o que tem merecido o olhar atento por parte das FFSS. Com essa evolução, e com o aumento acentuado das ocorrências devido a este facto criminal, a GNR, que é parte integrante nas FFSS, segundo o Artigo 6º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, alterada, pela Lei n.º 38/2015, de 11 de maio, tem competência em matéria de IC para crimes de VD, por vezes com contornos deveras violentos.

A necessidade de diminuir o número de crimes desta índole, levou ao aumento do reforço da prevenção e de ações desenvolvidas pelas FFSS, e que se materializou na elaboração do Quinto Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG), sendo que a GNR desenvolveu atividades e formas de atuação com recursos para esse fim. O referido Plano, no que concerne nomeadamente ao idoso vítima de VD, estabelece medidas direcionadas para a sensibilização contra a violência, para as metodologias de avaliação de risco no apoio a vítimas de VD, para a sensibilização dos municípios no apoio social a estas vítimas e em especial a vítimas particularmente vulneráveis designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência, para o aumento de ações de formação com aqueles que trabalham com este tipo de vítimas específicas, assim como, com todos os equipamentos de apoio às mesmas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, 2013). (Vide Apêndice J)

É pertinente, para o nosso trabalho de investigação analisar a multiplicidade de modalidades de ação que a GNR pode tomar, sendo que é de extrema importância caracterizar este tipo de público-alvo, assim como, identificar casos específicos de idosos que vivem isolados e/ou que sofrem de VD por parte de quem lhes é próximo, para que atempadamente se possa atuar na prevenção, diminuindo o risco de reincidência e evitando o surgimento de novos casos.

1.3. Definição dos Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Para compreendermos verdadeiramente aquilo que pretendemos investigar, teremos de elaborar um tema que, como vimos anteriormente, é algo que tencionamos provar ou desenvolver, que pode surgir de uma simples curiosidade científica, e que de uma forma abrangente, será “o assunto geral sobre o qual se deseja realizar a pesquisa” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 218).

Com a realização deste TIA subordinado ao tema “A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica”, pretendemos compreender os procedimentos relativamente à VD perpetrada contra a pessoa idosa, que procedimentos, e de que forma podem potenciar a prevenção do risco de ocorrência de novos casos, reiterados ou não, de VD contra esta vítima específica tão vulnerável, dando uma resposta adequada aos desafios que emergem da sociedade.

Validarmos cientificamente um problema, segundo Marconi e Lakatos (2003), significa que este deve dar respostas a algumas questões que se colocam, nomeadamente, “se o problema pode ser enunciado numa questão, se corresponde aos objetivos pessoais, se tem conteúdo e metodologia, se relaciona entre si pelo menos dois fenómenos, se é objeto de investigação sistemática, controlada e crítica e se pode ser empiricamente verificado” (Machado, 2013, p. 3). De acordo com os critérios acima referidos, verificamos que a nossa problemática se enquadra ao constatarmos que o problema é dotado para essa validade científica.

Deste modo, o nosso problema irá indicar a intenção principal deste projeto, correspondendo assim ao produto final que pretendemos atingir (Sousa & Baptista, 2011), e que se traduz no seguinte Objetivo Geral (OG) avaliar os procedimentos exercidos na prevenção da violência contra idosos, caracterizar este público-alvo consubstanciando-se intimamente com a Questão Central (QC) em estudo neste trabalho de investigação, sobre “Quais os procedimentos efetuados no âmbito da prevenção de violência doméstica na vítima idosa?”. Após o enquadramento do nosso problema com a QC, iremos detalhar os objetivos específicos que se afiguram como pertinentes para o avanço deste trabalho de investigação.

1.3.2. Objetivos específicos

Por forma a alcançar o nosso OG, e segundo Sousa e Baptista (2011), existe a necessidade de serem formulados Objetivos Específicos (OE), para que de forma gradual e progressiva consigamos chegar à meta final que se pretende atingir.

Portanto, importa nesta fase do nosso estudo delimitar os OE, relacionando-os diretamente com o OG. Deste modo, o nosso OE pretende: Avaliar os níveis de reincidência do facto criminoso; Avaliar quais as medidas implementadas e quais as suas estratégias; e Avaliar quais os índices de ocorrência.

Após a formulação da QC e do OE, emergem as seguintes Questões Derivadas (QD), tal como podemos verificar na Figura 1.

QD(1): Quais os projetos especiais/internos que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

QD(2): Quais os programas de prevenção de reincidência em prol da vítima idosa?

QD(3): Quais os programas de vigilância em prol da vítima idosa?

QD(4): Quais os mecanismos de controlo do(a) agressor(a) em liberdade?

QD(5): Quais as características das vítimas/agressores(as) e das tipologias de violência?

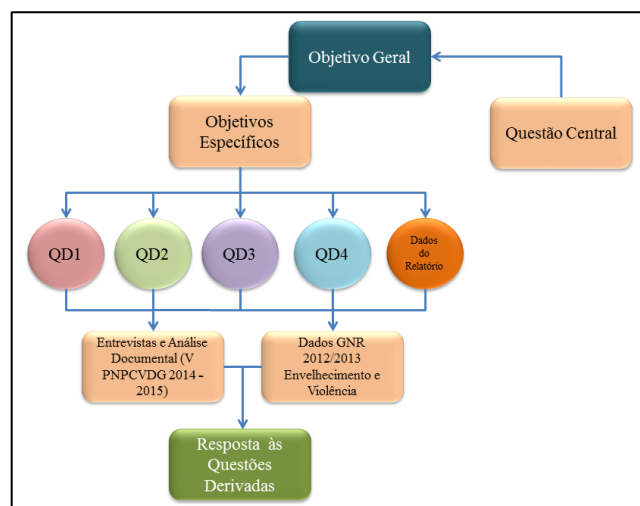


Figura 1². Estrutura dos Objetivos do TIA

Fonte: Autor

² Optou-se, por uma questão de economia de espaço, na maioria das figuras e tabelas e, sempre que possível, espaçamento simples. Os títulos descrevem de forma sumária os conteúdos apresentados. Nem sempre foi possível de evitar quebrar Tabelas dado a extensão da informação nelas contidas.

1.4. Metodologia

A fase metodológica³ (Freixo, 2011) adotada decorre dos objetivos do projeto do TIA, que irá corresponder à adoção de procedimentos específicos e característicos da metodologia científica, para este tipo de estudo exploratório, bem como, na criação dos instrumentos adequados para a recolha e tratamento da informação considerada pertinente. Privilegiar-se-á, a metodologia qualitativa e quantitativa, recorrendo à análise estatística univariada de dados recolhidos. Através da técnica de entrevista, visto ser um meio privilegiado de recolha direta de informações relativas a um conjunto de elementos, traduzidos em variáveis. Através da análise documental que segundo Sousa e Baptista (2011) é um meio de obtenção de informação por forma a descobrir novos aspetos relacionados com um determinado problema. A amostra dos entrevistados será por conveniência e não probabilística, composta pelos elementos da estrutura da IC do CO e do CDF da GNR. A amostra das vítimas idosas de igual modo composta pelo número de respondentes aos questionários da GNR.

1.5. Estrutura do trabalho

A realização deste trabalho rege-se pela Norma de Execução Permanente (NEP) nº 520, 2ª edição, da AM de 29 de abril de 2013, pelas Normas para a elaboração de Bibliografias, Referências Bibliográficas e Citações – Normas da APA, 6.ª edição (*American Psychological Association*), assim como, pelo Prontuário da Língua Portuguesa, 2013.

A elaboração do nosso trabalho de investigação exigiu a recolha atenta de dados bibliográficos essenciais respeitantes ao tema que se pretende investigar, sendo que, após esta recolha, conseguimos reunir o máximo de informação, mediante as nossas limitações, obtendo assim a necessária informação para a definição de conceitos e construtos. Essa recolha, permitiu-nos expandir o conhecimento relativo ao tema a tratar, na medida em que

³ Para Freixo (2011), como metodologia (método) entende-se “o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do investigador”, contudo, por fase metodológica entende-se o conjunto de “todos os elementos que ajudam a conferir à investigação um caminho ou direção (...), questões ligadas à ética exigida em investigação e ao desenho (ou plano) de processo de investigação”. (p. 78 e 79)

toda essa informação nos permitiu clarificar os conceitos, considerados por nós como palavras-chave.

O desenvolvimento deste TIA desenrola-se, segundo Freixo (2011), em três fases distintas, a Conceptual, a Metodológica e a Empírica, caracterizando-as da seguinte forma. A primeira fase, Conceptual, prende-se fundamentalmente em formular ideias e definir conceitos, tendo como objetivo clarificar e organizar o objeto de estudo. A segunda fase, ou seja, a fase Metodológica, visa conferir à nossa investigação orientações, através da abordagem a questões associadas à ética da investigação e ao esboço do processo de investigação, bem como definir procedimentos, técnicas e fases ligadas ao método de investigação científica empregue. Por fim, consideramos a fase Empírica como a terceira e última fase, sendo este o momento em que colocamos aquilo que delineamos como esboço em execução, através da recolha de dados, fruto da utilização dos meios de recolha de dados, e da sua organização, o que nos permite a análise de conteúdos, discussão dos dados à luz dos objetivos traçados e do referencial recolhido.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a fase Conceptual é constituída por uma introdução e por um capítulo, sendo este, composto por um enquadramento, pela importância da investigação e justificação da escolha. O segundo capítulo, é constituído pelo enquadramento teórico do tema a investigar, formulando os principais conceitos a abordar. A segunda fase, a Metodológica, é composta por um capítulo, fazendo a abordagem ao método, às técnicas e aos procedimentos.

A terceira fase é de cariz prático e diz respeito à fase Empírica. Nela são apresentados todos os resultados obtidos através do trabalho de campo realizado, analisando-os de acordo com os conceitos abordados na fase Conceptual, para posteriormente ser apresentada uma síntese conclusiva em conjunto com algumas recomendações finais, sendo esta fase constituída por dois capítulos.

CAPÍTULO 2 – ABORDAGEM CONCEPTUAL

O conceito, apresenta o seu significado como uma “representação mental, abstracta e geral, de um objeto” (Porto Editora, 2003-2015), deste modo, o conceito “expressa uma abstração, formada mediante a generalização de observações particulares” (Marconi & Lakatos, 2004, p. 115). Importa, definir aquilo que é o conceito por forma a compreendermos toda a matéria que iremos abordar neste nosso trabalho de investigação.

2.1 Guarda Nacional Republicana

Ao longo dos 104 anos de existência e de serviço em prol do povo português em Portugal, a Guarda Nacional Republicana, que define-se como uma Força de Segurança de Natureza Militar e:

(...) desenvolve a sua atividade em função da defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e tranquilidade pública nas respetivas áreas e matérias da sua responsabilidade. Decorre desta missão, entre outras atribuições, manter e restabelecer a segurança dos cidadãos (...) prevenindo ou reprimindo atos ilícitos contra os cidadãos cometidos (...) auxiliar e proteger os cidadãos; defender e preservar os seus bens que se encontrem em perigo (...) em todo o território nacional (...) (Lei n.º63/2007, de 6 de Novembro)⁴

Tem por missão atribuída “(...) no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional (...)” de acordo com a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º63/2007 de 6 de novembro). Existe portanto, uma necessidade de acompanhar o cidadão de forma próxima, garantindo a sua segurança e, ao mesmo tempo, atuando na prevenção dos demais atos criminais. À GNR, está atualmente atribuído cerca de 94% do território nacional, no qual se insere 54% da população (Guarda nacional Republicana, 2012).

⁴ Comunicação apresentada no painel “Vítimas e Agressores – Gestão institucional do risco, com intervenção comentada por um representante de cada uma das instituições parceiras do projeto”, no Seminário Apresentação pública dos resultados do Projeto Envelhecimento e Violência, de 25 de Fevereiro de 2014, na Fundação Calouste Gulbenkian – Auditório 2, em Lisboa.

Existe contudo, a necessidade da GNR se adaptar à sua população, assim como, à tipologia de ocorrências criminais, pelo que, foi imperativo a criação de núcleos que permitissem atuar no âmbito da investigação, acompanhamento e prevenção de situações de risco (Quaresma, 2012). Foram então criados os Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, doravante NIAVE, que visam o apoio a vítimas de violência, no caso específico de mulheres, crianças e idosos, que se constituem como vítimas vulneráveis. Entre outras atribuições o NIAVE, que fora criado logo após a regulamentação do funcionamento dos Programas Especiais de Policiamento e Proximidade da GNR (Castanho, *et al.*, 2013), procura atuar no âmbito da prevenção, acompanhamento e investigação de situações de violência contra vítimas específicas (Quaresma, 2012). No mesmo sentido, surgiu o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, inserido numa panóplia de programas especiais criados pelo Ministério da Administração Interna, com o objetivo de garantir a segurança e a tranquilidade necessárias ao quotidiano dos idosos, prevenindo eventuais situações de risco e promovendo o trabalho das patrulhas junto da população (Guarda Nacional Republicana, 2015). Este trabalho desenvolve-se segundo algumas medidas que visam o aumento do patrulhamento em locais previamente identificados; a criação de contactos, permitindo o contacto rápido entre a pessoa idosa e GNR; a instalação de telefones em casa de idosas que se encontrem mais isolados; e por fim, a colaboração com as demais instituições sociais e entidades que apoiam a pessoa idosa (Guarda Nacional Republicana, 2015). Surgiu também o Projeto IAVE, que fora criada no seio da GNR, que tem como primordial intenção a prevenção, a IC e o apoio a populações especialmente vulneráveis.

Foi também desenvolvido, no âmbito da atividade protocolar, o Programa RADAR, que se destina a auxiliar todas as pessoas idosas que sejam vítimas de violência, em que o seu funcionamento é sustentado num determinado conjunto de entidades que desenvolvem mecanismos capazes de dar resposta a situações de violência.

2.2 Crime de Violência Doméstica

Durante a existência humana, sempre houve a necessidade do Homem estabelecer ligações entre si, o que, por vezes, se pode traduzir em agressões das mais variadas formas,

podendo resultar em vários tipos de Violência, nomeadamente, Violência Física, Psicológica, Sexual, Financeira e Negligência (Júnior, Melman, Celiberti, & Aoki, 2007).

Em Portugal, a Violência Doméstica, insere-se num crime contra a vida e contra a integridade física da pessoa humana, apenas se constitui como um problema social na década de oitenta (Quaresma, 2012), daí, a necessidade de criminalizar este tipo de ação, particularmente, através do Artigo 152º (Violência Doméstica) do CP que se transcreve:

1 – Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) O progenitor de descendente comum em 1º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber (...). (Decreto Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro), e 152-A (Maus Tratos) do CP:

1 – Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

- a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente;
- b) A empregar em atividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou
- c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 – Se dos factos previstos nos números anteriores resultar:

- a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;
- b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos. (Decreto Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro)

Ao falarmos de VD, importa definir com exatidão, para que possamos compreender este tipo criminal que tantos danos provoca a quem é agredido. A Violência Doméstica constitui-se como “o uso intencional da força física ou do poder, efetivo ou sob forma de ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, e que daí resulte ou possa resultar uma lesão, a morte, danos psicológicos, má formação ou privação”⁵ (World Health Organization, 2002, p. 4). Igualmente, de acordo com a ONU a violência doméstica consiste na “violência que ocorre na esfera da vida privada, geralmente entre indivíduos que estão relacionados por consanguinidade ou por intimidade. A violência doméstica pode assumir diferentes tipos de violência, incluindo a física, a psicológica e a sexual” (Quaresma, 2012, p. 20).

⁵ "The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation".

Quanto à tipologia, a Violência pode ser Auto-infligida; Interpessoal e Coletiva (World Health Organization, 2002). No entanto, não podemos confundir Violência Doméstica com Violência Interpessoal. Importa compreender que a Violência Doméstica enquanto fenómeno criminal, causa enormes perturbações emocionais e níveis de sentimento de insegurança elevados (Quaresma, 2012). Como podemos observar, a figura seguinte (Figura 2) estabelece a forma como a violência pode ser perpetrada.

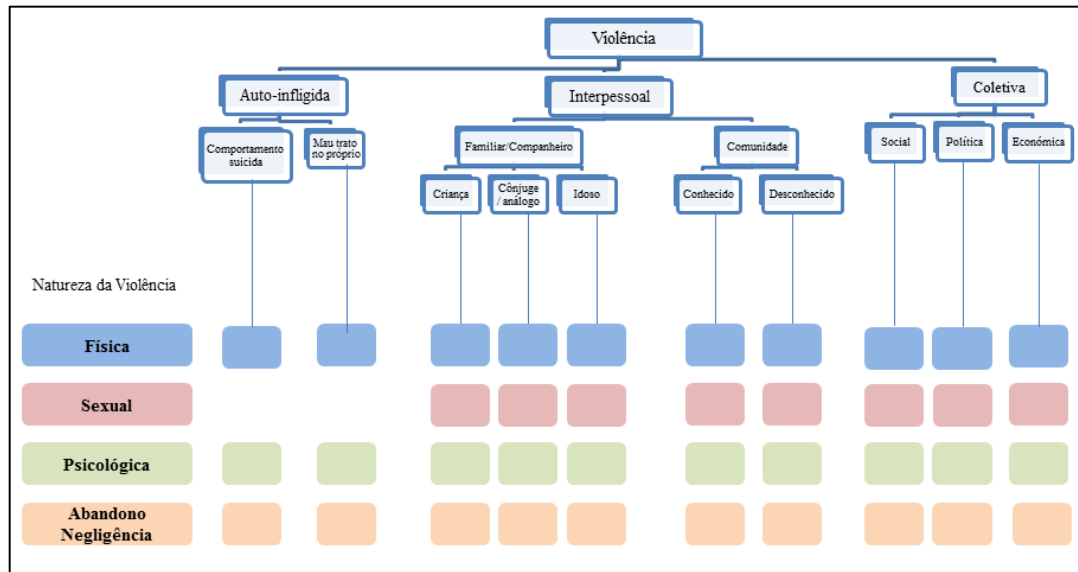


Figura 2. Tipologia da Violência.
Fonte: Adaptado do Relatório da World Health Organization, 2002.

Segundo o então Ministro da Administração Interna, quando nos pronunciamos acerca da Violência Doméstica falamos de “uma realidade muito concreta: de homens, mulheres, crianças e idosos cuja dignidade enquanto pessoa humana é posta em causa.” e que este “(...) é um crime em que todos, (...) temos a nossa quota de responsabilidade na prevenção e combate a este fenómeno.”[Macedo, M., citado em Prefácio, Quaresma, C. (2012). Violência Doméstica: Da participação da Ocorrência à IC. Lisboa: DGAI.]

Importa analisar criteriosamente os factores de risco para a violência perpetrada contra a pessoa idosa. A avaliação de risco irá estabelecer ligação entre o grau de risco de vitimização e aos eventuais ofensores (Castanho, *et al.*, 2013). Constituem-se então como factores de risco os seguintes: estado civil, idade da vítima, determinantes de saúde, determinantes sócio económicos, o(a) agressor(a), determinantes sócio situacionais do(a) agressor(a), características patológicas do(a) agressor(a), coabitação, e a rede social de suporte (Castanho, *et al.*, 2013).

A necessidade de prever comportamentos violentos por parte dos(as) agressores(as) é de difícil percepção, pelo que, contudo, é possível elaborar uma estimativa (probabilística) da possibilidade de ocorrência de um facto violento, através do processo de avaliação de risco (ameaça que um(a) agressor(a) representa em detrimento da vítima), por forma a dar orientações à intervenção policial (Castanho, *et al.*, 2013).

A avaliação de risco, no caso concreto dos idosos, pretende auxiliar na atribuição de um determinado nível de risco de revitimização da violência causadora de danos para a integridade física e que potencialmente culminaram em homicídio, aquando uma vítima de violência doméstica ou de maus tratos, efetua uma denúncia ao OPC (Castanho & Quaresma, 2014). Atualmente, existem três níveis de risco que ajudam na definição da gravidade de situação a que corresponde cada vítima – Baixo, Médio e Elevado (Castanho & Quaresma, 2014).

Importa portanto, de uma forma primordial, realizar a avaliação inicial de risco. Esta primeira avaliação deve:

Articular a opinião da vítima sobre o risco existente (para a própria ou para as crianças que dela dependam); b) Identificar a presença de indicadores de risco através de uma abordagem informal; c) Verificar se foi praticado um crime (por exemplo, agressão física, sexual, ameaças, danos à propriedade, perseguição e / ou violação de ordens judiciais); d) Identificar os factores de proteção que possam existir (por exemplo, uma medida de proteção por teleassistência, a prisão preventiva do/a agressor/a ou a permanência da vítima em casa de abrigo); e) Definir se o risco está presente e identificar medidas de proteção necessárias (por exemplo, aconselhamento em relação ao planeamento/ gestão da segurança); f) Proporcionar detalhes de serviços atualmente existentes de proteção à vítima; g) Registar o processo de avaliação e resultados. (Castanho, *et al.*, 2013, p. 95)

Por forma a compreendermos melhor, a Figura 3 faz uma referência esquemática às quatro áreas essenciais da avaliação de risco.



Figura 3. Avaliação do Risco.
Fonte: (Castanho, *et al.*, 2013, p. 94)

Atualmente, no que concerne à violência doméstica contra a vítima idosa, a avaliação de risco é elaborada para atingir quatro objetivos concretos, por forma a obter a necessária e adequada resposta a toda e qualquer tipo de violações feitas pelos(as) agressores(as) às vítimas. O esquema seguinte mostra os quatro objetivos concretos no que concerne à meta a atingir pela avaliação de risco.

Na avaliação de risco, e perante a presença da vítima idosa, é fundamental que a GNR compreenda todas as enquadrantes que envolvem o quotidiano da vítima, para que seja elaborada uma rigorosa avaliação de risco de cada caso, atuando assim na prevenção. Falamos portanto dos factores de risco (Castanho, *et al.*, 2013).

Existem factores de risco relativamente ao agressor(a) e ao idoso(a). Relativamente ao agressor(a) os factores de riscos são os seguintes:

História de comportamento violento; Tentativa de estrangular, sufocar, afogar a vítima ou outro familiar; Tentativa ou ameaça de matar a vítima ou outro familiar; Uso anterior de violência; Escalada da violência - gravidade e/ou frequência; Perseguição à vítima, intimidando-a, demonstração de ciúmes excessivos e tentativa de controlar tudo o que a vítima faz; Violação de ordem do tribunal destinada a proteger a vítima; Revelação de instabilidade emocional/ psicológica e não acompanhamento por profissional de saúde ou ausência da toma de medicação que lhe tenha sido receitada; Existência de problemas relacionados com álcool ou outras drogas (legais ou ilegais); Utilização/ameaça/ acesso a armas; Tentativas ou ameaças de suicídio; Exercício de violência sexual sobre a vítima ou outro familiar; Dificuldade em manter emprego/Problemas financeiros significativos. (Castanho, *et al.*, 2013, pp. 96-99)

Por outro lado, a vítima também tem factores de risco associados, sendo eles, a “percepção/convicção de que o ofensor seja capaz de a matar; Separação/intenção de se

separar e Isolamento/necessidades especiais da vítima ou familiares” (Castanho, *et al.*, 2013, pp. 100-101).

Em consequência da avaliação de risco, à vítima idosa, é imperioso elaborar uma adequada gestão de risco. A gestão do risco inicia-se logo após a avaliação do risco, e é feita mediante uma entrevista com a vítima ou denunciante, contudo, se o avaliador considerar que a vítima corre um risco externo, quer tomar medidas que a protejam, o idoso será encaminhado para as Forças de Segurança (Castanho, *et al.*, 2013). Caso o entrevistador considere que a vítima necessita de assistência médica ou psiquiátrica urgente, esta, é então encaminhada para aos serviços médicos de saúde (Castanho, *et al.*, 2013). Todo este procedimento é essencial e necessário, para que a vítima idosa possa ser acompanhada devidamente e para que se possa fazer a prevenção de quaisquer atos violentos que o(a) agressor(a) pretenda exercer contra a vítima. (Castanho, *et al.*, 2013)

Neste contexto, para que se faça a prevenção da revitimização, é crucial que o avaliador de risco tenha consciência de todos os prestadores de serviços que estão diretamente ligados com a violência contra o idoso (Castanho, *et al.*, 2013). Desta forma, é imperativo que todo o processo de gestão de risco deva “ser iniciado logo após a notícia de um crime de violência doméstica”, “ser articulado em colaboração com outros organismos de apoio à vítima”, “ser implementado e monitorizado pela rede de apoio”, “ser monitorizado e avaliado numa base regular”, e, “ser trabalhado com a vítima para projetar, implementar e monitorizar um plano de segurança pessoal”. (Castanho, *et al.*, 2013, p. 105)

Importa por fim, realçar a importância da elaboração de Planos de Segurança (Pessoal e em Rede) para que a vítima idosa se sinta protegida e possa planear o seu quotidiano sem restrições. (Castanho & Quaresma, 2014)

Portanto, um Plano de Segurança “consiste num instrumento técnico-policial (...) e contém orientações e sugestões para apoiar as vítimas (...), tendo como objetivo o seu bem-estar psicológico e complementarmente disponibiliza informações sobre alguns contactos úteis (...)” (Castanho & Quaresma, 2014, p. 48), “é elaborado quando a vítima não pode controlar os comportamentos do(a) agressor(a), mas pode controlar os seus próprios comportamentos, nomeadamente adotando estratégias para aumentar a sua segurança”. (Castanho & Quaresma, 2014, p. 48)

O Plano de Segurança em Rede “deve ser desenvolvido em resposta não só aos resultados do plano individual que ocorreu após uma avaliação de risco, mas também

quando exista uma articulação direta na gestão de um caso específico” (Castanho, *et al.*, 2013, p. 108), pelo que, pode conter “factores de proteção que já estão no local para esta vítima” (Castanho, *et al.*, 2013, p. 108) e o que o idoso pode fazer para minimizar riscos. (Castanho, *et al.*, 2013).

Na prevenção da revitimização “o trabalho em rede deve constituir uma resposta eficaz, consistente e coordenada que coloque o ónus da intervenção na comunidade, e não na vítima, e que apele ao debate e à negociação entre os vários interlocutores (...). Este modelo deve desenvolver uma resposta à totalidade do dano produzido pela violência, (...) e elegendo, como prioritária a proteção da vítima (...)” (Castanho, *et al.*, 2013, p. 109).

O Plano de Segurança Pessoal e o Plano de Segurança em Rede desenvolve-se segundo o seguinte organograma (vide Figura 4):

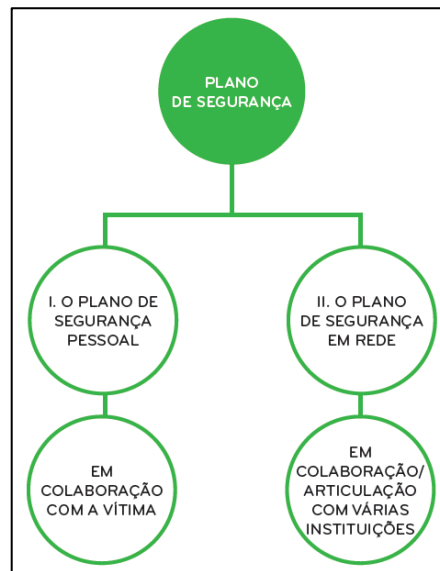


Figura 4. Plano de Segurança Pessoal e em Rede
 Fonte: (Castanho, *et al.*, 2013, p. 107)

Em suma, a avaliação e a proteção realizada ao nível da violência doméstica contra o idoso, por parte das Forças de Segurança, visa os seguintes componentes base:

Um entendimento comum do risco em violência doméstica; Uma abordagem comum no reconhecimento e avaliação do risco; Encaminhamento e partilha de informação; Gestão de Risco (que inclua avaliação contínua); Recolha e análise de dados; Supervisão, medidas e estratégias de garantia de qualidade que sustentem uma filosofia de melhoria contínua. (Mascoli & Ferreira, 2013, p. 49)

Existem atualmente linhas de apoio ao idoso, nomeadamente que se denomina por “Linha de Apoio ao Idoso” (Castanho, *et al.*, 2013, p. 138), por forma a criar uma maior proximidade entre a vítima e a GNR, contribuindo assim para o aumento da prevenção, proteção e do sentimento de segurança, constituindo-se como um fundamental recurso de apoio em benefício da vítima específica, ou seja, o idoso. (Castanho, *et al.*, 2013)

2.3 A Vítima Idosa

Ao longo do presente subparágrafo iremo-nos debruçar sobre o nosso objeto de estudo, e que, por serem mais vulneráveis, são frequentemente vítimas dos demais tipos de violência, o que se verifica como um grave problema social (World Health Organization, 2002).

Como sabemos, a população portuguesa está a envelhecer, e o que antigamente se verificava como que uma pirâmide, sendo as crianças a sua base e os idosos o seu topo, no nosso quotidiano esta pirâmide está com tendência para se inverter cada vez mais (Perista & Perista, 2012), pelo que, no ano de 2011 os idosos representavam cerca 19% da população portuguesa, ao invés dos 11% no ano de 1981 (Valente, 2013).

Importa portanto, saber quem é esta vítima específica – o idoso. O idoso⁶ vítima é, naturalmente, um individuo do sexo masculino ou feminino, com idade igual ou superior a 65 anos (Perista & Perista, 2012) que detêm um grande sentimento de insegurança (Perista & Perista, 2012), e que é sujeita a atos de violência “por um membro da família, amigo, vizinho, conhecido e profissional remunerado” (Gil, *et al.*, 2013, p. 41).

O idoso, é então um alvo vulnerável às inúmeras ameaças com que se pode deparar no seu dia-a-dia, sendo que essas ameaças surgem por força da violência. A violência contra o idoso pode manifestar-se de variadas formas, como vimos anteriormente. (Júnior, Melman, Celiberti, & Aoki, 2007)

Este problema tem vindo a tomar grandes proporções, nomeadamente no que diz respeito à violência financeira, por parte dos seus familiares ou de outrem a quem os idosos estão entregues aos seus cuidados, cujo objetivo se prende com o uso indevido dos seus bens (World Health Organization, 2002). O envelhecimento da população tem contribuído para o aumento deste fenómeno (World Health Organization, 2002).

⁶ Idoso (definição) – Individuo com 65 ou mais anos (Instituto Nacional de Estatística, 2011).

A Violência Doméstica que é cometida contra a pessoa idosa assume inúmeras definições. A WHO define este tipo de violência como “ação isolada ou repetida, ou a ausência de resposta apropriada, que ocorre em qualquer relacionamento em que haja uma expectativa de confiança, e que cause dano ou sofrimento a uma pessoa idosa”. Por sua vez, a ONU define violência contra a pessoa idosa como “todo o ato violento da natureza que acarreta, ou tem o risco de acarretar, um prejuízo físico, sexual ou psicológico; que pode implicar ameaças, negligencia, exploração, constrangimento, privação arbitrária da liberdade, tanto no seio da vida pública e privada” (Gil, *et al.*, 2013, p. 8).

Ao definirmos o que é a vítima idosa ou a própria violência contra o idoso, é extremamente pertinente abordarmos a questão da Classificação das Vítimas. Das várias classificações de vítimas de violência que é elaborada por inúmeros autores, como o caso de Von Hentig (1948) (Sholam, Knepper, & Kett, 2010) Wolfgang (1958) (Wolfgang, 1957), Stephen Schafer (1968) (Sholam, Knepper, & Kett, 2010), Amir (1971) (Cortez, 2009), Hindelang (1978) (Hindelang, Gottfredson, & Garofalo, 1978), Fattah (1991) (Walklate, 2007), optamos pela classificação que nos é dada por Von Hentig (1948), pelo que, classifica as vítimas através da sua ação (ação direta da Vítima) e da vulnerabilidade que lhes é associada pela razão da etnia, idade, sexo. (Sholam, Knepper, & Kett, 2010)

Contudo, é iminentemente importante fazer uma breve abordagem aos tipos de vitimização, e em como estes se dividem. Existem, portanto, três tipos de vitimização: primária, secundária e terciária (Baca, Cabana, & Baca-Garcia, 2003). A vitimização primária, segundo Zaffaroni (1989) é um "processo através do qual a pessoa sofre de modo direto ou indireto danos físicos ou psíquicos, originário num delito ou efeito traumático" (Machado, 2013, p. 14). A vitimização secundária, segundo Khune (1986), faz referência;

(...) a todas as agressões psíquicas (não deliberadas, mas efetivas) que a vítima recebe na sua relação com profissionais dos serviços de saúde, polícia ou profissionais jurídicos (nomeadamente, por exemplo, em interrogatórios, reconstituição de factos, identificação de acusados, demora dos processos, entre outros), assim como os efeitos do tratamento da informação, por parte dos meios de comunicação. (Correia, 2013, p. 25)

Por fim, podemos entender por vitimização terciária como “ (...) o conjunto de consequências de uma pena ou penalização, sobre quem a cumpre (pessoalmente, exemplo dos reclusos) ou sobre terceiros (por exemplo, familiares dos reclusos) ” (Correia, 2013, p. 26).

Como Peixoto (2012) refere na sua investigação, a vitimização é “ (...) todo o atentado de forma direta ou indireta por um ou vários agressores contra uma ou mais

vítimas de forma a produzir um efeito contrário à vontade legítima de livre autodeterminação de um ser humano.” (Peixoto, 2012, p. 31). A vitimização depende de determinados factores que permitem uma interação entre a vítima e o agente perpetrador do ato violento, ou seja, depende do lugar e do tempo onde se localizam, pois só assim o ato se pode consumir (Peixoto, 2012).

2.4 A Prevenção criminal

Iremos abordar a temática da prevenção que, para nós, se assume como conceito fundamental para que se possa evitar novos casos de violência doméstica e/ou de revitimização sobre a pessoa idosa.

Ao abordar o conceito de prevenção, estamos perante um “ato ou efeito de prevenir” (Porto Editora, 2003-2015) uma determinada ação ou acontecimento, ou seja é uma forma de “precaução” (Porto Editora, 2003-2015), para se precaver determinadas situações. Esta forma de “aviso prévio” permite ao idoso estabelecer uma maior confiança com a GNR, aumentando assim o seu sentimento de segurança através do policiamento de proximidade.

Quando falamos em prevenção, falamos em determinadas ações que são exercidas de modo a proporcionar bem-estar às vítimas de violência, neste caso em particular, aos idosos (Castanho, *et al.*, 2013). Significa portanto, antever situações, prevenindo assim qualquer tipo de ocorrência criminal contra a vítima idosa, por forma a que também esteja “preparado para antecipar e evitar que tais comportamentos ocorram” (Castanho, *et al.*, 2013, p. 12). É precisamente aqui que a GNR detém uma função crucial no combate à violência doméstica sobre a vítima idosa, assim como na prevenção da reincidência deste facto criminoso (Castanho, *et al.*, 2013), pelo que, a GNR muitas das vezes se depara com situações na mesma habitação, o que demonstra o elevado nível de reincidência (Castanho, *et al.*, 2013).

Verifica-se como pertinente enquadrar os Programas Especiais (pertencentes à Repartição de Programas Especiais, doravante RPE) do Comando Operacional (CO). O CO, como podemos observar na Figura 5, estrutura-se internamente da seguinte forma:

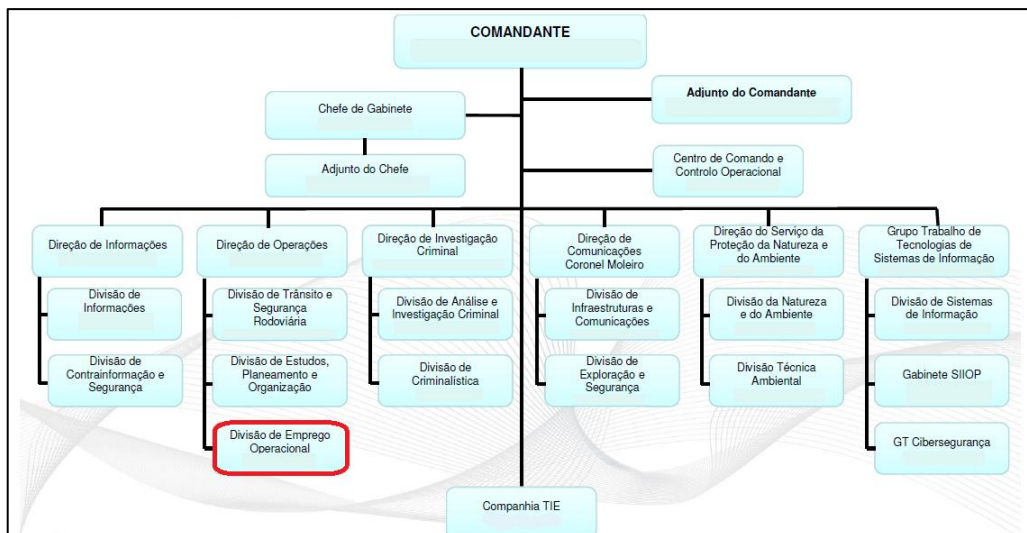


Figura 5. Enquadramento dos Programas Especiais na estrutura do CO.

Fonte: Adaptado da LOGNR (Despacho n.º 32021/2008, do GCG da GNR, de 5 de dezembro de 2008).

O CO tem como atribuições assegurar “(...) o comando de toda a atividade operacional da Guarda (...), compreende as áreas de operações, informações, IC, proteção da natureza e do ambiente e missões internacionais.” (Lei n.º63/2007 de 6 de novembro, p. 8048). O Tenente-General Comandante do CO tem sob seu comando direto “(...) para efeitos operacionais, as unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva.” (Lei n.º63/2007 de 6 de novembro, p. 8048). A Direção de Operações (doravante DO) integra o CO. Da DO fazem parte as unidades orgânicas flexíveis, das quais, “a Divisão de Estudos, Planeamento e Organização (DEPO), a Divisão de Emprego Operacional (DEO) e a Divisão de Cooperação e Projeção de Forças (DCPF).” (Despacho n.º 32021/2008, 2008, p. 1). Interessa-nos portanto, integrar a RPE na DO. A RPE está integrada na DEO, que tem como atribuições “elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das diretivas e orientações relativas às missões de segurança, proteção e defesa atribuídas à Guarda, designadamente em matéria de (...) Policiamento e segurança de pessoas e bens” (Despacho n.º 32021/2008, 2008, p. 5). A RPE tem como competências:

- a) Proceder ao estudo e apresentar propostas de organização dos programas especiais de Guarda;
 - b) Elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das diretivas e orientações relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais;
 - c) Coordenar, supervisionar e elaborar os dados estatísticos à atividade desenvolvida no âmbito dos programas especiais;
 - d) Planear, coordenar e supervisionar a execução de missões relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais;
 - e) Assegurar a ligação de Guarda às instituições e organismos responsáveis pelos vários programas especiais.
- (NEP/GNR - 3.58, 2011, p. 4)

Ao falarmos de Prevenção da violência doméstica, obrigatoriamente, teremos de fazer uma abordagem ao V PNPCVDG, que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 visa sobretudo, “delinear estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores(as), do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos(as) profissionais envolvidos(as) e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país.”. Este Plano, assenta essencialmente em cinco áreas estratégicas fundamentais, num universo de 55 medidas que se relacionam com a violência doméstica perpetrada contra a pessoa idosa, nomeadamente, nas áreas da sensibilização, avaliação de risco, solidariedade social, resposta face aos problemas, assim como, na formação de profissionais que trabalhem no apoio aos idosos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, 2013). Como a Figura 6 demonstra, estas medidas representam-se da seguinte forma:

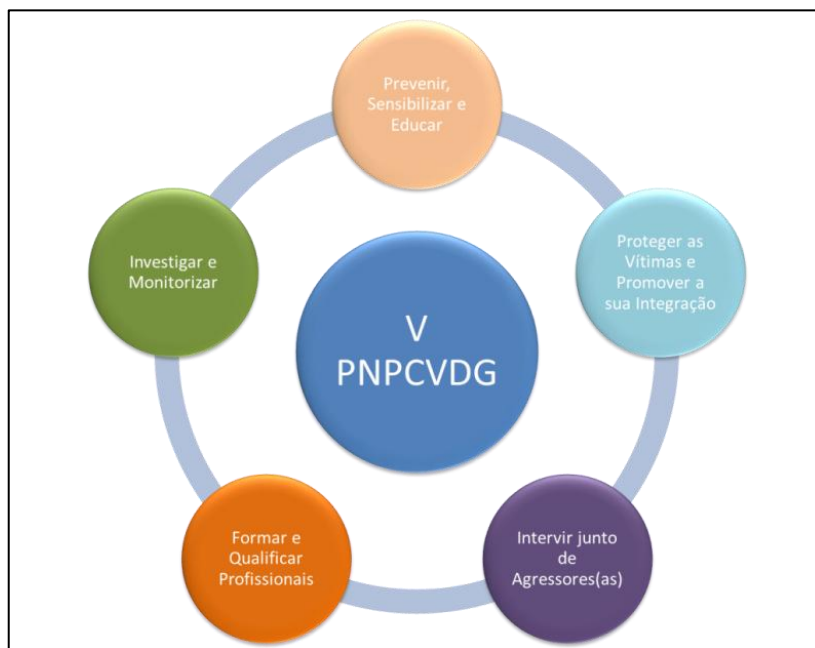


Figura 6. Cinco medidas estratégicas do V PNPCVDG
Fonte: Adaptado do V PNPCVDG 2014-2017

O V PNPCVDG tem por missão:

(...) delinear estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores(as), do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos(as) profissionais envolvidos(as) e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, 2013, p. 7017)

E essencialmente vai atuar na prevenção do crime de violência doméstica, por forma a “combater a violência na sua raiz e em toda a dimensão das suas causas, procurando desenvolver estratégias conducentes a uma sociedade assente na igualdade e livre de discriminação e violência.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, 2013, p. 7020)

O crime de violência doméstica, é desde o ano de 2008 um crime público, como tal, cabe-nos a todos em comunhão com as demais entidades, assim como, toda a documentação e leis criadas para dar primazia à prevenção da violência doméstica perpetrada contra a vítima idosa (ex: Código Penal e V PNPCVDG), um papel fundamental na prevenção e no auxílio a este grupo de vítimas específicas.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

3.1 Metodologia da investigação

A fase metodológica é uma fase fundamental na orientação de uma investigação, pelo que, deve incluir “todos os elementos que ajudam a conferir à investigação um caminho ou direção.” (Freixo, 2011, p. 177). É iminentemente importante proceder à investigação de campo por forma dar respostas às questões colocadas e assim atingir os objetivos propostos.

Assumindo a investigação um papel determinante na metodologia da investigação científica, esta define-se “como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmento, 2013a, p. 3).

Importa portanto compreender, partindo da definição de investigação dada por Sarmento (2013), que para nos debruçarmos sobre uma pesquisa teremos inicialmente de deter uma problemática a investigar, sendo que, para fazer face à resolução do mesmo é necessário obter e analisar informação adequada acerca das variáveis em estudo.

Como referido anteriormente, numa investigação importa compreender de facto aquilo que se pretende estudar, desta forma, surge-nos o conceito de investigação empírica. Uma investigação empírica “é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar” (Hill & Hill, 2000, p. 19) podendo “ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas” (Hill & Hill, 2000, p. 19).

Partindo da citação de Hill e Hill (2000) constatamos que este tipo de investigação dá resposta a fundamentos já existentes mas que não foram estudados, dando explicações acerca de alguma ocorrência que possa surgir no futuro. Segundo o mesmo autor, os tipos de investigação mais vezes elegida denominam-se como, investigação pura, investigação aplicada e investigação aplicável.

A investigação pura tem como objetivo “descobrir factos novos (dados empíricos) para testar deduções feitas a partir de uma teoria que só tem interesse intelectual e que, no momento da investigação, parece não ter aplicação prática.” (Hill & Hill, 2000, p. 20). Por sua vez, a investigação aplicada prende-se com a descoberta de “factos novos (dados

empíricos) para testar deduções feitas a partir de uma teoria que pode ter aplicações a médio prazo.” (Hill & Hill, 2000, p. 20). A investigação aplicável prende-se com a descoberta “de factos novos (dados empíricos) que sejam capazes de resolver problemas práticos no curto prazo.” (Hill & Hill, 2000, p. 20). Relativamente ao tipo de investigação do presente trabalho, podemos considerá-la no seio da investigação aplicável na medida em que se pretende resolver problemas práticos no mais curto prazo, atendendo ao surgimento de novos conhecimentos (Hill & Hill, 2000).

Nesta fase, importa portanto, abordarmos o conceito de metodologia que “visa a descrição precisa do problema, dos métodos, das técnicas, dos instrumentos de pesquisa, dos materiais e dos equipamentos utilizados no trabalho” (Sarmiento, 2013a, p. 131) e que consiste “num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas da recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir.” (Sousa & Baptista, 2011, p. 52).

Como tal, é imperativo selecionarmos determinadas técnicas e métodos que se figuram como os mais adequados para que, através da obtenção de informação, consigamos alcançar os objetivos a que nos propusemos neste presente trabalho de investigação.

Sousa e Baptista (2011) fazem referência a dois métodos distintos de obtenção de informação utilizados em investigação das ciências sociais, denominando-se assim por, investigação qualitativa e quantitativa.

A investigação qualitativa, implica técnicas como a análise documental, entre outras. A entrevista traduz-se num método de recolha de informações através de conversas por via oral, individuais ou coletivas, com indivíduos de relevo para a investigação, tão só com o objetivo de recolher informação (Sousa & Baptista, 2011).

A análise documental que consiste numa “técnica importante na investigação qualitativa (...) complementando informações obtidas por outras técnicas (...) através da descoberta de novos aspectos sobre um tema ou problema.” (Sousa & Baptista, 2011, p. 89).

Neste estudo optou-se por privilegiar os dois métodos de investigação, o método qualitativo e quantitativo.

Dando continuidade ao processo de recolha de dados existem três métodos de abordagem e investigação científica, o método indutivo, o método dedutivo e o método hipotético-dedutivo (Sarmiento, 2013b).

Por forma a clarificar os conceitos, Sarmento (2013) aborda o método indutivo fundamentando-o “num raciocínio baseado na experiência, que parte do particular para o geral.” (p. 8). Na mesma perspetiva, aborda o método dedutivo como um “raciocínio racional lógico, que parte do geral para o particular” (Sarmento, 2013b, p. 8), sendo que a dedução não é geradora de novos conhecimentos (Sarmento, 2013b).

Para terminar, a mesma autora faz referência ao método hipotético-dedutivo como uma “formulação de hipóteses ou conjecturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos” (Sarmento, 2013b, p. 9).

Segundo Marconi e Lakatos (2004) “toda a pesquisa tem origem num problema para o qual se procura uma solução, por meio de tentativas (conjunturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros.” (p. 73) e a isto denominamos de método hipotético-dedutivo, que de acordo com Popper citado por Marconi & Lakatos (2004), traduz-se nos seguintes momentos do processo de investigação: o problema “surge (...) de conflitos diante de expectativas e teorias existentes” (Marconi & Lakatos, 2004, p. 74); a Conjuntura que se traduz na “dedução de consequências na formas de proposições passíveis de teste” (Marconi & Lakatos, 2004, p. 74) e por fim, este autor refere o Falseamento e define-o como “tentativas de refutação, entre outros meios, pela observação e experimentação” (Marconi & Lakatos, 2004, p. 74).

Tendo em conta toda esta envolvimento, no nosso presente estudo optou-se por privilegiar o método hipotético-dedutivo.

3.2 Hipóteses

Ao longo de todo este processo sobre o nosso problema científico, que se caracteriza por compreender “Quais os procedimentos efetuados no âmbito da prevenção de violência doméstica na vítima idosa” eleva-se a pertinência em atribuir uma resposta “prévia ao problema proposto (...) com base em estudos anteriormente realizados” (Sousa & Baptista, 2011, p. 27), ou seja, a importância de propormos uma resposta às nossas hipóteses, sob pena de poderem ou não ser validadas mediante hipóteses explicativas no que concerne à problemática em questão.

Segundo Fortin (2009), a hipótese é “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis” (p. 102), sendo esta, formulada a partir da revisão da

literatura, o que nos permitiu enunciar hipóteses, dando uma resposta “suposta, provável e provisória” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 127) à QC.

Desta forma, constituímos as seguintes hipóteses de estudo ou de investigação.

H1: Os programas de prevenção da violência doméstica contra a vítima idosa contribuem para a diminuição da sua reincidência junto das populações na ótica dos investigadores.

H2: As medidas de ação junto do(a) agressor(a) atenuam a reincidência da violência doméstica.

H3: A GNR desempenha um papel fundamental na prevenção criminal da violência doméstica perpetrada contra vítima idosa.

3.3 Instrumentos de Recolha de Dados

No processo de recolha de dados importa obter “todas as informações das quais o pesquisador pode se servir nas diferentes etapas do trabalho” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 102), sendo este processo definido por Sousa e Baptista (2011) como “o conjunto de processos operativos que nos permite recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental do processo de investigação” (p. 70).

Para se processar esta recolha de dados, terão de ser utilizados instrumentos capazes de “produzir todas as informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 181), ou, analisar com rigor a informação obtida de fontes primárias.

3.4 Entrevista

A entrevista é uma “conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado” (Marconi & Lakatos, 2004, p. 278). É então, “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupo, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações” (Sousa & Baptista, 2011, p. 79), que é feito através de um questionário oral em que um

determinado individuo é questionado sobre ações, ideias ou projetos. (Sousa & Baptista, 2011). (Vide Apêndice B)

O Guião da entrevista é composto por uma parte introdutória de agradecimento à entidade que concede a entrevista, uma segunda parte que explica os contornos de toda a entrevista relacionando aquilo que se pergunta com o tema do trabalho de investigação aplicado e uma pequena caracterização acerca do entrevistado, e por fim, uma terceira que consiste nas questões que pretendemos efetuar ao entrevistado.

3.5 Análise documental

A análise documental consiste numa “técnica importante na investigação qualitativa (...) complementando informações obtidas por outras técnicas (...) através da descoberta de novos aspectos sobre um tema ou problema.” (Sousa & Baptista, 2011, p. 89). A este trabalho de investigação prende-se com a recolha de dados, nomeadamente, do Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013) e do V Plano Nacional de Proteção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 – 2015).

3.6 Amostra

Importa compreender e definir o conceito de amostra. Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) a Amostra é todo o “conjunto de elementos constituintes de um todo” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 160), embora não saibamos se poderemos expandir os dados obtidos de determinados casos da nossa população total ao nosso universo total (Hill & Hill, 2000).

Deste modo é fundamental definirmos o conceito de Universo. Designa-se por universo o “conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões” (Hill & Hill, 2000, p. 41), sendo que, a população que pertencemos analisar numa investigação corresponde ao total de casos que tencionamos estudar (Hill & Hill, 2000).

Tendo como ponto de partida a análise documental, a presente investigação debruçou-se sobre a análise de, uma base de dados referentes à VD perpetrada contra idosos, constantes no Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013), e

sobre a execução de medidas elaboradas por forma a combater a VD, assim como, a sua reincidência (V PNPCVDG 2014 – 2017).

Importa ainda referir que entre os vários tipos de amostra, optou-se por uma amostra por conveniência, sendo que esta caracteriza-se como uma amostra não probabilística, escolhida de forma voluntária ou por conveniência para o investigador pelo que os resultados não devem ser extrapolados para a população. A presente amostra é constituída das vítimas de violência doméstica que se disponibilizaram a participar na investigação e testemunhas privilegiadas que acederam ser entrevistados.

Na presente investigação optámos pelo técnica da entrevista, pelo que, foram entrevistados três Oficiais da GNR e três investigadores criminais da GNR de grande relevo na matéria da violência doméstica e dos programas especiais que foram sendo desenvolvidos no seio da mesma instituição.

Consideramos estas como “testemunhas privilegiadas” que forneceram indicações para o nosso trabalho de investigação devido à sua experiência no âmbito da presente temática (Quivy & Campenhoudt, 2008). Torna-se portanto pertinente obter informação por parte destas testemunhas privilegiadas, por forma a alcançarmos as respostas a algumas das questões elaboradas no início deste trabalho. Por fim, e após a receção de todos os dados recolhidos através das nossas entrevistas, importa proceder à análise de dados.

Em complementaridade a todo este processo de recolha de informação, procedemos ao tratamento de dados recolhidos a partir da execução do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 - 2017).

Considerando a combinação intermétodos recorreremos a três fontes: a) a do Relatório GNR Envelhecimento e Violência; b) a da execução do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 - 2017); c) e através da técnica de entrevistas a especialistas ou testemunhas privilegiadas. Com estas fontes atuais⁷ procura-se retratar a caracterização da vítima idosa que recorre aos serviços da GNR através dos seus postos territoriais e caracterizar as medidas preventivas e proactivas na prevenção da VD nesta faixa etária preconizadas pela GNR.

Quanto ao Relatório sobre os dados da GNR do projeto “Envelhecimento e Violência” entre agosto de 2012 e abril de 2013 foram rececionados 154 questionários aplicados pela GNR. Os dados recolhidos foram inseridos numa base de dados construída para o efeito através do programa SPSS v.20., por forma a caracterizar as vítimas idosas e

⁷ Sendo dados atuais não fará sentido colocar as mesmas questões às mesmas vítimas que voluntariamente aderiram responder previamente a um questionário com o mesmo objetivo.

os agressores(as). A base de dados foi submetida a um processo de verificação e da validação da congruência. Dos 154 questionários rececionados 17 foram anulados depois da validação das respostas, por não cumprirem um dos 3 critérios de elegibilidade: a) Indivíduos com idade superior ou igual a 60 anos de idade; b) A residir em domicílios particulares em Portugal há pelo menos 12 meses; c) Vítimas de alegada violência perpetrada por familiares ou por cuidadores em contexto familiar.

Procurou-se com esta informação realizar a caracterização sociodemográfica, socioeconómica, bem como a caracterização das experiências de violência vivenciadas pelos respondentes. A análise centrou-se em cinco tipos de violência: a física, a psicológica, a financeira, a sexual e a negligência, avaliadas através de 12 condutas específicas.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS

4.1 Vítima

4.1.1 Caraterização sociodemográfica das vítimas

Quanto à caraterização sociodemográfica das vítimas idosas de violência em contexto familiar, sinalizadas pela GNR.

A amostra obtida incluiu 134 respondentes, 25,4% (34) homens e 74,6% (100) de mulheres. A idade dos participantes variou entre os 60 e os 95 anos, sendo a média das idades 71,6 anos. Considerandou-se, para fins da análise, três grupos etários, verificou-se na amostra uma preponderância dos indivíduos com idades compreendidas entre os 60 e 69 anos (44,8%) (vide Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos respondentes segundo os grupos etários.

Grupos etários (N=134)	<i>n</i>	<i>p</i>
60-69anos	60	44,8
70-79anos	52	38,8
80+anos	22	16,4

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *p* = percentagem.

Na Tabela 2 descreve-se a distribuição geográfica dos respondentes. Verificou-se uma ligeira predominância dos respondentes oriundos da região Centro e Norte.

Tabela 2. Distribuição dos respondentes por Região.

Região (N=134)	<i>n</i>	<i>p</i>
Norte	36	26,8
Centro	50	37,3
LVT	21	15,7
Alentejo	27	20,2
Algarve	-	-
RA: Madeira	-	-
RA: Açores	-	-

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *p* = percentagem.

Na Tabela 3 encontra-se a distribuição dos participantes segundo o estado civil. Constatou-se que 61,7% das vítimas eram casadas, 21,8% viúva e 13,5% encontrava-se divorciada.

Tabela 3. Distribuição dos respondentes segundo o estado civil.

Estado civil (N=133)	<i>n</i>	<i>ê</i>
Solteiro	3	2,3
Casado	82	61,7
Separado	1	0,7
Divorciado	18	13,5
Viúvo	29	21,8
União de facto	-	-

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *ê* = percentagem.

A dimensão média dos agregados domésticos dos respondentes situou-se em 2,3 pessoas.

Conforme descrito na Tabela 4, mais de metade dos agregados (51,5%) é composto por 2 elementos. Os agregados complexos com quatro ou mais pessoas representam 10,5% do total das famílias.

Tabela 4. Distribuição dos respondentes segundo a dimensão do agregado familiar.

Dimensão do agregado familiar (N=134)	<i>n</i>	<i>ê</i>
1 Pessoa	22	16,4
2 Pessoas	69	51,5
3 Pessoas	29	21,6
4 Pessoas	8	6,0
5 Pessoas	4	3,0
6 Pessoas	2	1,5

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *ê* = percentagem.

No que diz respeito ao tipo de família conclui-se que 71,6% dos participantes residem em núcleo familiar (casado/união de facto; monoparental; com filhos não casados), 16,4% vivem sós e 12,0% residem com familiares (vide Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição dos respondentes segundo o tipo da família.

Tipo da família (N=134)	<i>n</i>	<i>ê</i>
Unipessoal	22	16,4
Núcleo familiar	96	71,6
Com familiares	16	12,0
Com não familiares	-	-

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *ê* = percentagem.

No que concerne às habilitações literárias verificou-se na amostra um predomínio de pessoas que frequentaram o 1º ciclo do ensino básico (63,9%), seguindo-se o grupo dos indivíduos sem escolaridade (24,1%) (vide Tabela 6).

Tabela 6. Distribuição dos respondentes segundo o nível de ensino frequentado.

Nível de ensino frequentado (N=133)	<i>n</i>	<i>þ</i>
Sem escolaridade	32	24,1
1º ciclo ensino básico	85	63,9
2º e 3º ciclo ensino básico	5	3,7
Ensino Secundário e médio	7	5,3
Ensino Superior	4	3,0

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *þ* = percentagem.

Comparando homens e mulheres segundo o nível de escolaridade, as baixas frequências registadas para algumas categorias de resposta não permitem retirar conclusões quanto ao significado estatístico das diferenças. No entanto, é importante destacar o facto da proporção das mulheres não escolarizadas na amostra (28,3%) ser superior à dos homens (11,8%).

No que respeita à situação perante o trabalho/ocupação a maioria das pessoas estudadas encontrava-se em situação de reforma e sem atividade profissional. Destes, 76,9% dos respondentes estão reformados por velhice e 5,2% reformados por invalidez (vide Tabela 7). O segundo maior segmento da amostra é constituído por domésticas (10,5%) e com menos frequência, 5,9% dos indivíduos afirmou possuir um trabalho renumerado. Uma ínfima percentagem dos respondentes (1,5%) declarou estar no desemprego.

Tabela 7. Distribuição dos respondentes segundo a situação atual perante o trabalho.

Situação atual perante o trabalho (N=134)	<i>n</i>	<i>þ</i>
Trabalho renumerado	8	5,9
Desempregado	2	1,5
Reformado	103	76,9
Reformado por invalidez	7	5,2
Doméstica(o)	14	10,5

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *þ* = percentagem.

Na Tabela 8 encontra-se a distribuição dos participantes segundo os grupos da Classificação Portuguesa das Profissões. Devido ao elevado número de elementos do sexo feminino sem profissão definida (domésticas que nunca exerceram uma profissão) nesta análise considerou-se pertinente incluir as domésticas como um grupo adicional na classificação. No total dos 134 respondentes, 3,8% não revelou a sua profissão.

Globalmente predominam na amostra os trabalhadores não qualificados (29,5%) e as domésticas (24,8%).

Tabela 8. Distribuição das participantes segundo a Classificação de Profissões.

Profissão (N=129)	<i>n</i>	<i>p</i>
Dirigentes/diretores	-	-
Especialistas das atividades intelectuais	5	3,9
Técnicos e profissões de nível intermédio	3	2,3
Administrativos	1	0,8
Serviços pessoais, segurança e vendedores	15	11,6
Trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta	11	8,5
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	11	8,5
Operadores de instalações e máquinas e montagem	13	10,1
Trabalhadores não qualificados	38	29,5
Forças armadas	-	-
Domésticas	32	24,8

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *p* = percentagem.

Na análise desagregada dos grupos profissionais por sexo obtiveram-se algumas regularidades. Para os indivíduos do sexo masculino (vide Figura 7) destacam-se quatro grandes grupos de profissões: “serviços pessoais, de segurança e vendedores” (28,1%); “operadores de instalações e máquinas e montagem” (21,9%); “trabalhadores não qualificados” (18,8%) e “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (15,6%). Na subamostra feminina (vide Figura 8) os grupos predominantes são trabalhadores não qualificados e domésticas com 33%, respetivamente.

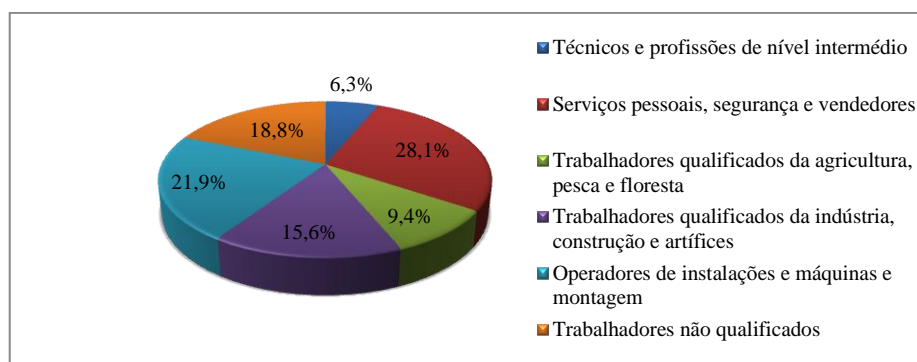


Figura 7. Distribuição da amostra do sexo masculino (*n*=32) segundo a Classificação de Profissões 2010.

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

O grupo de “especialistas das atividades intelectuais” é representado exclusivamente por mulheres, como podemos observar pela Figura 8.

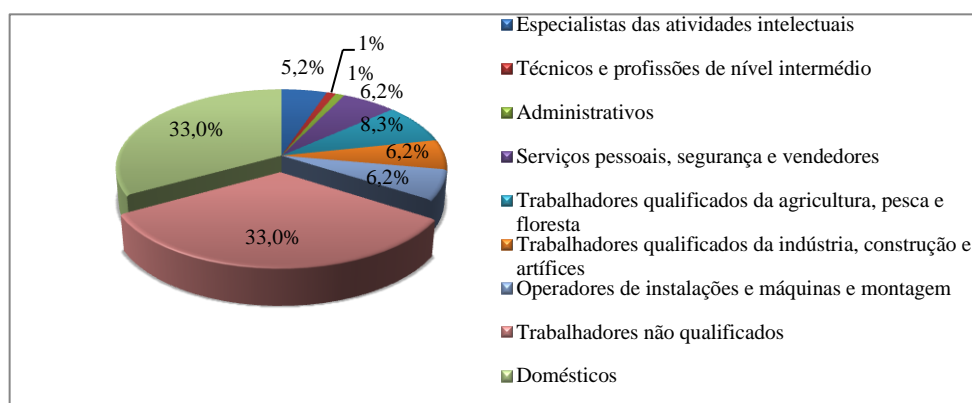


Figura 8. Distribuição da amostra do sexo feminino ($n=97$) segundo a Classificação de Profissões 2010.
Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Em suma, da caracterização sociodemográfica da amostra em análise ressaltam os seguintes aspectos: a) predominaram as mulheres e o grupo etário dos 60 aos 69 anos; b) mais de metade das vítimas era casada e residia num núcleo familiar; c) a maioria frequentou o ensino básico; e, d) a maioria encontrava-se em situação de reforma, residia em casas próprias e auferia de um rendimento baixo (de 251€ a 500€). Comparando homens e mulheres, constata-se que os indivíduos do sexo masculino tinham profissões mais qualificadas comparativamente aos indivíduos do sexo feminino.

4.1.2 Caracterização da vítima

Com base nos resultados obtidos sobre a caracterização das vítimas de violência em contexto familiar sinalizadas pela GNR (2012-2013), inclui uma amostra de 134 indivíduos, dos quais 34 são homens e 100 são mulheres.

Esta vítima idosa caracteriza-se maioritariamente por serem indivíduos do género feminino, com idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos de idade, em que a sua área de residência se compreende em 37,5 % (50) na zona centro do país. Na sua maioria são vítimas em que o seu estado civil é casado, vem maioritariamente num agregado familiar com duas pessoas, em que 71,6% (96) residem em núcleo familiar (casado/união de facto; monoparental; com filhos não casados). Na maior parte destas vítimas o 1º ciclo do ensino básico afigura-se como o grau de ensino por si frequentado, e encontrando-se na situação de reforma sem atividades profissionais, sendo que, segundo a Classificação Portuguesa

das Profissões, 29,5% (38) dos participantes se encontram como trabalhadores não qualificados.

4.2 Agressor(a)

4.2.1 Caracterização do(a) Agressor(a)

O tipo de relação entre vítimas e agressores caracteriza-se na sua maioria por relação de familiares, como tal, os agressores destacam-se por ser o cônjuge/companheiro, a filha/enteada, o filho/enteado, o neto, a nora ou o genro, ou por outro familiar. As situações denunciadas de violência psicológica e física ocorrem no âmbito das relações conjugais, contudo, a maioria dos atos da violência financeira são cometidos por descendentes, ou seja, filhos, filhas ou netos. Para estes tipos de violência os agressores do género masculino surgem em maior proporção.

4.3 Tipos de violência

A Tabela 9 descreve as frequências relativas da ocorrência dos cinco tipos de violência e da polivitimização na amostra em estudo. Verificou-se que a violência física foi o tipo mais frequentemente reportado pelas vítimas (79,9%), seguindo-se a violência psicológica (65,7%). Mais de um terço das vítimas (39,6%) experienciou situações de violência financeira e aproximadamente dois terços (63,6%) reportou polivitimização (vários tipos da violência em simultâneo). Uma percentagem diminuta (3%) declarou que, nos últimos 12 meses, foi vítima de negligência e 4,5% de violência sexual.

Tabela 9. Tipo de violência nos idosos.

Tipo de violência	N	n	\hat{p}
Financeira	134	53	39,6
Física	134	107	79,9
Psicológica	134	88	65,7
Negligência	132	4	3,0
Sexual	133	6	4,5
Polivitimização	133	85	63,6

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; n = frequência, contagens; \hat{p} = percentagem.

4.3.1 Condutas da violência

Existem vários tipos de violência perpetrada pelo(a) agressor(a) à sua vítima. Falamos de violência física, psicológica e polivitimização. A violência física corresponde a ação de "Bater/agredir" e de "impedir de falar, estar com outras pessoas". Relativamente à violência psicológica esta corresponde a atos "gritar", "ameaçar" e "ignorar". A polivitimização corresponde a três tipos de violência: física, financeira e psicológica. Portanto, o "bater/agredir" e o "gritar" afiguram-se como as condutas mais assinaladas pelas vítimas nas situações de polivitimização. O "roubo", o "não contribuir para as despesas" e a "apropriação de casa" surgem como uma conduta relacionada com a violência financeira.

4.3.2 Tipo de relação das vítimas de violência (financeira, psicológica e física) com o(a) agressor(a)

A Figura 9 resume as distribuições do tipos de relação das vítimas de violência física, financeira e psicológica com os agressores. Tendo em conta que os respondentes poderiam assinalar agressores distintos no caso de coocorrência de duas ou mais condutas de violência, para a análise desagregada por tipo da violência foi criada a categoria "vários agressores".

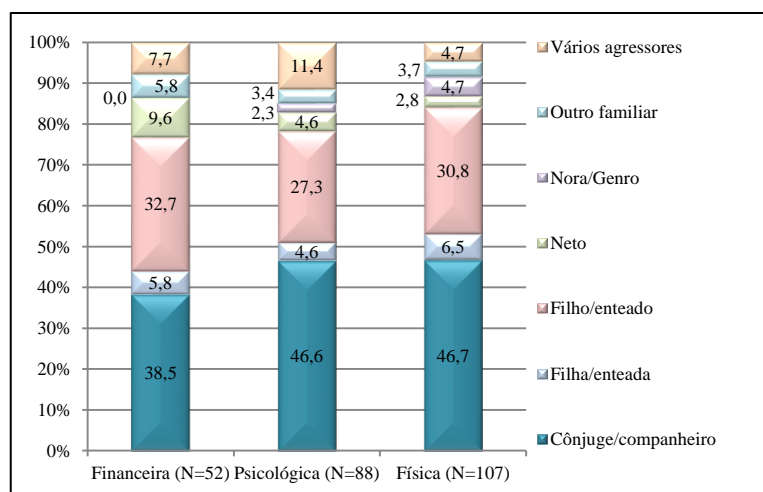


Tabela 9. Tipo de relação entre vítimas e agressores(as) por tipo de violência.
Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Da leitura do gráfico destacam-se os seguintes aspetos importantes: a) as situações denunciadas de violência psicológica e física ocorrem sobretudo no âmbito das relações conjugais, ao passo que a maioria dos atos da violência financeira são cometidos por descendentes (filhos, filhas e netos); b) para os três tipos da violência os agressores descendentes do sexo masculino surgem em maior proporção quando comparados aos agressores do sexo feminino; c) Uma maior proporção das vítimas de violência psicológica (11,4%) identificou vários agressores.

A questão que se coloca é a de se saber quais os membros da família que fazem parte da categoria “vários agressores”. Para a violência física em quatro das cinco situações reportadas “vários agressores” corresponde a “filho/filha e nora/genro”. Para violência financeira, foram identificados “filho e nora”, “cônjuge e filha”, “filha e neto”. Para a violência psicológica observou-se ainda uma maior diversidade das combinações: “filho e neto”, “cônjuge e filha”, “cônjuge e filho”, “filho e filha”, “filha e genro”, “filho e nora”.

Para uma análise mais completa das condições de ocorrência da violência foram ainda colocadas questões relativas ao laço social que a vítima mantém com o(os) agressor(es)⁸ para cada tipo de conduta.

4.3.3 Condutas da violência física

A Figura 10 apresenta a distribuição observada das vítimas da conduta “bater/agredir” segundo o tipo de relação com o agressor segundo o género.

Verificou-se que 47,5% das vítimas foram agredidas fisicamente por parte do cônjuge/companheiro, 32,7% pelos filhos do sexo masculino e 6,9% por filhas. As noras/genros e os outros familiares foram também identificados como principais agressores, ainda que com menor frequência 5,9% e 4% respetivamente. Os netos registaram um valor de 3%.

O segundo aspeto a salientar refere-se ao padrão de violência física de acordo com o género da vítima e do agressor. Observa-se por um lado, que a proporção das vítimas de agressões físicas conjugais é substancialmente maior entre as mulheres, comparativamente

⁸ Na fase de validação da BD para 7 questionários foi identificado o problema de assinalar múltiplos agressores para a mesma conduta da violência (ID: 144, 132, 130, 123, 122, 121, 93). Para ultrapassar o problema detetado estes casos não foram considerados na análise desagregada por conduta.

aos homens (53,2% vs. 27,3%). Em contrapartida, a proporção dos homens vitimizados por filhos é maior relativamente à observada nas mulheres (45,5% vs, 29,1%).

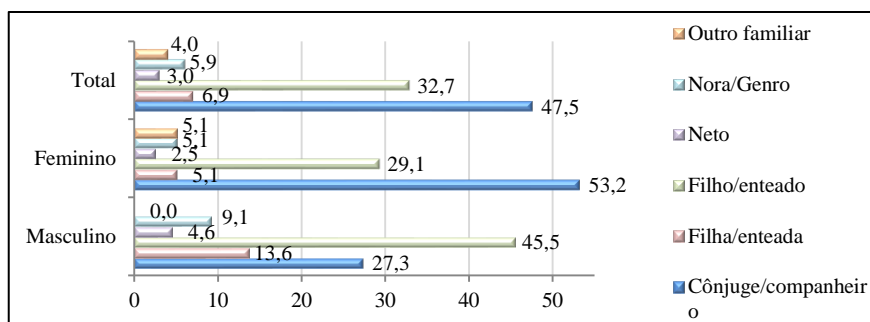


Figura 10. Distribuição das vítimas de "Bater/agredir " (n=101) segundo a relação com o agressor(a).

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Em síntese, os dados sugerem que as agressões físicas (bater, agarrar, empurrar), denunciadas pelas vítimas são cometidas sobretudo por membros da família nuclear, cônjuges e descendentes do sexo masculino, sendo que o padrão de violência difere entre homens e mulheres idosas.

À semelhança da agressão física, a conduta “impedir falar, estar com outras pessoas” foi perpetrada pelos cônjuges/companheiros e filhos/enteados, com 56,5% e 26,1% respetivamente (vide Figura 11)

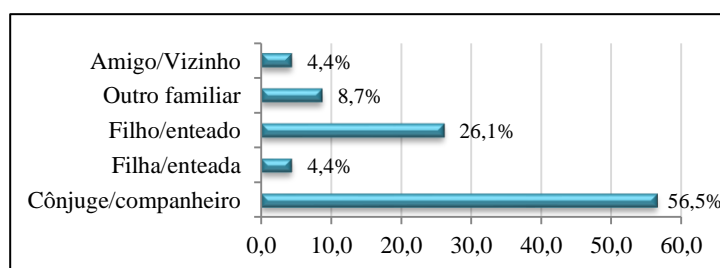


Figura 11. Distribuição das vítimas de "impedir falar, estar com outras pessoas" (n=23) segundo a relação com o agressor.

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

4.3.4 Condutas da violência psicológica

A mesma tendência foi identificada no caso da violência psicológica, designadamente nos atos gritar, ameaçar e ignorar.

Conforme a Figura 12, os cônjuges/companheiros foram apontados como os principais agressores para todas as condutas da violência psicológica, com um maior peso no “ameaçar”. Destacam-se também os filhos/enteados como a segunda categoria mais referenciada pelas vítimas de violência psicológica, sobretudo nas condutas “ignorar” e “gritar”.

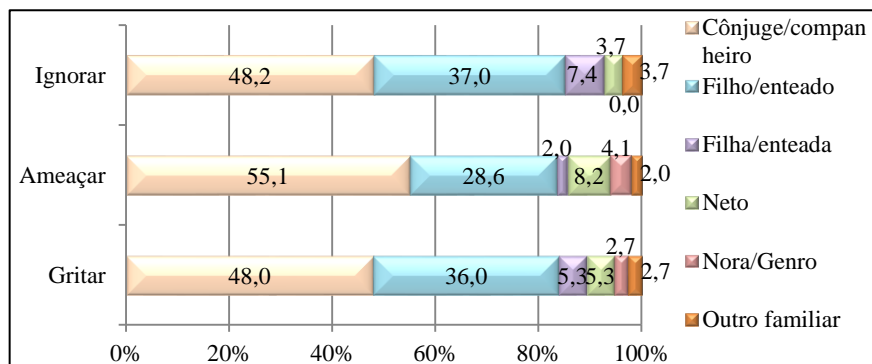


Figura 9. Distribuição das vítimas das condutas da violência psicológica segundo o tipo de relação com o(a) agressor(a).

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

4.3.5 Condutas da violência financeira

O Tabela 10 apresenta a distribuição das vítimas do "roubo" segundo o tipo de relação com agressores. O “roubo” foi cometido essencialmente pelos cônjuges (40,6%), filhos e netos do sexo masculino (32,4% e 13,5%).

Tabela 10. Distribuição das vítimas de “roubo” segundo a relação com o(a) agressor(a).

Tipo de relação (N=37)	n	ð
Cônjuge/companheiro	15	40,6
Filha/enteada	2	5,4
Filho/enteadado	12	32,4
Neto	5	13,5
Nora/Genro	-	-
Outro familiar	3	8,1

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; n = frequência, contagens; ð = percentagem.

Um padrão distinto foi observado no caso da conduta “apropriação de casa”. Das quatorze vítimas sinalizadas, 71,4% identificou os descendentes como os principais responsáveis por este tipo de conduta, com um maior peso dos filhos do sexo masculino. De seguida surgiam os cônjuges/companheiros com um valor de 28,6% (Figura 13).

No que concerne à conduta "não contribuir para as despesas" os cônjuges/companheiros foram apontados como os principais agressores pelas onze (78,6%) vítimas. Os filhos, filhas e netos registraram valores de 7,1%.

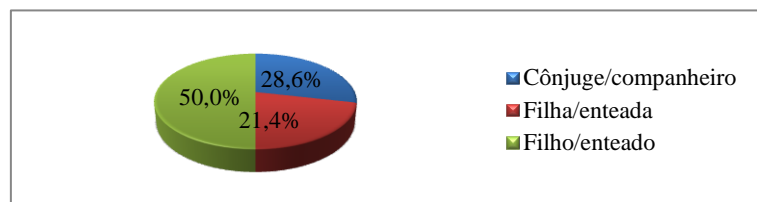


Figura 13. Distribuição das vítimas da “Apropriação de casa”(n=14) segundo a relação com o(a) agressor(a).
Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

4.3.6 Violência sexual

No que concerne à violência sexual, todos os atos denunciados pelos respondentes (n=6) foram cometidos no âmbito das relações conjugais (vide Tabela 11).

4.3.7 Negligência

Relativamente à negligência, optou-se por não apresentar uma análise pormenorizada, dado o número diminuto de casos identificados (vide Tabela 11). Contudo, os agressores identificados pelas vítimas de negligência são sobretudo cônjuges/companheiros, filhas e outro familiar.

4.4 Caraterização das condutas específicas de violência

Após uma leitura global dos tipos de violência, passemos então a analisar com maior detalhe os resultados relativos às 12 condutas da violência. De acordo com a informação presente na Tabela 11, destaca-se o “bater/agredir” como a conduta referenciada pela maioria (76,7%) dos participantes. Entre as condutas mais reportadas salienta-se também o “gritar”, o “ameaçar” e o “roubo” com 56,4%, 36,8% e 28,7%, respetivamente. O “ignorar” e o “impedir de falar, estar com outras pessoas” é o terceiro grupo das condutas mais referenciadas.

Tabela 11. Formas de violência nos idosos.

	Formas de violência	N	n	\hat{p}
Violência financeira	Roubo	129	37	28,7
	Ser forçado a dar os direitos legais	132	5	3,8
	Apropriação de casa	130	14	10,8
	Não contribuir para as despesas	132	14	10,6
Violência psicológica	Ignorar	131	27	20,6
	Gritar	133	75	56,4
	Ameaçar	133	49	36,8
Violência física	Bater/agredir	133	102	76,7
	Trancar	132	9	6,8
	Impedir de falar, estar com outras pessoas	134	23	17,2
Negligência	Negligência	132	4	3,0
Violência sexual	Sexual	133	6	4,5

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; n = frequência, contagens; \hat{p} = percentagem.

4.5 Caracterização das experiências de violência vivenciadas

Em seguida apresentam-se, de forma sucinta, os dados referentes aos atos de violência vivenciados pelos respondentes. A análise centrou-se em cinco tipos de violência: a física, a psicológica, a financeira, a sexual e a negligência, definidos a partir das doze condutas, conforme apresentado na figura 14.

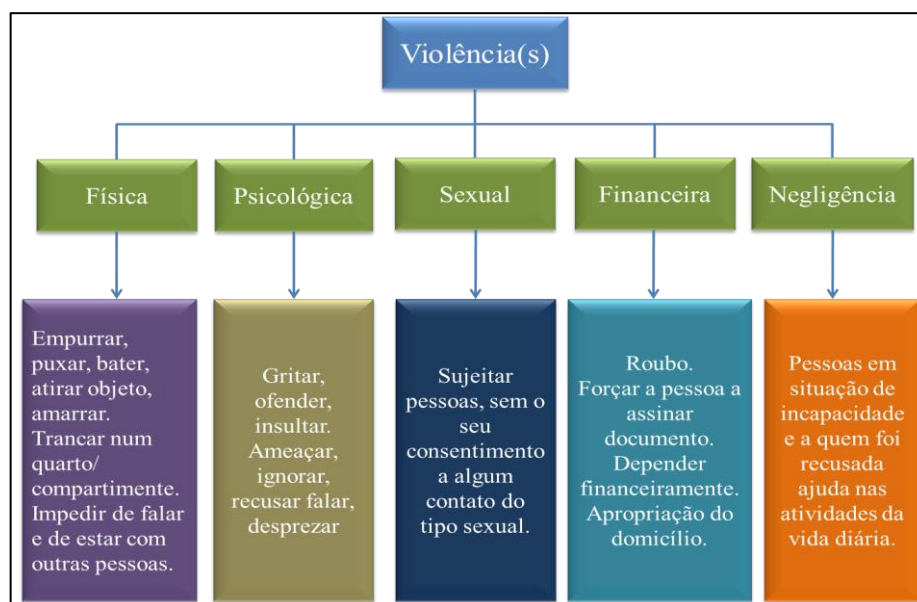


Figura 14: Condutas (formas) de violência no idoso.

Fonte: Adaptado de Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013)

Procurou-se também identificar as situações de coocorrência de múltiplos tipos da violência (“polivitimização”).

4.6 Caracterização das frequências de ocorrência das formas de violência

Para todas as condutas de violência foi solicitado aos respondentes que indicassem o número de vezes que estas ocorreram nos 12 meses anteriores à entrevista. Este subcapítulo tem como objetivo apresentar, de forma sucinta, os dados referentes às frequências de ocorrência dos atos de violência física e financeira.

4.6.1 Violência financeira

Relativamente à frequência da ocorrência das condutas apresenta-se na Figura 15 a distribuição percentual das respostas válidas para as condutas da violência financeira: o “roubo”, o “não contribuir para as despesas” e a “apropriação de casa”.

No caso da conduta de “roubo”, aproximadamente um terço das vítimas reportou mais de 10 vezes, 51,5% especificou entre 2 a 10 incidentes e 18,1% reportou um único incidente.

Quanto às frequências de ocorrência da conduta “não contribuir para as despesas”, 75% das 12 respondentes referiu ter vivenciado mais de 10 situações da violência nos últimos 12 meses. Uma minoria (8,3%) mencionou que o incidente sucedeu apenas uma vez.

Relativamente às frequências de ocorrência de o “apropriação de casa”, das 13 vítimas 46,2% referenciou um único incidente. A categoria “entre 2 a 10 vezes” foi assinalada somente por 2 participantes (15,4%). Por último, 38,4% dos 13 respondentes referiu 10 ou mais ocorrências nesta conduta.

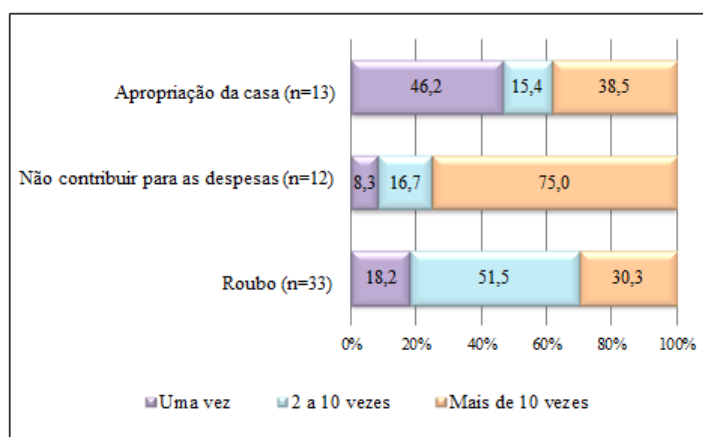


Figura 15. Distribuição das frequências de ocorrência para as condutas da violência financeira no idoso.
Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Atendendo ao pequeno número de casos identificados na conduta “ser forçado a dar direitos legais de um bem” optou-se por não se apresentar uma análise detalhada das frequências da ocorrência nesta conduta (vide Tabela 11).

4.6.2 Violência física

A Figura 16 apresenta as frequências da ocorrência das condutas da violência física: o “bater/agredir” e o “impedir de falar, estar com outras pessoas”. No caso de a conduta “bater/agredir”, 36,1% das vítimas indicou apenas um incidente, 40,2% referenciou duas a dez ocorrências e 23,7% declarou ter experienciado agressões físicas de forma recorrente, mais de dez vezes, nos últimos 12 meses.

O “impedir de falar/estar com outras pessoas” é uma forma de violência que ocorreu de forma recorrente ao longo do período em análise. Mais de metade (57,1%) das vítimas experienciou 2 a 10 situações, nos últimos 12 meses, e 42,9% dez ou mais incidentes.

Atendendo ao pequeno número de casos identificados da conduta “trancar” optou-se por não se apresentar uma análise detalhada das frequências da ocorrência (vide Figura 10).

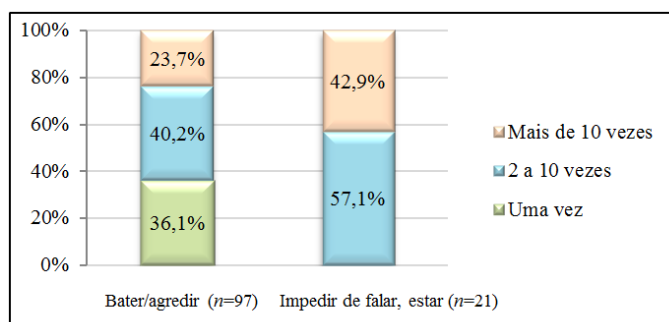


Figura 16. Distribuição das frequências de ocorrência para as condutas da violência física no idoso.
Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

4.7 Polivitimização

O presente estudo procurou também identificar as situações de coocorrência dos múltiplos tipos da violência (polivitimização). No total dos respondentes, 85 referiram ter

sido sujeitos a múltiplas situações de violência, o que correspondeu a uma percentagem de 63,6%.

A violência física e a psicológica foram as mais reportadas pelas polivítimas. Deste modo, 76 dos indivíduos polivitimizadas declararam ter sofrido de violência física, 71 de violência psicológica, 52 de violência financeira e somente 6 de violência sexual e 4 de negligência. É de realçar o facto de todas as situações de negligência e de violência sexual terem sido registadas em contexto de polivitimização.

Um terço das polivítimas (32,9%) experienciou, em simultâneo, três tipos de violência: física, financeira e psicológica. A coocorrência da violência física e psicológica surge em segundo lugar como a combinação mais referenciada (31,8%). Destaca-se também a coocorrência das condutas da violência financeira com a violência física, reportada por 14,1% das polivítimas. Somente em 3 casos da polivitimização foram assinalados quatro tipos da violência distintos.

Através da Figura 17 conclui-se que o “bater/agredir” e o “gritar” foram as condutas mais assinaladas pelas vítimas nas situações de polivitimização, com 85,9% e 72,9%, respetivamente. O “ameaçar” (48,8%) e o “roubo” (43,4%) surgem, em segundo lugar, como as condutas mais referenciadas. Com menor expressão surge o “ignorar”, o “impedir de falar, estar com outras pessoas” bem como o “não contribuir para as despesas” e a “apropriação de casa”.

Na amostra verificou-se que a polivitimização afeta tanto os homens como as mulheres e é transversal a todos os grupos etários.

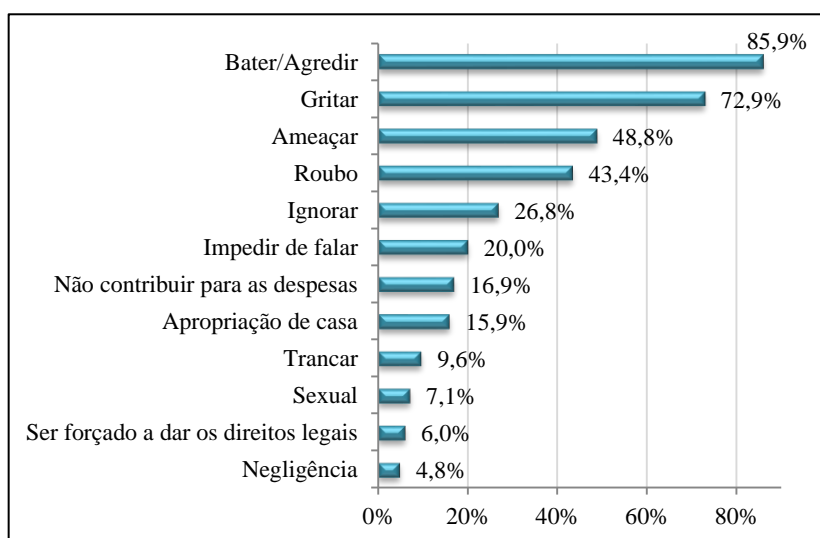


Figura 17. Condutas da violência reportadas por polivítimas (n=85).
Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

4.8 Percepções da gravidade da violência

De modo a conhecer a perspectiva das vítimas relativamente à severidade do impacto da violência foi colocada a questão: “Do que relatou ter-lhe acontecido nas perguntas anteriores indique o ato de violência, maus-tratos e negligência que foi para si o mais grave e que mais o afligiu?”.

Esta questão apresenta, contudo, alguns problemas que dificultam a sua análise. Primeiro porque apresenta uma elevada percentagens de respostas “Não sabe” e “Recusa responder”. Em segundo lugar, alguns respondentes selecionam episódios que integram várias condutas. Por último, no que respeita às dificuldades de análise desta questão surge o facto de terem sido escolhidas situações que não foram consideradas como violência, segundo as definições operacionais adotadas no estudo (tal como a utilização do critério Pillemer para a violência psicológica e para a negligência). (Gil, *et al.*, 2013)

No global, 8,9% das vítimas recusaram identificar o ato mais grave e 17,2% assinalou a resposta “não sabe”. Uma percentagem considerável (16,4%) das vítimas indicou como sendo mais grave uma combinação das condutas.

Do ponto de vista da vítima, o "bater/agredir", o "ameaçar" e o "gritar" foram consideradas as condutas mais graves. (vide Tabela 12)

Tabela 12. Ato de violência mais grave.

Ato mais grave		<i>n</i>	<i>ê</i>
Violência financeira	Roubo	1	0,8
	Ser forçado a dar os direitos legais	-	-
	Apropriação de casa	-	-
	Não contribuir para as despesas	-	-
Violência psicológica	Ignorar	2	1,5
	Gritar	11	8,2
	Ameaçar	13	9,7
Violência física	Bater/agredir	40	29,9
	Trancar	1	0,8
	Impedir de falar, estar com outras pessoas	5	3,7
Negligência	Negligência	3	2,2
Violência sexual	Sexual	-	-
	Combinação das condutas	22	16,4
	Recusa responder	12	8,9
	Não sabe	23	17,2

Fonte: Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013).

Legenda: N=amostra; *n* = frequência, contagens; *ê* = percentagem.

As vítimas foram ainda questionadas relativamente aos sentimentos e emoções dominantes provocadas pelo ato mais grave. É de referir que a tristeza, o medo, a vergonha, a raiva e a solidão constituíram os sentimentos mais reportados pelas vítimas.

4.9 Execução do Plano Nacional de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género

O V PNPCVDG (2014-2017) visou algumas medidas fundamentais na prevenção da VD em prol da vítima vulnerável, neste caso os idosos (vide Figura 18). Este plano enuncia as seguintes medidas a efetuar: a) realizar ações de sensibilização contra a violência exercida sobre pessoas idosas; b) promover e monitorizar ações de sensibilização e aconselhamento realizadas pelas forças de segurança, dirigidas às pessoas idosas enquanto potenciais vítimas de crime, nomeadamente no que se refere à prevenção de burlas e outros tipos de crime, com particular atenção à vulnerabilidade das mulheres, designadamente as residentes em meio rural; c) consolidar em todo o território nacional a implementação do sistema de proteção por teleassistência; d) consolidar e avaliar a metodologia de avaliação de risco de revítimação utilizada pelas forças de segurança nos casos de violência doméstica; e) aprofundar as abordagens proativas no policiamento dos casos de violência doméstica; f) qualificar o dispositivo operacional da GNR⁹; g) aferir a satisfação das vítimas de violência doméstica com o atendimento do posto da GNR. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, 2013).

⁹ Integra conjuntamente com a GNR a PSP.

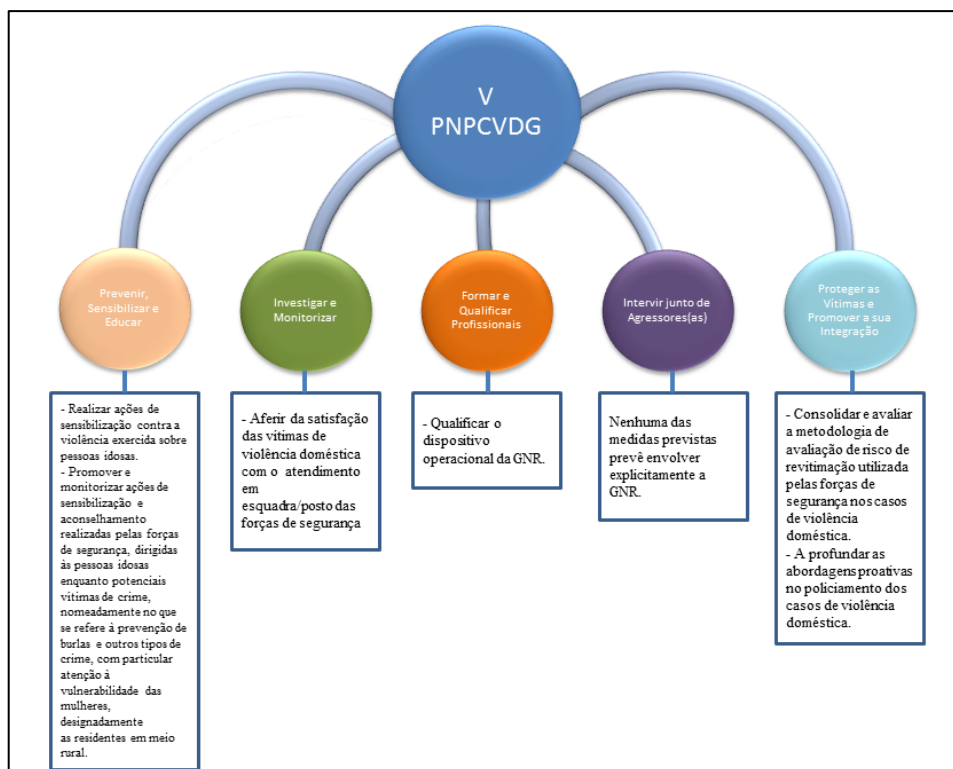


Figura 18. Medidas constantes do V PNPCVDG (2014 - 2017) em que a GNR é a entidade envolvida

Fonte: Adaptado do V PNPCVDG 2014 - 2017

De seguida serão elencados os vários eixos estratégicos constantes do V PNPCVDG que indicam explicitamente a GNR como entidade responsável ou como entidade envolvida na sua execução. As áreas estratégicas elencam-se da seguinte forma: “Prevenir, Sensibilizar e Educar”, “Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração”, “Intervir junto de Agressores/as”, “Formar e Qualificar Profissionais”, e por fim, “Investigar e Monitorizar”.

De um universo de 55 medidas previstas no V PNPCVDG, destacamos 13 em que a GNR é a entidade responsável pelo desenvolvimento das mesmas. Sendo que destas, ainda destacamos 6 medidas que têm ligação direta com a VD sobre a vítima idosa. (Vide Figura 18)

4.10 Análise de conteúdo das Entrevistas

Após a transcrição das entrevistas com os especialistas, elaborou-se uma súmula de acordo com as ideias chave relativas à resposta de cada entrevistado¹⁰, assim como, procedemos à classificação alfanumérica das respostas. Através das frequências e

¹⁰ Vide Apêndice I.

percentagens por nós obtidas, seguidamente iremos fazer a análise de cada questão com o auxílio de tabelas demonstrativas dos dados, apresentando cada resultado *per si*.

4.10.1 Análise de Conteúdo à Questão Q1

A análise correspondente à questão Q1 – “De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?”, foi elaborada de acordo com a Tabela 13.

Podemos verificar que na resposta à questão Q1 todos os entrevistados destacaram o **“Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”** como projeto especiais/internos da GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos. Apenas, e cumulativamente aos dois projetos acima referidos surgem com menor incidência “o Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género”, a “Operação Censos Sénior” e o Projeto “Geração Gerações de Mãos Dadas”.

Tabela 13. Análise de resultados à questão Q1 – “De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?”

Q1 E	De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?	Unidade de Registo
1	“Existem dois projetos que são importantes nesta matéria, que é o projeto IAVE (...) e depois o (...) Programa Apoio 65 Idosos em Segurança”	1.1
2	“Ao nível da prevenção temos os idosos em segurança (...). Ao nível da resposta e do apoio a vítimas idosas temos o NIAVE (...) temos também um plano, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que prevê medidas de sensibilização”	1.1 1.2
3	“Na GNR o programa idoso em segurança apoio 65, é aquele que poderá eventualmente contribuir para a prevenção da violência contra os idosos (...) sendo que a GNR terá ido mais longe com a realização destas iniciativas, da Operação Censos Sénior, do Projeto Gerações de Gerações de Mãos Dadas”	1.1 1.3
4	“Sim, para além do programa Idosos em Segurança, o Projeto IAVE tem como missão a investigação de crimes cometidos contra pessoas especialmente vulneráveis, como são os idosos”	1.1
5	“Sim, a Guarda Nacional Republicana tem dois projetos direcionados aos idosos, um ao nível da prevenção, o apoio 65 idosos em segurança e um outro ao nível da Investigação criminal, o Projeto de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas”	1.1
6	“Sim, a Guarda Nacional Republicana tem dois projetos vocacionados para os idosos, um no âmbito da prevenção, “O Apoio 65 Idosos em Segurança” e um outro ao nível da Investigação criminal, o Projeto de Investigação e de apoio a Vítimas específicas.”	1.1

Desta forma, com o auxílio da Tabela 14 podemos verificar que 100% dos nossos entrevistados elencam o **“Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”** como projeto especiais/internos da GNR por forma a contribuir para a diminuição da violência sobre os idosos. Este resultado é importante para compreender se a GNR contribui ou não para o decréscimo da VD, e através de que projetos o faz.

Tabela 14. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q1 – “De acordo com a sua experiência profissional, existe, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 1.1	X	X	X	X	X	X	6	100
Segmento Q 1.2		X					1	16,7
Segmento Q 1.3			X				1	16,7

4.10.2 Análise de Conteúdo à Questão Q2

As seguintes Tabelas (15 e 16) expõem a análise do conteúdo relativamente à questão Q2 – “Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?”

Podemos verificar que na resposta à questão Q2 todos os entrevistados destacaram o **“Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”** como programa criado pela GNR em prol da vítima idosa, atuando na prevenção de reincidência da violência doméstica. Apenas, e cumulativamente aos dois projetos acima referidos surgem com menor incidência “o Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género”, a “a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Geração Gerações de Mãos Dadas” (vide Tabela 15).

Tabela 15. Análise de resultados à questão Q2 – “Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?”

Q2	Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?	Unidade de Registo
E		
1	“Existem dois projetos que são importantes nesta matéria, que é o projeto IAVE (...) e depois o (...) Programa Apoio 65 Idosos em Segurança”.	2.1
2	“Sim, existem (...). Ao nível da prevenção temos os idosos em segurança (...). Ao nível da resposta e do apoio a vítimas idosas temos o NIAVE (...) temos também um plano, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que prevê medidas de sensibilização”.	2.1 2.2
3	Na GNR o programa idoso em segurança apoio 65, é aquele que poderá eventualmente contribuir para a prevenção da violência contra os idosos (...) sendo que a GNR terá ido mais longe com a realização destas iniciativas, da Operação Censos Sénior, do Projeto Gerações de Gerações de Mãos Dadas”	2.1 2.3
4	“Apenas conheço (...) o Projeto IAVE”	2.1
5	“As ações de sensibilização efetuadas pelos Núcleos de Programas Especiais e pelos NIAVE”	2.1
6	“Todas as ações de sensibilização realizadas pelos Núcleos de Programas Especiais e pelos Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas, sobre a problemática dos maus-tratos aos idosos”	2.1

Desta forma, com o auxílio da Tabela 16 podemos verificar que 100% dos nossos entrevistados elencam o **“Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em**

Segurança” como programa criado pela GNR em prol da vítima idosa para prevenção de reincidência da violência doméstica. Contudo, apenas um (16,7%) dos entrevistados considera a existência do “Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género” como um plano importante na prevenção da reincidência de VD na vítima idosa. Por fim, um dos entrevistados (16,7%) considerou a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Geração Gerações de Mãos Dadas” como programa em prol da vítima idosa para prevenção de reincidência da violência doméstica.

Tabela 16. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q2 – “Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 2.1	X	X	X	X	X	X	6	100
Segmento Q 2.2		X					1	16,7
Segmento Q 2.3			X				1	16,7

4.10.3 Análise de Conteúdo à Questão Q3

A análise das Tabelas 17 e 18 demonstram a análise do conteúdo da questão Q3 – “Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?”

Confrontados com esta questão, os entrevistados demonstram perspetivas diferentes no que diz respeito aos programas de vigilância. Metade dos especialistas assumem o **“Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”** e a atividade **Operação “Censos Sénior”** como programas de vigilância em prol da vítima idosa. Apenas dois dos entrevistados assumem “o Programa de Proteção por Teleassistência” como programa de vigilância (vide Tabela 17).

Tabela 17. Análise de resultados à questão Q3 – “Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?”

Q3	Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?	Unidade de Registo
E		
1	“Existem dois projetos que são importantes nesta matéria, que é o projeto IAVE (...) e depois o (...) Programa Apoio 65 Idosos em Segurança”	3.1
2	“Existe a teleassistência mas isso é muito no âmbito da VD (...) e temos um policiamento de proximidade, é feita uma Georeferenciação, é convidada a pessoa a integrar o programa “Residência Segura”	3.2
3	“Existem (...) o programa Idosos em Segurança é desenvolvido todo o ano sendo que, nalgumas partes desse mesmo ano são desenvolvidas diversas atividades como a operação “Censos Sénior”	3.1 3.3
4	“A vítima idosa apenas poderá beneficiar de um programa de monitorização (...) através da sua inserção no programa de proteção por teleassistência.”	3.2

5	“A GNR, através do (...) Núcleo de Programas Especiais e (...) NIAVE (...) consegue fazer alguma monitorização das situações dos idosos (...) aquando de algumas Operações tais como Idoso Seguro e Censos Sénior”	3.1 3.3
6	“A Guarda Nacional Republicana (...) consegue de alguma forma realizar algum acompanhamento e monitorização das condições em que vivem os nossos idosos (...) aquando da realização de algumas Operações tais como Idoso Seguro e Censos Sénior.”	3.3

Como podemos observar na Tabela 18, 50% dos entrevistados elencam como programas de vigilância em prol da vítima idosa o **Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança** e a **Operação “Censos Sénior”**. Contudo, apenas 33,3% dos mesmos referem “o programa de Proteção por Teleassistência” como programa de vigilância em prol da vítima idosa.

Tabela 18. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q3 – “Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 3.1	X		X		X		3	50
Segmento Q 3.2		X		X			2	33,3
Segmento O 3.3			X		X	X	3	50

4.10.4 Análise de Conteúdo à Questão Q4

A análise correspondente à questão Q4 – “Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do(a) agressor(a) em liberdade neste âmbito?”, foi elaborada de acordo com a Tabela 19.

Na resposta à questão acima mencionada, os entrevistados são unânimes em relação às “**Medidas de Coação**” como mecanismo de controlo do agressor em liberdade. Também a maioria dos especialistas refere os “Mecanismos de Teleassistência e de Pulseira Eletrónica” como mecanismo de controlo do agressor. Contudo, apenas um dos entrevistados faz referência às “Medidas decretadas pelo Ministério Público” como mecanismo de controlo (vide Tabela 19).

Tabela 19. Análise de resultados à questão Q4 – “Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?”

Q4 E	Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?	Unidade de Registo
1	“Os mecanismos que existem de controlo ao agressor (...) os mecanismos de teleassistência, a pulseira eletrónica e as outras medidas de coação (...) a questão da proibição de contato, o afastamento da vítima, etc.”	4.1 4.2
2	“(...) são todas as medidas decretadas pelo Ministério Público (MP), medidas cautelares, como medidas de afastamento (...)”	4.2 4.3
3	“Existem medidas de coação (...), medidas de afastamento (...), pode-lhe ser aplicada uma pulseira eletrónica”	4.1 4.2

4	“Existe, para além das medidas de coação consagrada no CPP (...) medidas de monitorização por dispositivo eletrónico, designado por Vigilância Eletrónica”	4.1
		4.2
5	“A aplicação de medidas de coação aos arguidos (...)”	4.2
6	“A aplicação de medidas de coação aos arguidos (...), nos casos em que as medidas impostas são apenas o Termo de Identidade e Residência e Proibição de contactos bem como afastamento da residência, esta última medida pode ser monitorizada através da aplicação de uma pulseira eletrónica (...)”	4.1
		4.2

Como podemos verificar na Tabela 20, todos os entrevistados (100%) destacam as “**Medidas de Coação**” como mecanismo de controlo do(a) agressor(a). Ainda, cerca de 66,7% das respostas referem os “Mecanismos de Teleassistência e de Pulseira Eletrónica” como mecanismo de controlo. Por fim, apenas um dos entrevistados considera as “Medidas decretadas pelo Ministério Público como mecanismo de controlo” (16,7%).

Tabela 20. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q4 – “Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 4.1	X		X	X		X	4	66,6
Segmento Q 4.2	X	X	X	X	X	X	6	100
Segmento Q 4.3		X					1	16,7

4.10.5 Análise de Conteúdo à Questão Q5

A análise das Tabelas 21 e 22 demonstram a análise do conteúdo da questão Q5 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim, quais?”

De acordo com a resposta a esta questão, apenas metade dos especialistas consideram que o procedimento e/ou ação que permite avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos é a “**Base de dados da VD**”. De todos os entrevistados apenas um considera o “SGO-SITREP e SITREP” e outro considera “a intervenção dos militares da GNR como forma de identificar casos de reincidência”, como procedimentos que permitem avaliar os níveis de reincidência de VD contra o idoso (vide Tabela 21).

Tabela 21. Análise de resultados à questão Q5 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim, quais?”

Q5 E	Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim, quais?	Unidade de Registo
1	“ (...) existe a base de dados da VD (...) o SGO-SITREP e o SITREP antigo.”	5.1
		5.2
2	“ (...) como através do RVD que estabelece essa avaliação, mas que o faz é a estrutura da IC.”	5.1

3	“(…) a GNR tem à sua disposição um instrumento que é uma ficha de avaliação de risco aplicado à situação em concreto (...)”	5.1
4	“(…) a implementação das fichas RVD 1L e 2L, as vítimas começaram a sentir-se mais acompanhadas e os agressores mais monitorizados (...)”	5.1
5	“(…) a existência de uma Base de dados de Violência Doméstica também poderá permitir uma informação mais rápida sobre se a situação em causa (...).O Tribunal (...) efetua pesquisa (...) de forma a saber se as situações de maus-tratos (...) são reincidentes ou não.”	5.1
6	“A avaliação da reincidência, é efetuada (...) através dos militares que exercem funções (...) sendo estes que quando ocorrem as diligências, identificam no imediato se é ou não uma situação de reincidência (...). Existe ainda uma Base de dados de Violência Doméstica (...)”	5.1 5.3

Observando a Tabela 22, podemos constatar que 100% dos entrevistados destacam a **“Base de dados da VD”**, como procedimento de avaliação de risco. Deste último conjunto de entrevistados que destacam a **“Base de dados da VD”** apenas um, ou seja, 16,7% destaca a “intervenção dos militares da GNR como forma de identificar casos de reincidência” de VD. Existe também, dentro dos 100% que destacam a **“Base de dados da VD”** como procedimento de avaliação dos níveis de reincidência dos factos criminosos, um entrevistado (16,7%) que refere o “SGO-SITREP e SITREP” como procedimento dessa avaliação.

Tabela 22. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q5 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim, quais?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 5.1	X	X	X	X	X	X	6	100
Segmento Q 5.2	X						1	16,7
Segmento Q 5.4						X	1	16,7

4.10.6 Análise de Conteúdo à Questão Q6

A análise correspondente à questão Q6 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim, quais?”, foi elaborada de acordo com a Tabela 23.

Relativamente a esta questão não houve unanimidade entre os entrevistados. Do conjunto de seis entrevistados, dois destacam que existe o **“Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género”**, e, apenas um ainda refere a existência do “Relatório de Informações”. Dois dos entrevistados afirmam **“não ter conhecimento”** de qualquer tipo de método de avaliação de impacto. Os outros dois especialistas apenas referem o

“**Tribunal**” como autoridade que impõe medidas tendo em conta toda a envolvente da vítima idosa (vide Tabela 23).

Tabela 23. Análise de resultados à questão Q6 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim, quais?”

Q6 E	Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim, quais?	Unidade de Registo
1	“Sim (...) o plano nacional contra a violência doméstica onde há um conjunto de medida, (...) é feito em parceria com outras organizações, ou seja, não é só a GNR (...)”	6.1
2	“Temos (...) um Plano Nacional de Prevenção Contra a Violência Doméstica e de Género (...). Existe também o relatório de informações que também, de certa forma fazem análise estatística (...)”	6.1 6.2
3	“Por isso não tenho conhecimento, sei que essa avaliação é feita, que esses trabalhos existem (...)”	6.3
4	“(...) não tenho conhecimento de métodos da GNR para avaliar o impacto.”	6.3
5	“As medidas implementadas pelo Tribunal têm sempre em conta todos os factores que envolvem os idosos (...)”	6.4
6	“Na execução e implementação das medidas o Tribunal têm sempre em conta todos os factores que envolvem a prática de crimes contra os idosos (...)”	6.4

Examinando a Tabela 24, podemos constatar que 33,3% dos entrevistados destacam o “**Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género**” como forma de avaliar as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias no âmbito da VD contra a vítima idosa. Ainda 33,3% assume como procedimentos para fazer essa avaliação o “Tribunal”, e apenas 16,7% refere “Relatório de Informações” como uma forma de avaliar as medidas implementadas e o seu impacto. Contudo, existem 33,3% dos especialistas que assumem “**não ter conhecimento**” da existência desses procedimentos.

Tabela 24. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q6 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim, quais?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 6.1	X	X					2	33,3
Segmento Q 6.2		X					1	16,7
Segmento Q 6.3			X	X			2	33,3
Segmento Q 6.4					X	X	2	33,3

4.10.7 Análise de Conteúdo à Questão Q7

As próximas Tabelas (25 e 26) expõem a análise do conteúdo relativamente à questão Q7 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da

GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim, quais?”

Como podemos observar na resposta a esta questão, a maioria dos especialistas entrevistados destacam que os procedimentos que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal são, designadamente, o “**SIOP**”, o “**SITREP**”, “**SGO-SITREP**” e o “**Relatórios de informações**”. Podemos ainda referir que dois dos entrevistados referem que através da Base de dados da VD é possível avaliar quais os índices de ocorrência da VD contra a vítima idosa. Por fim, dois dos especialistas afirmam que através dos “Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária” conseguem fazer essa avaliação (vide Tabela 25).

Tabela 25. Análise de resultados à questão Q7 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim, quais?”

Q7 E	Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim, quais?	Unidade de Registo
1	“Neste momento nós temos três fontes de registo, o SIOP, mas o SIOP não está em todas as unidades (...), temos o SITREP ou o SGO-SITREP onde são registadas as ocorrências (...), e, temos a base de dados da violência doméstica.”	7.1 7.2
2	“ (...) através de relatórios de informações, através do SITREP, através das nossas bases de dados, onde são feitos os registos dessas ocorrências (...)”	7.1 7.2
3	“ (...) a DIC e a Direção de Informações têm um conjunto de instrumentos, que sustentam, ou seja, que recolhem do que são as participações dos crimes nos Postos da GNR (...)”	7.1
4	“ (...) existem os NAIIC das SIIC das Unidades que controlam e monitorizam o fenómeno criminal”	7.1
5	“A Guarda, através dos seus Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, desenvolvem ações que pretendem assegurar a deteção, a sinalização e o encaminhamento atempado das vítimas de abuso e violência sobre pessoas idosas, nomeadamente nas Operações dos Censos Sénior e Idosos em Segurança (...)”	7.3
6	“ A Guarda, através dos seus Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, desenvolvem ações que pretendem assegurar a deteção, a sinalização e o encaminhamento atempado das vítimas de abuso e violência sobre pessoas idosas, nomeadamente nas Operações dos Censos Sénior e Idosos em Segurança (...)”	7.3

Assim, consultando a Tabela 26 verificamos que 66,7% dos entrevistados referem o “**SIOP**”, o “**SITREP**”, “**SGO-SITREP**” e o “**Relatórios de informações**” como procedimentos que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste crime. Ainda dos 66,7% existem 50% destes que referem que com a “Base de dados da VD” é possível avaliar quais os índices de ocorrência do fenómeno. Para finalizar, 33,3% dos entrevistados faz referência aos “Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária” como forma de avaliação dos índices de ocorrência da VD contra a vítima idosa.

Tabela 26. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q7 – “Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim, quais?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 7.1	X	X	X	X			4	66,7
Segmento Q 7.2	X	X					2	33,3
Segmento Q 7.3					X	X	2	33,3

4.10.1 Análise de Conteúdo à Questão Q8

A análise das Tabelas 27 e 28 demonstram a análise do conteúdo da questão Q8 – “Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós-punição?”

Com o auxílio da Tabela 27 podemos observar que as opiniões divergem em dois sentidos. Metade dos especialistas afirmam que **“não há nenhum controlo no pós-punição”** logo que não é possível essa avaliação. Por outro lado, a metade restante dos entrevistados refere que **“é possível, mas compete a outros órgãos”** exteriores à GNR, como o caso da DGRSP.

Tabela 27. Análise de resultados à questão Q8 – “Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor nos pós-punição?”

Q8 E	Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor nos pós-punição?	Unidade de Registo
1	“Não há nenhum controlo pós-punição (...)”	8.1
2	“Que eu saiba não há controlo. Depois de punido é como tivesse terminado o caso.”	8.1
3	“No que diz respeito a um agressor punido, já não é responsabilidade da GNR (...)”	8.1
4	“Penso que é sempre possível avaliar ou melhor, verificar a existência de controlo efetuado aos agressores, após a punição (...) se bem que (...) após a punição não há base legal para esse mesmo controlo.”	8.2
5	“Sim é possível, contudo tal controlo pós punição será da área da DGRSP”	8.2
6	“Sim é possível, contudo tal controlo pós punição será da área da DGRSP”	8.2

Verificando por sua vez a Tabela das frequências, conseguimos apurar que 50% dos entrevistados afirma não haver controlo efetuado ao(à) agressor(a) no pós-punição. Por outro lado, os restantes 50% dos entrevistados referem que existe controlo do(a) agressor(a) no pós-punição, contudo, esse controlo é exercido por órgãos exteriores a GNR (vide Tabela 28).

Tabela 28. Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão Q8 – “Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor nos pós-punição?”

Segmentos das respostas	Entrevistados						Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Questão								
Segmento Q 8.1	X	X	X				3	50
Segmento Q 8.2				X	X	X	3	50

4.11 Discussão de Resultados

Iremos, após uma profunda análise de toda a informação recolhida, discutir os resultados que obtivemos através da análise documental do V PNPCVDG, da análise relativa aos dados do relatório “Envelhecimento e Violência”, e das entrevistas aos especialistas na área (vide Apêndice K).

Para uma melhor explicação iremos estabelecer uma sequência lógica dos assuntos que seguidamente iremos abordar, como tal, seguiremos uma determinada sequência, que será: o tipo de violência que é perpetrada contra a vítima idosa, o perfil desse tipo de vítima, quem é o(a) agressor(a), o tipo de conduta (sob que forma surge essa violência), as medidas que se concretizaram no ano de 2014 por forma a fazer face a este flagelo, a opinião dos especialistas, e por fim, iremos fazer referência a algumas propostas que seria de todo proveitoso que se viessem a realizar.

Relativamente ao “Tipo de Violência”, iremos falar da violência física, perpetrada contra uma vítima na sua maioria mulheres dos 60-69 anos, que vivem no centro do País, na sua maioria casadas, em situação de reforma (sem atividade profissional), com um agregado familiar composto por duas pessoas, que residem em núcleo familiar e que, na sua maioria tem o 1º ciclo do ensino básico. Relativamente ao(à) agressor(a), podendo este(a) ser familiar ou parente da vítima idosa, pode-se constituir como cônjuge/companheiro, filho/enteado, filha/ enteada, vários agressores ou nora/genro da vítima.

Porém, existe três “Tipos de Violência ou Conduta” a assinalar, o “Bater/Agredir”, o “impedir de falar, estar com outras pessoas”, e “Trancar” a vítima em casa. Desta forma, para a conduta de “Bater/Agredir” foi criada uma medida concretizada em 2014 por forma a fazer face a este tipo de situação, ou seja, a Operação “Idosos em Segurança” desenvolvida pela GNR. Por outro lado, foi criado também a Operação “Censos Sénior” como medida para fazer face à conduta de “Impedir de falar, estar com pessoas” (vide Apêndice K).

Após as informações recolhidas junto dos especialistas, podemos apurar que a GNR desenvolveu projetos no âmbito do apoio a este tipo de violência (física), auxiliando estas vítimas especialmente vulneráveis, através do Projeto IAVE, do Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, o V PNPCVDG 2014-2017, a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.

De acordo com o Apêndice K, outro tipo de violência exercida contra a pessoa idosa é a violência financeira, perpetrada contra uma vítima na sua maioria mulheres dos 60-69 anos, que vivem no centro do País, na sua maioria casadas, em situação de reforma (sem atividade profissional), com um agregado familiar composto por duas pessoas, que residem em núcleo familiar e que, na sua maioria tem o 1º ciclo do ensino básico. Relativamente ao tipo de agressor(a) estes variam consoante o tipo de conduta exercido, sendo assim, a tipologia do(a) agressor(a) tendo em conta a conduta de “roubo” é composto pelo cônjuge/companheiro, filho/enteado, e pelo neto. Por outro lado, em relação à conduta de “ser forçado a dar os direitos legais” e “não contribuir nas despesas”, o tipo de agressor(a) varia entre o cônjuge/companheiro, filho/enteado, pelo neto e por vários agressores do seio familiar. Por fim, o(a) agressor(a) correspondente à conduta de “apropriação da casa” é constituído pelo cônjuge/companheiro, filho/enteado e filha/enteada.

Através da análise do V PNPCVDG conseguimos apurar que a GNR desenvolveu algumas medidas por forma a apoiar a vítima idosa. Deste modo, relativamente à conduta de “roubo”, foi desenvolvida a Operação “Idosos em Segurança”, prestando assim o auxílio às vítimas. A Operação “Censos Sénior” veio também atuar no que diz respeito à conduta “ser forçado a dar os direitos legais”, “apropriação de casa” e “não contribuir para as despesas”. Por fim, os especialistas foram unânimes e consideraram o Projeto IAVE, o Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, o V PNPCVDG 2014-2017, a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Gerações de Mãos Dadas”, como projetos e planos que promovem a prevenção e apoio em caso de violência financeira.

Existe também relativamente ao “Tipo de Violência”, a violência psicológica, perpetrada contra uma vítima na sua maioria mulheres dos 60-69 anos, que vivem no centro do País, na sua maioria casadas, em situação de reforma (sem atividade profissional), com um agregado familiar composto por duas pessoas, que residem em núcleo familiar e que, na sua maioria tem o 1º ciclo do ensino básico. Neste tipo de violência o(a) agressor(a) constitui-se como o cônjuge/companheiro, o filho/enteado, a

filha/ enteada e por vários(as) agressores(as). A conduta perpetrada contra este tipo de vítima assume três formas, “ignorar”, “gritar” e “ameaçar” a mesma. Partindo da análise do V PNPCVDG foi criada uma medida em 2014 por forma a fazer face a esta conduta tomada pelos(as) agressores(as), sendo ela a Operação “Idosos em Segurança”. De acordo com a opinião recolhida junto dos especialistas na área, a GNR tem projetos neste âmbito que atuam aquando este tipo de violência (financeira), nomeadamente, o Projeto IAVE, o Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, o V PNPCVDG 2014-2017, a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Gerações de Mãos Dadas”. (vide Apêndice K)

A Negligência, constitui-se também como um tipo de violência que é exercida contra a pessoa idosa. Esta mesma vítima caracteriza-se por ser na sua maioria mulheres dos 60-69 anos, que vivem no centro do País, na sua maioria casadas, em situação de reforma (sem atividade profissional), com um agregado familiar composto por duas pessoas, que residem em núcleo familiar e que, na sua maioria tem o 1ºciclo do ensino básico. Desta forma, a vítima idosa sofre de atos de negligência por parte do seu cônjuge/companheiro, filha/ enteada e /ou outro familiar, ou seja, o seu cuidador não prestar os cuidados de higiene à mesma ou não fornece à vítima os alimentos necessários à sua sobrevivência aquando esta se encontra num estado de incapacidade para tal (a título de exemplo). A análise do V PNPCVDG permite afirmar que se materializou uma medida capaz de fazer face a esta problemática, que foi desenvolvida pela Operação “Censos Sénior”. Podemos apurar junto dos especialistas que a GNR através do Projeto IAVE, do Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, do V PNPCVDG 2014-2017, da Operação “Censos Sénior” e do Projeto “Gerações de Mãos Dadas”, promove a prevenção e atua neste tipo de violência.

Por último surge a violência sexual, que na maioria dos casos (da nossa investigação) é cometida contra na sua maioria mulheres dos 60-69 anos, que vivem no centro do País, na sua maioria casadas, em situação de reforma (sem atividade profissional), com um agregado familiar composto por duas pessoas, que residem em núcleo familiar e que, na sua maioria tem o 1ºciclo do ensino básico. A tipologia do agressor(a) contrariamente aos outros tipos de violência é constituído apenas pelo(a) cônjuge/companheiro da vítima. Quando nos referimos à violação sexual, referimo-nos a atos sexuais sem consentimento da outra pessoa, ou seja, da vítima especialmente vulnerável, no presente caso os(as) idosos(as). Com base no V PNPCVDG foram concretizadas medidas e campanhas de sensibilização (vide Anexo D) no âmbito deste tipo

de violência, o que se materializou através da Operação “Censos Sênior”. Os especialistas entrevistados elegeram, à semelhança dos outros tipos de violência, alguns programas que fazem face a este tipo de violência em causa, ou seja, o Projeto IAVE, o Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, o V PNPCVDG 2014-2017, a Operação “Censos Sênior” e o Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.

Para terminar, e com base em toda a informação por nos recolhida ao longo deste TIA e associando a todos os tipos de violência perpetrados contra a vítima idosa, considerámos como de elevada pertinência a seguinte proposta: chamar a atenção aos intervenientes dos programas de intervenção IAVE no que respeita à Gestão de Risco, e dos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para a tipologia do(a) agressor(a), à tipologia da violência, seja ela física, financeira, psicológica, negligente ou sexual.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Considerações finais

Entramos no último capítulo deste trabalho de investigação. É nesta etapa que irão ser expostas as conclusões relativas ao tema em estudo e também, irão ser respondidas as questões previamente colocadas, ou seja, as respostas às QD's e à QC, sendo que esta investigação culminará com as respostas a essas questões.

Por fim, serão referidas as limitações à investigação realizada, tecendo algumas diretrizes por forma a orientar um possível estudo no âmbito desta temática.

Relembremos que o tema em estudo é **“A GNR e a vítima idosa. A prevenção da Violência Doméstica”**, o que está intimamente ligado à QC e ao OG desta investigação.

A informação obtida através do cruzamento das fontes de informação, mas principalmente através dos especialistas na área, permite-nos referir que em relação à H1 “Os programas de prevenção da violência doméstica contra a vítima idosa contribuem para a diminuição da sua reincidência junto das populações na ótica dos investigadores”, de facto atuando na prevenção é possível reduzir este ato criminoso, na medida em que a vítima e/ou possível vítima de VD ficará mais atenta aos sinais do seu agressor(a) e/ou possível agressor(a), contudo não conseguimos afirmar o quanto contribui para a sua diminuição. Ficando desperta para esta temática, a vítima poderá antecipar alguns atos de violência cometidos contra si, ou se denotar que foi vítima de VD ficará mais sensibilizada para a apresentação de queixa num posto da GNR.

No que diz respeito à H2 “As medidas de ação junto do agressor(a) atenuam a reincidência da violência doméstica”, e segundo os dados apurados através das nossas fontes, as medidas implementadas poderão produzir efeito junto do(a) agressor(a), contudo, a GNR não desenvolve, ou pelo menos não há conhecimento, de que tenha desenvolvido qualquer tipo de medidas junto de um(a) agressor(a), sendo que, esse controlo é realizado por entidades exteriores à GNR.

Por fim, e relativamente à H3 “A GNR desempenha um papel fundamental na prevenção criminal da violência doméstica perpetrada contra vítima idosa”, existe de facto

um papel de grande importância da GNR no que diz respeito à prevenção criminal da VD contra a vítima idosa, nomeadamente através de ações de sensibilização, do desenvolvimento de projetos como o Projeto IAVE ou o Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, com a sua participação no V PNPCVDG 2014-2017, com a criação de uma base de dados relativa aos idosos isolados através da Operação “Censos Sénior” e também com o Projeto “Gerações de Mãos Dadas”. Com a criação destes projetos a GNR pretende atuar na prevenção, alertando as vítimas e/ou potenciais vítimas e seus familiares para esta problemática.

Através da análise e discussão de resultados, podemos concluir que atingimos o nosso OG ao que nos propusemos inicialmente com o nosso problema, ou seja, **“Avaliar os procedimentos exercidos na prevenção da violência contra idosos”**. No que respeita ao nosso OE, foram definidas cinco QD’s que se constituem como fundamentais para alcançar o nosso OE.

A QD1 **“Quais os projetos especiais/internos que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?”**, tendo em conta toda a recolha de dados realizada e também a posterior discussão de resultados, podemos afirmar que relativamente a projetos especiais/internos que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos a GNR desenvolveu o Projeto IAVE, Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, a Operação “Censos Sénior”, que têm contribuído para o decréscimo da VD contra a vítima idosa apesar de que ainda não se consiga contabilizar quanto. Isso seria para outro TIA em que se compara o índice ou taxa de ocorrências ou participações de VD em idosos transversalmente.

A resposta à QD2: **“Quais os programas de prevenção de reincidência em prol da vítima idosa?”**, surge de acordo com a informação recolhida junto dos especialistas na área em comunhão com os dados recolhidos durante a nossa análise documental, o que nos permite referir que existem programas de prevenção em prol da vítima idosa e não programas de prevenção da reincidência em prol da vítima idosa. Contudo, ao atuar na prevenção, a GNR atua também na sensibilização para este tipo de violência, logo, ao atuar na prevenção atuará também na não reincidência. Pelo que, os programas considerados de prevenção em prol da vítima idosa são, o Projeto IAVE, Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, a Operação “Censos Sénior”.

Na resposta à QD3 **“Quais os programas de vigilância em prol da vítima idosa?”**, e de acordo com a discussão de resultados, é-nos permitido elencar os programas

de vigilância em prol da vítima idosa, são eles nomeadamente, o Projeto IAVE, Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, a Operação “Censos Sénior” e o programa de Proteção por Teleassistência.

A QD4 **“Quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade?”**, de acordo com a opinião dos especialistas na área, a GNR não efetua qualquer tipo de controlo ao agressor(a) em liberdade, contudo, esse controlo é feito por órgãos exteriores à GNR. Os mecanismos de controlo do agressor em liberdade passaram por medidas decretadas pelo Ministério Público, mecanismos de Teleassistência e de Pulseira Eletrónica, e pela implementação de medidas de coação.

Por fim, e em resposta à QD5 **“Quais as características das vítimas/agressores(as) e das tipologias de violência?”** com base nos dados recolhidos do Relatório “Envelhecimento e Violência” e na discussão de resultados, conseguimos estabelecer o perfil das vítimas, do(a) agressor(a) e da tipologia de violência, segundo a nossa amostra. Relativamente às características das vítimas, estas são na sua maioria mulheres dos 60-69 anos, que vivem no centro do País, na sua maioria casadas, em situação de reforma (sem atividade profissional), com um agregado familiar composto por duas pessoas, que residem em núcleo familiar e que, na sua maioria tem o 1º ciclo do ensino básico. Quanto aos agressores estes caracterizam-se por ser o cônjuge/companheiro, o filho/enteado, a filha/ enteada, vários agressores ou nora/genro da vítima.

É com base no tema em estudo que nos surge a questão central de investigação, ou seja, a QC: **“Quais os procedimentos efetuados no âmbito da prevenção de violência doméstica na vítima idosa?”** Através de uma profunda análise ao Relatório do Envelhecimento e Violência (dados GNR 2012/2013), ao V Plano Nacional de Proteção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 – 2015), assim como, às entrevistas realizadas a especialistas na área da VD, é-nos permitido afirmar que a GNR relativamente à prevenção de crimes de VD cometidos contra esta vítima específica especialmente vulnerável, tem um papel fundamental, pelo que, tem desenvolvido programas de apoio e prevenção a este tipo de vítimas. Este apoio tem sido exercido pelos militares da GNR que, através das operações desenvolvidas pela GNR no âmbito da prevenção da VD, têm dado um contributo importante. A sua missão passa por ações de sensibilização e/ou ações de prevenção juntos das vítimas e/ou potenciais vítimas, por forma a estas tomarem conhecimento de que a VD é um crime, e como crime que é terá de ser denunciado às FS. Existem também ações no âmbito da Georeferenciação dos idosos que se encontram

sozinhos e isolados da comunidade, por forma a tornar o contacto entre o idoso e a GNR mais próximo. Dando resposta à QC, e no âmbito da prevenção de VD na vítima idosa, a GNR desenvolveu o Projeto IAVE, o Programa Apoio 65 – “Idosos em Segurança”, a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Gerações de Mãos Dadas”, como meio de atuar junto das vítimas, e sobretudo sensibilizando futuras possíveis vítimas para este crime, pois só atuando na prevenção é que conseguiremos reduzir o número de crimes/vítimas.

Não poderíamos deixar de referir a pertinência da seguinte proposta: chamar a atenção aos intervenientes dos programas de intervenção IAVE no que respeita à Gestão de Risco e dos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para a tipologia do(a) agressor(a) quanto à tipologia da violência.

Em suma, nesta investigação determinamos os procedimentos efetuados pela GNR no âmbito da prevenção do crime de VD na vítima idosa, sendo que é fundamental a GNR continuar a colaborar com os seus projetos e até com a criação de novos projetos, por forma a atuar na prevenção deste fenómeno criminal, pois só assim conseguiremos diminuir o número de vítimas.

5.2 Limitações à investigação e propostas futuras

Ao longo da realização deste TIA foi encontrada uma limitação ao mesmo, sendo ela: o tempo disponível para a realização de uma investigação desta pertinência.

Como proposta futura seria desejável a realização de estudos sobre o papel da GNR em relação ao(à) agressor(a) de VD sobre a vítima idosa e quais as medidas necessárias à não reincidência deste fenómeno criminal, bem como estudos retrospectivos e transversais sobre a evolução do fenómeno durante a vigência dos programas especiais de prevenção criminal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baca, E., Cabana, M. L., & Baca-Garcia, E. (2003). *El proyecto Fénix: un estudio sobre las víctimas del terrorismo en España. Resultados preliminares. Las víctimas de violencia. Em estudios psicopatológicos*. Madrid: Triacastela Instituto de Victimologia. Fundación de Archivos de Neurobiologia.
- Castanho, A., & Quaresma, C. (2014). *RVD - Manual de Aplicação da Ficha de Avaliação de Risco*. Lisboa: Secretaria- Geral da Administração Interna.
- Castanho, A., Quaresmo, C., Isdoro, L., Ferreira, A., Marques, A., Viera, A., . . . Pereira, V. (2013). *Manual de Policiamento da Violência Doméstica*. Lisboa: Direção-Geral da Administração Interna.
- Correia, S. (2013). *Crenças acerca da violência conjugal e rupturas da conjugalidade na população residente nos Distritos de Lisboa e Setúbal*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Escola de Psicologia e Ciências da Vida.
- Cortez, A. (2009). *Histórias de vitimização e seus significados*. Tese de Mestrado integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Decreto Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro. *Diário da República, 1.ª série - N.º 221 - 23 de setembro de 1982*. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Despacho n.º 32021/2008. (2008). *Unidades orgânicas flexíveis do Comando da GNR*. Lisboa: Diário da República.
- Dias, I. S. (2000). *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*. IV Congresso Português de Sociologia.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gil, A. P., Santos, A. J., Kislaya, I., Nunes, B., Nicolau, R., Fernandes, A. A., . . . Mascoli, L. (2013). *Relatório Científico - Envelhecimento e Violência*. Lisboa: Instituto nacional Doutor Ricardo Jorge.
- Guarda nacional Republicana. (2012). *Censos Sénior*. Obtido em 7 de Janeiro de 2015, de Guarda nacional Republicana: http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r_vz24r05n/016vpvn5/a16vpvn5_qr5p4vpnl&fonte=noticias&id=720.
- Guarda Nacional Republicana. (2015). *Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária*. Obtido em 2015 de janeiro de 2015, de Guarda Nacional Republicana: http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/241t4nzn5.

- Guarda Nacional Republicana. (2015). *Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança*. Obtido em 7 de Janeiro de 2015, de Guarda Nacional Republicana: http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/vq1515_5rt74n0pn.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação por Questionário* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Hindelang, M., Gottfredson, M., & Garofalo, J. (1978). *Victims of Personal Crime*. Cambridge: Ballinger.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Júnior, N. F., Melman, J., Celiberti, M. E., & Aoki, M. (2007). *Caderno de Violência contra a Pessoa Idosa*. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde.
- Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto. (s.d.). *Lei de Organização da Investigação Criminal - Diário da República, 1.ª série — N.º 165 — 27 de Agosto de 2008*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro. (s.d.). *Diário da República, 1.ª série — N.º 213 — 6 de Novembro de 2007*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Machado, T. F. (2013). *Projeto de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (IAVE): Enquadramento e Desafios*. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de GNR, Lisboa, Academia Militar.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas S.A.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2004). *Metodologia Científica* (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Mascoli, L., & Ferreira, A. (2013). Gestão de risco em violência doméstica. *Criap forense, N.º 1*, pp. 48-49.
- NEP/GNR - 3.58. (2011). *Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR*. Lisboa: GNR/CO/DO.
- Peixoto, A. (2012). *Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Perista, H., & Perista, P. (2012). *Mulheres, Homens e Envelhecimento*. Lisboa: Comissão para a Cidadania - Presidência do Conselho de Ministros.
- Porto Editora. (2003-2015). Obtido em 26 de janeiro de 2015, de Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/prevenção>.
- Porto Editora. (2003-2015). *Infopédia*. Obtido em 28 de junho de 2015, de Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/conceito>.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2ª ed.). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quaresma, C. (2012). *Violência Doméstica: Da participação da Ocorrência à Investigação Criminal*. Lisboa: DGAI.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013. (2013). V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017 (V PNPCVDG). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013. Diário da República, 1.ª série — N.º 253 — 31 de dezembro de 2013. Programa do XIX Governo Constitucional.*, pp. 7017-7035.
- Sarmento, M. (2013a). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica* (3ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sarmento, M. (2013b). *Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sholam, S. G., Knepper, P., & Kett, M. (2010). *International Handbook of Victimology*. USA: CRC Press.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios* (4º ed.). Lisboa: Pactor.
- Valente, A. (2013). *Vitimização Criminal dos Idosos em Portugal*. Lisboa. Cadernos da Administração Interna.
- Walklate, S. (2007). *Imagining the victim of crime*. USA: McGraw-Hill.
- Wolfgang, M. (1957). Victim precipitated criminal Homicide. *Journal of criminal law and criminology*, Vol. 48, 1ª ed., 1-11.
- World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. Geneve: World Health Organization.
- World Health Organization. (s.d.). *Ageing and Life Course*. Obtido em 06 de Janeiro de 2015, de http://www.who.int/ageing/projects/elder_abuse/en/.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica.

Autor: Aspirante de Infantaria Diogo Manuel Martins Vicente

Orientador: Professora Doutora Luísa Maria Carreira Ferreira Mascoli
Coorientador: Capitão de Cavalaria Mafalda Martins

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do trabalho Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada com vista à obtenção do grau de mestre pela Academia Militar em Ciências Militares, na especialidade de Segurança – GNR, venho por este meio solicitar a sua participação na presente entrevista para o meu TIA subordinado ao tema “A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica.”

O mesmo faz parte do Trabalho de Investigação Aplicada desenvolvido que terá como objetivo recolher dados sobre a sua perceção profissional relativamente à temática da Violência Doméstica cometida sobre vítimas específicas vulneráveis, mais propriamente dos idosos. Deste modo, pretende-se compreender o papel da Guarda Nacional Republicana na prevenção da violência doméstica cometida contra os idosos.

Pretende-se portanto, que as respostas sejam dadas de acordo com experiência dos entrevistados, que se afiguram como especialista na área da Violência Doméstica.

Este contributo afigura-se como um elemento fundamental na realização deste Trabalho de Investigação, assim como, no alcançar dos objetivos propostos.

Solicito então a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista, que será parte constituinte deste Trabalho de Investigação Aplicado.

Obrigado pelo seu contributo.

Atenciosamente,

Diogo Manuel Martins Vicente
Aspirante de Infantaria da GNR

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico

Posto, Unidade, Função, Data e Local.

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós punição?

(Se considerar por pertinente adicionar algo, fruto da sua vasta experiência profissional, a esta investigação, sintá-se à vontade para o fazer.)

Muito obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE C – ENTREVISTA 1

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico

Tenente-Coronel, Direção de IC, Chefe Direção de IC, 27 de junho de 2015, Lisboa.

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

R1: “Existem dois projetos que são importantes nesta matéria, que é o projeto IAVE, de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas, no âmbito da prevenção e da investigação e depois o projeto que é liderado pela DO, no âmbito do projeto idosos em segurança o “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”, estes são os programas que a GNR tem vocacionados para os idosos (não tanto na perspetiva de programas de combate à violência doméstica, sendo que aqui a questão está um pouco desenquadrada), mas são projetos que contribuem, de alguma forma, para o decréscimo da violência sobre os idosos. Contribuem mais no âmbito preventivo, ou seja, são campanhas de sensibilização e são feitas em conjunto, em grupo ou individualmente porta a porta, e que de alguma forma contribuem para o decréscimo, ou quanto mais não seja, para a sinalização das situações de violência doméstica.”

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

R2: “Esta resposta tem tudo a ver com a anterior, é mais daquilo que eu referi, tem a ver com a prevenção da reincidência da violência doméstica.”

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

R3: “ Os programas foram aqueles que referi anteriormente, sem prejuízo de ter sido criado um programa mais recente ou uma variante de um programa que aponte mais

neste sentido. Do nosso ponto de vista, da IC e daquilo que posso referir o único que temos é o projeto IAVE”.

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

R4: “Os mecanismos que existem de controlo ao agressor, são exatamente os mesmo que existe para outro qualquer tipo de agressão, portanto, os mecanismos de teleassistência, a pulseira eletrónica, e as outras medidas de coacção que podem ser aplicadas ao agressor, nomeadamente a questão da proibição de contato, o afastamento da vítima, etc.

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

R5: “De alguma forma existe a base de dados da violência doméstica, onde são compilados um conjunto de dados que permitem depois fazer esta avaliação destes níveis de reincidência. E depois há o SGO-SITREP, a aplicação mais recente onde é possível também fazer depois a triagem das situações de reincidência. Portanto SGO-SITREP e o SITREP antigo.”

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

R6: “Sim, os procedimentos que nós temos, portanto, existem os planos nacionais, o plano nacional contra a violência doméstica onde há um conjunto de medidas entre as quais figuram esta questão da avaliação acerca das medidas implementadas e qual é que é o seu resultado. Isto habitualmente é feito em parceria com outras organizações, ou seja, não é só a GNR que intervém neste âmbito, há organizações não-governamentais que também intervêm. Depois o que é registado é o misto daquilo que ambas as instituições enviam. No nosso caso fazemos este controlo através de quesitos concretos ao terreno e que o terreno nos responde ou através das bases de dados que nós temos. Depois disto tudo, é integrado nos mecanismos de monitorização e é onde é feita a avaliação deste impacto.”

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

R7: “Neste momento nós temos três fontes de registo, o SIIOP, mas o SIIOP não está em todas as unidades, portanto logo aí é uma limitação. Temos o SITREP ou o SGO-SITREP onde são registadas as ocorrências, e por outro lado, temos a base de dados da violência doméstica. São portanto, os três maiores onde se regista esta ocorrência.”

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós-punição?

R8: “Não há nenhum controlo pós-punição, digamos que se houver teríamos de falar com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais pois são eles que tratam desta matéria. Aquilo que nos fazemos do ponto de vista do projeto IAVE, por exemplo, no âmbito das medidas de prevenção, prevenção terciária neste caso, (existe a primária, a secundária e a terciária) é justamente haver algum acompanhamento junto do agressor que está identificado, de forma a que, de alguma forma, ele sinta que se houver reincidência a GNR atua em tempo útil.”

(Se considerar por pertinente adicionar algo, fruto da sua vasta experiência profissional, a esta investigação, sinta-se à vontade para o fazer.)

R: “Resta-me acrescentar que a vítima idosa é uma vítima vulnerável porque, em termos de caracterização dos fenómenos, nós sabemos que a maior parte dos agressores acabam por se constituir como os principais suportes dos idosos, daí que seja muitas vezes difícil investigar este tipo de fenómeno, seja porque a vítima não dá conta dele, portanto não reporta, ou então porque também não colabora na investigação, pelo mesmo motivo, não quer pôr em cheque a pessoa que cuida dela, e que a maior parte das vezes é um familiar. Portanto, são dificuldades acrescidas que temos em termos de investigação.”

APÊNDICE D – ENTREVISTA 2

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico

Major, Comando Geral, Chefe da Repartição de Programas Especiais, 2 de julho de 2015, Lisboa.

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

R1: “Ao nível da prevenção temos os idosos em segurança, através do contato direto e do patrulhamento e com a realização de operações durante o ano que irão sensibilizar para esta problemática. Ao nível da resposta e do apoio a vítimas idosas temos o NIAVE que a nível de estrutura de IC para além de todos os argumentos no apoio dos inquiridos, e também o apoio à vítima e eventualmente o encaminhamento para outras instituições. Estas são as respostas, digamos assim, operacionais, mas temos também um plano, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que prevê medidas de sensibilização e pela qual estas ações que vamos desenvolver na prevenção de violência contra idosos. Principalmente é este o programa. Se contribui para o decréscimo, isso já é quase outra questão, porque estatisticamente nós temos essa distinção, do número de situações de violência sendo que grande parte delas estão relacionadas com a VD. O relatório de informações da Direção de Informações, tem cá essa distinção. Faz a distinção do número de crimes. Especifica que 7,2% dos crimes sobre os idosos que a maioria é furtos.

SPE através dos programas idosos em segurança e a estrutura da IC através dos NIAVE.”

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

R2: “Sim existem. Já respondi na primeira, são os programas especiais, SPE através dos idosos em segurança e a estrutura da IC através do NIAVE.”

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

R3: “Existe a teleassistência mas isso é muito no âmbito da VD, e não diretamente para os idosos. Ao nível do policiamento através dos censos sénior sinalizamos as situações de maior vulnerabilidade sobre os idosos, e temos um policiamento de proximidade, é feita uma Georeferenciação, é convidada a pessoa a integrar o programa “Residência Segura”, e depois é inserido no giro e procura-se que haja um patrulhamento junto a esta residência. E julgo, que através da própria estrutura de IC havendo a denúncia de um crime, sendo uma vítima vulnerável, normalmente é investigado pela estrutura da IC e há um acompanhamento ao longo do processo.”

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

R4: “As medidas que são, são todas as medidas decretadas pelo Ministério Público (MP), medidas cautelares, como medidas de afastamento. Esta é a experiência de Comandante de Destacamento e não de quem trabalha com estes processos. São medidas no âmbito da VD e a questão de contactar ou não a vítima, e do afastamento.”

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

R5: “O que poderá haver é a nível da estrutura da IC. Ao nível de programas especiais não temos nada. Podemos ter a noção prática porque o militar contacta com o idoso mas não é uma ferramenta, como através do RVD que estabelece essa avaliação, mas que o faz é a estrutura da IC.”

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

R6: “Temos um quadro e um Plano Nacional de Prevenção Contra a Violência Doméstica e de Género, todos eles exigem uma avaliação e relatórios, ou seja, há uma

análise e todos eles definem medidas. O nosso próprio plano de atividades da GNR define medidas, por isso, na avaliação da estratégia temos avaliação dos resultados, ou seja, se os procedimentos estão a ser adequados ou não. Temos esses documentos, e depois são avaliados, quer através do quadro quer através de relatórios internos. Existe também o relatório de informações, que também, de certa forma fazem análise estatística, e depois temos os contributos deste relatório, que são documentos que fazem essa avaliação.”

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

R7: “Os relatórios de informações de certa forma, não temos maneira de saber os casos que não são denunciados, mas temos em relação aos casos denunciados temos o índice de ocorrência, através de relatórios de informações, através do SITREP, através das nossas bases de dados, onde são feitos os registos dessas ocorrências temos essa informação. Tenho também, a noção real que muitos dos idosos não denunciam essas situações. Já frisei em outras entrevistas que o grande problema é que as maiorias dos idosos em crianças, na escola, levavam palmadas, reguadas do professor que era visto num panorama educativo, dificilmente e ao longo da sua vida sempre viram essas questões de agressividade como algo educativo, e dificilmente quando chegam a esta idade não têm a percepção. Não tendo essa percepção que é um crime não vão denunciar.”

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós punição?

R8: “Que eu saiba não há controlo. Depois de punido é como tivesse terminado o caso. Não é taxativo, porque basta a pessoa mudar de residência, se ela for sinalizada como um idoso vulnerável há sempre um acompanhamento, não pela questão da reincidência mas por ter sido, de certa forma, indicado como vulnerável. Ela até pode não saber qual foi a pena, e se está a cumprir pena ou se está a sair a pena, e não como ferramenta de pós pena vamos acompanhá-lo. Basta ele mudar de casa e vir para a área da guarda e perde-se essa sinalização. Não há.”

APÊNDICE E – ENTREVISTA 3

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico:

Tenente-Coronel, CARI, Chefe de Divisão de Ensino, 2 de julho de 2015, Lisboa.

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

R1: “Na GNR o programa idoso em segurança apoio 65, é aquele que poderá eventualmente contribuir para a prevenção da violência contra os idosos. Até porque os objetivos desse programa é mesmo prevenir os crimes contra o património, contos do vigário, burlas, furtos, etc. Sendo que, depois, há algumas iniciativas que têm como chapéu este programa especial “Idosos em Segurança”, que a Guarda desenvolve também. Estou-me a lembrar da “Operação Censos Sénior” realizada todos os anos, que visa sinalizar os idosos mais vulneráveis e em risco maior, que também poderão contribuir para prevenir a violência contra os idosos. Há iniciativas e boas práticas desenvolvidas pelos Comandos Territoriais, há uma boa prática que já foi reconhecida, que é o projeto “Gerações de Gerações de Mãos Dadas” que também já foi reconhecida como boa prática. Todas essas atividades realizadas debaixo do tal chapéu que é o Programa Idosos em Segurança, que nasceu em 1996 da iniciativa do MAI, desenvolvido tanto pela GNR como pela PSP, sendo que a GNR terá ido mais longe com a realização destas iniciativas, da operação “Censos Sénior”, do projeto “Gerações de Gerações de Mãos Dadas”, que visam, não só prevenir a violência contra os idosos mas também apoiar os idosos mais vulneráveis, sendo que no conjunto daquilo que é a população idosa já por si vulnerável, existem alguns que necessitam de uma maior apoio. Por isso, do meu conhecimento e da minha experiência a GNR tem desenvolvido muitas atividades que visam nomeadamente prevenir a violência contra os idosos, debaixo deste programa especial que é os “Idosos em Segurança”.

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

R2: “A GNR, a sua responsabilidade é garantir segurança às pessoas e aos seus bens. A revitimização quando acontece é porque o trabalho da prevenção poderá eventualmente ter falhado, ou seja, não se pretende que exista revitimização e reincidência das ocorrências no âmbito da violência doméstica, não existindo nenhum programa para além daqueles que nós já referimos na questão número um. Tem a ver com o trabalho diário e, no que diz respeito especificamente ao crime de violência doméstica, sempre que a GNR recebe uma denúncia do crime de VD tem a responsabilidade de acompanhar a situação, e aqui, o projeto IAVE, que já mereceu reconhecimento nacional e internacional como boa prática, este projeto implementado no âmbito daquilo que é a estrutura da IC da GNR pelos NIAVE, terá esta responsabilidade de evitar que exista situações de reincidência, por isso tenho ideia que na GNR este assunto é tratado com algum cuidado e interesse naquilo que é, não só a vítima idosa mas também aquilo que são as vítimas em geral do crime de VD. Por isso, tenho como para mim que o projeto IAVE é aquele que poderá contribuir para que possa prevenir o crime de VD como apoiar as vítimas, como também depois evitar que haja reincidência neste tipo de crime, porque não só a GNR investiga o crime, mas também apoia as vítimas, encaminha as vítimas, sinaliza as vítimas para entidades que devem dar as respostas adequadas, porque a GNR não é uma entidade de resposta, é uma entidade de primeira linha que investiga este tipo de crime, mas que não é entidade de resposta mas sim pertencente a uma rede encaminhar para que depois essas instituições poderão fazer este apoio e acolher as vítimas e dar-lhes as respostas que elas necessitem, não só as vítimas como também os seus filhos.”

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

R3: “Existem, não programas de vigilância porque não há aqui um *big brother* que exista em Portugal muito menos direcionado para os idosos e as vítimas, mas a GNR preocupa-se em acompanhar, por isso o programa “Idosos em Segurança” é desenvolvido todo o ano, sendo que, nalgumas partes desse mesmo ano são desenvolvidas diversas atividades como a operação “Censos Sénior” que é realizada todos os anos e depois há um contacto assíduo e frequente pelas equipas dos Programas Especiais dos Destacamentos Territoriais que acompanham estas vítimas, que não só as vítimas mas toda a população

idosa em geral no âmbito deste programa, não havendo um programa específico de vigilância mas existem estas iniciativas no âmbito dos idosos em segurança que contactam com frequência os idosos, e desse ponto de vista, esse contacto permite irmos acompanhando, não só as vítimas, mas direccionado especificamente para as vítimas não existirá, até porque conforme já referi a GNR não é uma entidade de resposta, mas este apoio necessita de ser um apoio mais multidisciplinar porque um idoso sendo vítima de um crime necessita de um apoio psicossocial que não poderá ser dado pela GNR. Se calhar aqui substituíria-se a “vigilância” pelo “apoio às vítimas”, se calhar seria mais adequado. E esse sim, exigem por parte da GNR, no âmbito dos programas especiais e no âmbito do projeto IAVE, mas também tudo aquilo que é responsabilidade das entidades de resposta e são parceiras da GNR, porque ao longo deste apoio, este terá de ser dado por pessoas especializadas que não é o caso dos milhares da GNR.”

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

R4: “Existem medidas de coação que poderão ser aplicadas aos agressores. Neste caso aos agressores foi-lhes aplicada uma medida de coação que poderão andar em liberdade. Há várias, para isso temos de ir à Lei 112 que é o regime da VD, e lá tem todas as medidas de coação que poderão ser aplicadas a um agressor, que poderá ser limitados os seus movimentos, ou seja, ao agressor pode-lhe ser aplicadas medidas de coação pelo tribunal e o tribunal pode limitar os seus movimentos, medidas de afastamento, do agressor relativamente à vítima. Pode-lhe ser aplicada uma pulseira eletrónica, ou seja, é ir à Lei 112 e lá está estipulado tudo aquilo que pode ser aplicado a um agressor que tenha sido condenado ou mesmo até no âmbito do inquérito, enquanto decorrer o inquérito, que tipo de mecanismos poderão ser aplicadas medidas de coação a um agressor, sendo que, no caso em questão a pergunta refere-se a agressores em liberdade, mas em última instância há também a medida de prisão preventiva que pode ser também aplicada, mas aqui, basta ler a Lei 112 ou até o CPP que também lá estão as medidas de coação que podem ser aplicadas.”

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

R5: “Não sei se no âmbito do projeto IAVE se faz algum estudo. Agora, estes estudos terão de ser feitos numa forma mais abrangente à população, e existem estudos de vitimização. Agora, claro que, a GNR quando recebe uma participação de um crime de VD nomeadamente tem em conta um conjunto de indicadores que poderão dar sinal se realmente o crime poderá ocorrer novamente, até porque, a GNR tem à sua disposição um instrumento que é uma ficha de avaliação de risco aplicado à situação em concreto, e esse sim, essa ficha dá indicadores, nomeadamente, de o nível de risco que a própria vítima está sujeita de acordo com as respostas às perguntas que esse questionário tem, e por aquilo que me dá a entender, sendo uma avaliação em uso não só na GNR mas também na PSP e no MP que é aplicada em todas as situações de VD, e acho que este procedimento, este mecanismo, será o único que consiga avaliar não só o risco mas também a eventual possibilidade de haver a reincidência da situação, até porque se esse caso for indicado na própria ficha o nível de risco é elevado, e sendo elevado é porque há o risco de acontecer novamente, por isso aqui, para a resposta cinco, indicava o único mecanismo que eu conheço, para além, daquilo que depois é o próprio desenvolvimento do inquérito, no âmbito da investigação, poderá ou não o investigador receber indicadores de que poderá haver ou não a possibilidade de reincidência da situação. Mas a ficha de avaliação de risco de VD, acho que é um instrumento em uso nas nossas FS e MP poderá, aqui, sinalizar situações de elevada perigosidade, estando essas incluídas em situações em que haja a possibilidade de reincidir as situações de crime da VD.”

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

R6: “Bom, a estratégia da GNR no que diz respeito à VD tem sido de apoiar e não só de investigar, mas sim de apoiar e aquilo que é do meu conhecimento a implementação dessa estratégia tem sido desenvolvida através do projeto IAVE. O projeto IAVE tem sido avaliado, por isso, é só, eu não tenho conhecimento das últimas avaliações do projeto IAVE até porque sei que de projeto, ele, terá passado a programa, e por isso, foi avaliado pela DIC. Eu acho que, os únicos processos que têm existido para avaliar da validade deste projeto IAVE tem sido as avaliações feitas pela DIC e inclusive, presumo, que tenham também sido envolvidas entidades externas à GNR, para que essa avaliação seja o mais isenta possível, até porque, tudo aquilo que for iniciativas, projetos, programas, têm de ser

avaliados. Porque se as coisas não forem avaliadas é como se não existissem. As coisas podem ser implementadas no terreno, podem existir instrumentos, ações, iniciativas, mas têm de ser avaliadas. E neste ponto de vista acho que a GNR, aquilo que é o seu projeto de maior visibilidade e mais importante nesta área, nesta vertente da VD é o projeto IAVE. O projeto IAVE tem sido avaliado, por isso existe essa avaliação e depois, estou convencido que dessa avaliação resultará conclusões daquilo que é o impacto desses projetos e dessas medidas que estão a ser implementadas no âmbito da DIC e no âmbito do projeto IAVE. Por isso não tenho conhecimento, sei que essa avaliação é feita, que esses trabalhos existem, é só dar conta depois daquilo que são as suas conclusões e a DIC terá, se calhar, disponibilizado internamente esses documentos, mas que eu não os li.”

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

R7: “A GNR o seu trabalho baseia-se muito naquilo que é as estatísticas criminais, por isso, a DIC e a Direção de Informações têm um conjunto de instrumentos, que sustentam, ou seja, que recolhem do que são as participações dos crimes nos Postos da GNR. E existem, claro que, do resultado do que é a análise desses números, números que registam os crimes que são comunicados à GNR, são estudados, não só o crime de VD mas todos os crimes que são participados à GNR. E esse estudo resulta depois num conhecimento maior daquilo que é este fenómeno da VD, mas dava-lhes conta de que existe uma base de dados da VD da responsabilidade do MAI, onde são carregados todos os crimes de VD participados pela GNR e pela PSP, dos quais se podem retirar muitas conclusões, podem-se fazer inclusivamente cruzamento de dados, saber que no âmbito deste fenómeno da VD quem são as vítimas, quem são os agressores, que tipo de instrumentos são utilizados na VD, de armas, em que situações ocorrem, o dia da semana, a hora, o mês, ou seja, há um conjunto de informação que esta base de dados de VD tem e que é carregada pelas FS, dos quais se podem retirar dados vários e muito pertinente informação. Depois poderemos saber os índices, nomeadamente, no conjunto que é a criminalidade ocorrida, e saber o que é que acontece com a VD e eu, por aquilo que me dá a entender, será possivelmente o crime mais estudado no panorama criminal nacional e a GNR tem isto bem estudado, conhece quais são os crimes e o número de crimes participados à GNR, mas mais do que isso sabe qual é o conjunto de crimes participados

em todo o território nacional quer participados à GNR quer participados à PSP, sendo que a maior preocupação da GNR é conhecer aquilo que se passa na sua área territorial e nisso os estudos são feitos, porque o fenómeno é trabalhado e a DIC e a DI têm instrumentos e relatórios que faz anualmente, até porque há a necessidade de todos os anos esse estudo estar feito para inclusão no RASI.”

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós punição?

R8: “No que diz respeito a um agressor punido, já não é responsabilidade da GNR das FS, é da reinserção social e dos serviços prisionais, ou seja, existem situações de controlo até porque dependendo da punição que for aplicado ao agressor, neste caso, ao criminoso. O criminoso é criminoso quando lhe é aplicada uma pena de pelo tribunal, independentemente de ser uma pena efetiva de prisão ou não, mas aí existem controlos, por exemplo se existir uma pena de suspensão da pena que maioritariamente acontece, infelizmente, nas situações de VD em que as penas são suspensas, aí não cabe a nós controlar mas há institutos que caberá acompanhar o agressor, neste caso a pessoa que cometeu aquele crime e que lhe foi aplicada uma pena. Se for uma pena efetiva de prisão, está lá, na prisão, e é controlado por um dos serviços prisionais e de reinserção social por isso, agora, a avaliação que é feita não é feita por nós GNR mas existem documentos no âmbito destas instituições que dão conta daquilo que é o resultado das penas aplicadas aos agressores, situações de reincidência. Há estabelecimentos de ensino superior que fazem estudos nesta área dos agressores porque muitas penas também são acompanhadas de medidas de apoio aos agressores, os agressores têm depois de submeter-se não só a tratamentos como também a acompanhamento por profissionais e isso a Universidade do Minho tem feito um trabalho muito grande nesta dos agressores, agora existem instrumentos que se podem aplicar aos agressores, agora presumo que também sejam avaliados não sendo da responsabilidade da GNR, mas o que é certo é que uma pena de prisão tem dois importantes objetivos, o punir o criminoso, mas também, fazer com que o criminoso reflita no seu comportamento e o possa depois corrigir e quando voltar para a sociedade venha um melhor cidadão. E para todos os efeitos, um cidadão depois de cumprir a sua pena é um cidadão igual aos outros porque já cumpriu aquilo que foi aplicado pelos tribunais não há aqui depois por parte do Estado um acompanhamento de uma pessoa que cumpriu a sua pena e que terá depois o Estado constantemente a

controlá-lo, e isso não existe. Por isso sempre que um agressor tenha sido punido, independentemente da sua pena, se a cumpriu, depois de a cumprir já não existe controlo. Presumo que o criminoso terá reflectido no seu comportamento errado e que se tornou num melhor cidadão, mas enquanto estiver a cumprir a sua pena, seja uma pena suspensa, seja uma pena efetiva de prisão, existem mecanismos das instituições responsáveis, que não cabe à GNR fazer esse acompanhamento, mas presumo que os mesmos sejam acompanhados e que um agressor no âmbito da VD possa ser acompanhado durante o cumprimento da sua punição, mas que depois de cumprir a sua punição está um cidadão igual aos outros.”

(Se considerar por pertinente adicionar algo, fruto da sua vasta experiência profissional, a esta investigação, sintase à vontade para o fazer.)

R: “Eu fazia, se calhar, uma crítica às perguntas, ou seja, se são os idosos e a prevenção, não sei, se calhar a prevenção muito vocacionada para os agressores e menos para as vítimas, ou seja, este trabalho no âmbito da prevenção da VD e que não pode ser só no âmbito da GNR, compreender o papel na prevenção. Se calhar era focar aqui o assunto naquilo que é o trabalho da GNR no âmbito das vítimas porque é essa a nossa preocupação e é essa a nossa responsabilidade. A nossa responsabilidade é, prevenir o crime, proteger as pessoas e os seus bens, e trabalhar com as vítimas, apoiar as vítimas, por isso existe o projeto IAVE que dá respostas a esse fenómeno. Tudo o que é trabalho com agressores, tudo o que é trabalho da responsabilidade das instituições de resposta, tudo o que é da responsabilidade dos tribunais e do MP não é nossa, a nossa pára quando recebemos uma queixa, quando temos conhecimento de que aquela vítima foi vítima de um crime é apoiar a vítima, é encaminhar a vítima para a instituição de resposta e comunicar o crime ao MP. Mesmo a investigação que nós fazemos é debaixo da supervisão do MP. Tudo aquilo que eventualmente possa acontecer ou não ao agressor não é muito a nossa preocupação. Devemos conhecer que medidas de coação foram aplicadas ao agressor, até porque, poderemos ser chamados numa situação em que essas medidas de coação eventualmente poderão ser violadas, mas a nossa preocupação, o nosso enfoque, está na vítima. Por isso temos mecanismos, temos instrumentos para trabalhar com a vítima, e tudo aquilo que é depois dessa situação não é muito da responsabilidade da GNR, e por isso estamos até limitados naquilo que é a nossa responsabilidade e a nossa missão, porque não nos podemos sobrepor aquilo que é o trabalho das outras instituições e até depois dos tribunais

e do MP. Aqui, o trabalho que a GNR tem feito já há alguns anos a esta parte e que tem sido muito meritório e reconhecido tanto cá dentro do nosso território como internacionalmente, os projetos no âmbito do que é trabalho com os idosos especificamente no âmbito do programa “Idosos em Segurança” e depois com as vítimas de VD o projeto IAVE é nisso que devemos apostar, acho que é uma estratégia ganhadora e de sucesso, por isso quando se fala neste fenómeno da VD tem de falar no trabalho da GNR, quando se fala no apoio aos idosos tem de se falar no trabalho que a GNR tem desenvolvido, mas é aí que temos de continuar a apostar, na vítima, nas pessoas, e nos bens das pessoas. Tudo o que seja mais do que isso há outras instituições que têm essa responsabilidade. Depois aquilo que é a nossa responsabilidade no âmbito dos planos nacionais de combate à VD, também no âmbito da violência de género. É esse o trabalho que temos de fazer, e temos vindo a fazer naquilo que é as nossas responsabilidades, dando cumprimento àquilo que são as medidas do MAI em conjunto com a PSP. Aquilo que me apraz registar tendo em conta o tema do trabalho é o papel da GNR na prevenção da VD tem sido um papel muito importante, que tem sido várias vezes elogiado, porque temos aqui no que diz respeito à GNR pelo menos duas grandes valências, que é a valência dos programas especiais e a valência da IC que se dedica e que se preocupa com esta problemática das vítimas mais vulneráveis, que é o caso dos idosos, e depois também não só investigar os crimes mas também apoiar as vítimas e fazer esse apoio o mais assíduo e frequente possível, sendo que tudo o que seja para além disso sai um pouco de fora da nossa esfera de responsabilidade e por isso, separando aquilo que é a responsabilidade de uma FS como a GNR e a responsabilidade das outras instituições. Acho que a GNR tem sabido ocupar esse espaço, muitas vezes também conseguir com que a rede funcione, muitas vezes é a GNR que consegue por a rede a funcionar, é muitas vezes a cola que junta estas instituições a trabalhar em conjunto, e não em sobreposição mas sim cada um na sua área e na sua responsabilidade, porque também é uma forma de vitimizar as pessoas que são vítimas de crime, e muitas instituições a trabalhar com a vítima e muitas vezes sobre o mesmo enfoque. Por isso, aqui, uma rede funcionará melhor se cada um souber o seu papel que desenvolve naquilo que é o seu trabalho. E nisto a GNR sabe muito bem qual é o seu trabalho como entidade de primeira linha que identifica, sinaliza e reencaminha para a rede, e nisso acho que tudo aquilo que tem sido feito pela GNR ter sido elogiado e é de continuar.”

APÊNDICE F – ENTREVISTA 4

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico:

2.º Sargento, CTer Porto, Chefe do NIAVE, 8 de julho de 2015, Porto.

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

R1: “Sim, para além do programa Idosos em Segurança, o Projeto IAVE tem como missão a investigação de crimes cometidos contra pessoas especialmente vulneráveis, como são os idosos.”

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

R2: “Apenas conheço, na área da Violência Doméstica (VD), o Projeto IAVE.”

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

R3: “A vítima idosa apenas poderá beneficiar de um programa de monitorização se a mesma for vítima do crime de VD, através da sua inserção no programa de proteção por teleassistência.”

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

R4: “Existe, para além das medidas de coação consagrada no CPP, nomeadamente as previstas no Artigo 198º e seguintes, medidas de monitorização por dispositivo eletrónico, designado por Vigilância Eletrónica (VE) apenas para os casos de VD.”

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

R5: “Com a implementação das fichas RVD 1L e 2L, as vítimas começaram a sentir-se mais acompanhadas e os agressores mais monitorizados, pelo que sou da opinião que este tipo de procedimento tem uma influência positiva na diminuição das reentradas do/a alegado/a agressor/a no sistema formal de justiça.”

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

R6: “Existem iniciativas individuais e/ou locais que permitem uma melhor análise ao risco dos idosos que estão mais isolados ou expostos, mas não tenho conhecimento de métodos da GNR para avaliar o impacto. Talvez com o reforço dos efetivos dos NIAVE, ou com a implementação em todos os Comandos de Núcleos de Ciências Sociais e Criminais, para que se pudesse trabalhar e implementar esses instrumentos ou procedimentos.”

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

R7: “Sei que existem os NAIC das SIIC das Unidades que controlam e monitorizam o fenómeno criminal.”

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós punição?

R8: “Penso que é sempre possível avaliar ou melhor, verificar a existência de controlo efetuado aos agressores, após a punição, se bem que este tema é um pouco controverso, isto porque após a punição não há base legal para esse mesmo controlo. Não é possível que o sistema de justiça monitorize após o cumprimento da punição a vida das pessoas.”

APÊNDICE G – ENTREVISTA 5

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico

Comando Operacional (DIC), Investigadora Criminal, 8 de julho de 2015, Lisboa.

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

R1 – “Sim, a Guarda Nacional Republicana tem dois projetos direcionados aos idosos, um ao nível da prevenção, o apoio 65 idosos em segurança e um outro ao nível da Investigação criminal, o Projeto de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas.

O projeto ao nível da prevenção criminal, é coordenado pela Direção de operações a nível nacional, e encontra-se nos Comandos de Destacamento através da Seção de Programas Especiais, o Projeto ao nível da investigação criminal, é coordenado pela Direção de investigação criminal, estando os seus Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, em todas as sedes de distrito. Os especialistas destes projetos, no âmbito das suas missões procuram ter contatos diretos com os idosos nas suas residências ou pelo contato através de centros de Dia e/ou Lares. Esses contatos ou ações de sensibilização, não só abordam a questão dos maus-tratos, violência doméstica como outras situações de que os idosos possam ser alvo, tais como as burlas. A missão é sempre alertar, sensibilizar e fornecer ferramentas aos idosos para que aumentem a sua segurança.”

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

R2 – “As ações de sensibilização efetuadas pelos Núcleos de Programas Especiais e pelos NIAVE, sobre a temática dos maus-tratos aos idosos, tem um papel muito importante, não só por os militares desses núcleos estarem mais vocacionados para estas áreas, mas também por sensibilizarem os idosos para a questão de que a violência sobre os

mesmos é crime e que deve ser denunciado, mesmo sendo perpetrado por familiares e/ou pessoas de confiança.”

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

R3 – “A GNR, através do seu dispositivo, e em especial dos núcleos acima referidos, consegue fazer alguma monitorização das situações dos idosos, nomeadamente aquando de algumas Operações tais como Idoso Seguro e Censos Sénior. A GNR tem tido esta preocupação com a população idosa, principalmente os que vivem sozinhos ou afastados dos centros populacionais. Neste sentido, a Guarda assumiu a responsabilidade de garantir a vigilância e de efetuar visitas urgentes aos idosos que tenham obtido avaliação elevada na dimensão relativa ao isolamento. Não obstante, esta “vigilância” que referiu será uma obrigação de toda a Rede Social, na qual a GNR se insere. Para tal, são realizadas, quer a nível local, quer a nível distrital e nacional, ações de formação, com todas as áreas envolvidas (justiça, forças de segurança, saúde, segurança social), para que a deteção de situações de maus-tratos seja mais precocemente detetada e a intervenção da rede mais célere também.”

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

R4 – “A aplicação de medidas de coação aos arguidos, cabe ao Meritíssimo Juiz, e são as contempladas no nosso Código Processo Penal. Para além destas poderão ser acauteladas algumas outras medidas, junto da vítima, para que a segurança da mesma aumente. Nestes casos é entregue às vítimas, um plano de segurança, com algumas estratégias que a mesma possa aplicar e assim sentir-se mais segura. Sobre os agressores, nos casos em que as medidas impostas são apenas o Termo de Identidade e Residência e Proibição de Contatar de qualquer forma a vítima, a forma de monitorizar estas medidas passa por contactos regulares com a vítima. Nos casos em questão são aplicadas medidas mais gravosas, os mecanismos de controlo são mais específicos.”

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

R5 – “É natural que nas zonas de ação de cada Posto Territorial da GNR as situações reincidentes sejam mais fáceis de detetar, pela proximidade da Força de Segurança e da população. De igual modo, a existência de uma Base de dados de Violência Doméstica também poderá permitir uma informação mais rápida sobre se a situação em causa é primária ou não. Não obstante o Tribunal, por norma, efetua pesquisa, com o nome dos intervenientes, sobre processos em que os mesmos possam ter estado envolvidos, de forma a saber se as situações de maus-tratos, com aquele agressor e aquela vítima, são reincidentes ou não.”

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

R6 – “As medidas implementadas pelo Tribunal têm sempre em conta todos os factores que envolvem os idosos, desde a sua idade, a sua condição física e psíquica, situação social, bem como, a existência ou não de historial de agressões. Nestas situações (que envolvem pessoas idosas) será prioridade cessar com o crime e colocar os idosos em segurança.”

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

R7 – “A Guarda, como parte integrante do processo judicial, tem como princípio a atuação sobre a problemática do abuso, maus tratos, violência ou outras situações de perigo numa perspectiva intersectorial integrada e coordenada, pois só assim se pode ter garantida a atenção correta às pessoas idosas. A Guarda, através dos seus Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, desenvolvem ações que pretendem assegurar a deteção, a sinalização e o encaminhamento atempado das vítimas de abuso e violência sobre pessoas idosas, nomeadamente nas Operações dos Censos Sénior e Idosos em Segurança que se realizam todos os anos.

Desta forma, procede ao diagnóstico biopsicossocial da situação, tomando decisões relativamente à sinalização e aplicação de uma medida de promoção e proteção, encaminhando, com o objectivo de impedir a revitimação e a vitimação secundária através do apoio com as parcerias locais de ação e de solidariedade social. Com esta rede local, as

vítimas são encaminhadas para cada uma das instituições de acordo com as situações e com a sua responsabilidade, sendo um processo contínuo e articulado, que se tem verificado eficaz na maioria das situações.”

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós punição?

R8 – “Sim é possível, contudo tal controlo pós punição será da área da DGRSP. Não quer isto dizer que a GNR, no seu efetivo local, nomeadamente os patrulheiros e equipas especializadas da área de residência do condenado, não tenha conhecimento da situação e não esteja atenta, até porque é a GNR quase sempre a primeira força a ser chamada aquando de algum conflito.”

APÊNDICE H – ENTREVISTA 6

Caracterização do Entrevistado do ponto de vista estatístico

Cabo, Comando Territorial de Lisboa, Investigador no NIAVE, 8 de julho de 2015,
Lisboa

Entrevista:

Q1 – De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?

R1 – “Sim, a Guarda Nacional Republicana tem dois projetos vocacionados para os idosos, um no âmbito da prevenção, “O Apoio 65 Idosos em Segurança” e um outro ao nível da Investigação criminal, o Projeto de Investigação e de apoio a Vítimas específicas. O projeto ao nível da prevenção criminal, é coordenado pela Direção de operações a nível nacional, e encontra-se nos Comandos de Destacamento através da Seção de Programas Especiais, o Projeto ao nível da investigação criminal, foi estruturado e é coordenado pela Direção de Investigação Criminal, (DIC) estando os seus Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, em todos os Comandos Territoriais. Os investigadores destes projetos, no âmbito da execução das suas missões procuram ter contatos diretos com os idosos nas suas residências ou pelo contato através de centros de Dia e/ou Lares. Esses contatos ou ações de sensibilização, não só abordam a questão dos maus-tratos, violência doméstica como outras situações de que os idosos possam ser alvo, tais como as burlas, elucidando-os para os riscos a evitar. A missão tem como objetivos, orientar, alertar, sensibilizar e dotar os idosos de mecanismos e ferramentas para que aumentem a sua segurança.”

Q2 – Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?

R2 – “Todas as ações de sensibilização realizadas pelos Núcleos de Programas Especiais e pelos Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas, sobre a problemática dos maus-tratos aos idosos, tem um vetor muito importante, não só por os militares desses núcleos estarem mais preparados e vocacionados para estas áreas, mas também por sensibilizarem os nossos idosos para as questões da que a violência sobre os mesmos, alertando os que tais praticas são crime e que devem ser denunciadas, mesmo sendo praticadas por familiares e/ou pessoas que estejam na sua esfera de confiança, podendo ser a família nuclear, como família alargada.”

Q3 – Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?

R3 – “A Guarda Nacional Republicana, através dos milhares de mulheres e homens que compõem o seu dispositivo, destacando os que exercem funções nos núcleos acima identificados, consegue de alguma forma realizar algum acompanhamento e monitorização das condições em que vivem os nossos idosos. Principalmente aquando da realização de algumas Operações tais como Idoso Seguro e Censos Sénior. A Guarda Nacional Republicana, tem tido desde sempre esta preocupação com a população idosa, principalmente os que vivem sós/afastados e isolados dos centros com maior concentração populacional. Sendo uma força policial que tem como missão de proteger uma grande parte do território nacional, a Guarda assumiu a responsabilidade de executar e garantir a vigilância, bem como realizar visitas urgentes as pessoas idosas que sejam identificadas, como residentes em zonas de grande isolamento. Apesar disso, esta “vigilância” é uma responsabilidade repartida por todas as instituições que tem responsabilidades no âmbito da Rede Social, da qual a Guarda Nacional Republicana faz parte e é membro efetivo.

Nesse sentido, são realizadas, quer a nível local, quer a nível distrital e nacional, ações de formação, com todas as áreas envolvidas (justiça, forças de segurança, saúde, segurança social, ONGs), para que a deteção de situações de maus-tratos, seja mais precocemente detetada e a intervenção da rede mais célere também.”

Q4 – Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?

R4 – “A aplicação de medidas de coação aos arguidos, é da responsabilidade do Meritíssimo Juiz de Instrução Criminal, sob proposta do Ministério Público, e estão

contempladas no Código Processo Penal. Para além destas poderão ser acauteladas algumas outras medidas, junto da vítima, para que a segurança da mesma aumente. Nestes casos é elaborado com a vítima, um plano de segurança, no qual estão esplanadas algumas medidas que a mesma pode aplicar e assim sentir-se mais segura. Sobre os agressores, nos casos em que as medidas impostas são apenas o Termo de Identidade e Residência e Proibição de contactos bem como afastamento da residência, esta última medida pode ser monitorizada através da aplicação de uma pulseira eletrónica, sendo ainda entregue á vítima um aparelho que irá detetar a presença do arguido, caso este se aproxime da vítima.

Atendendo que é uma medida “intrusiva da vida privada”, esta só pode ser aplicada com a concordância da vítima mas também do agressor. Nalguns casos em que o agressor não tenha uma morada onde possa ficar e usar a pulseira eletrónica, o JIC, aplica a prisão preventiva. Pese embora da aplicação destes dispositivos, o contacto com as vítimas é feito de forma regular, para que se possa ir monitorizando e avaliando o evoluir daquela situação.”

Q5 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?

R5 – “A avaliação da reincidência, é efetuada, numa primeira fase, através dos militares que exercem funções nos Postos e Subdestacamentos Territoriais da Guarda Nacional, sendo estes que quando ocorrem as diligências, identificam no imediato se é ou não uma situação de reincidência ou não. No exercício das patrulhas de proximidade junto das populações de igual forma ficam a ter conhecimentos dessas mesmas situações. Existe ainda uma Base de dados de Violência Doméstica que permite detetar se uma determinada situação é primária ou recorrente, sendo que o próprio Ministério Público, ao introduzir a identificação dos intervenientes processuais, rapidamente deteta as situações de reincidência.”

Q6 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?

R6 – “Todos os procedimentos e intervenções implementadas pela Guarda Nacional Republicana, visam a proteção de todas as vítimas, em especial, as mais vulneráveis, nas quais se inserem os idosos. Na execução e implementação das medidas o Tribunal têm

sempre em conta todos os factores que envolvem a prática de crimes contra os idosos, sendo dada prioridade á cessação imediata de qualquer prática delituosa contra a pessoa idosa, colocando a em segurança.”

Q7 – Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?

R7 – “A Guarda, como força integrante e participante no processo judicial, tem como princípio a intervenção sobre a problemática dos abusos, maus tratos, violência ou outras situações de perigo. Só uma intervenção atempada, integrada e coordenada, na qual sejam envolvidas todas as organizações com responsabilidades nesta problemática, podem garantir, mais segurança, proteção, conforto e bem-estar á pessoa idosa. A Guarda, através dos seus Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, desenvolvem ações que pretendem assegurar a deteção, a sinalização e o encaminhamento atempado das vítimas de abuso e violência sobre pessoas idosas, nomeadamente nas Operações dos Censos Sénior e Idosos em Segurança que se realizam todos os anos. Desta forma, procede ao diagnóstico biopsicossocial da situação, tomando decisões relativamente à sinalização e aplicação de uma medida de promoção e proteção, encaminhando, com o objetivo de impedir a revitimação e a vitimação secundária através do apoio com as parcerias locais de ação e de solidariedade social. Com esta rede local, as vítimas são encaminhadas para cada uma das instituições de acordo com as situações e com a sua responsabilidade, sendo um processo contínuo e articulado, que se tem verificado eficaz na maioria das situações.”

Q8 – Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós punição?

R8 – “Sim é possível, contudo tal controlo pós punição será da área da DGRSP. Não quer isto dizer que a GNR, no seu efetivo local, nomeadamente os militares que executam o serviço de patrulha e equipas especializadas da área de residência do condenado, não tenham conhecimento da situação e não estejam atentos, sendo que numa maioria dos casos são os militares da GNR, que ocorrem em primeiro lugar a uma chamada aquando da ocorrência de conflito.”

APÊNDICE I – MATRIZ DE CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DAS ENTREVISTAS – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Tabela 29. Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas

Codificação alfanumérica das entrevistas	
Questão Q1	
De acordo com a sua experiência profissional, existem, de alguma forma, projetos especiais/internos na GNR que contribuem para o decréscimo da violência sobre idosos?	
Segmento Q1.1	Existe o Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança
Segmento Q1.2	Existe o Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género
Segmento Q1.3	Existe a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Geração Gerações de Mãos Dadas”
Questão Q2	
Do seu conhecimento, quais os programas da GNR em prol da vítima idosa, nomeadamente, prevenção de reincidência da violência doméstica?	
Segmento Q2.1	Existe o Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança
Segmento Q2.2	Existe o Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género
Segmento Q2.3	Existe a Operação “Censos Sénior” e o Projeto “Geração Gerações de Mãos Dadas”
Questão Q3	
Do seu conhecimento, quais os programas de “vigilância” em prol da vítima idosa?	
Segmento Q3.1	O Projeto IAVE e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”
Segmento Q3.2	Existe o programa de Proteção por Teleassistência
Segmento Q3.3	É desenvolvida a atividade Operação “Censos Sénior”
Questão Q4	
Do seu conhecimento, quais os mecanismos de controlo do agressor em liberdade neste âmbito?	
Segmento Q4.1	Mecanismos de Teleassistência e de Pulseira Eletrónica
Segmento Q4.2	Medidas de Coação
Segmento Q4.3	Medidas decretadas pelo Ministério Público

Questão Q5	
Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, com a intervenção da GNR, que permitem avaliar os níveis de reincidência dos factos criminosos? Se sim quais?	
Segmento Q5.1	Existe a Base de dados da VD
Segmento Q5.2	Existe o SGO-SITREP e SITREP
Segmento Q5.3	A intervenção dos militares da GNR como forma de identificar casos de reincidência
Questão Q6	
Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações, intervenientes da GNR, que permitem avaliar quais as medidas implementadas e o impacto das suas estratégias neste âmbito? Se sim quais?	
Segmento Q6.1	Sim, existe o Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género
Segmento Q6.2	Existe o Relatório de Informações que faz a análise estatística
Segmento Q6.3	Não existe conhecimento de métodos para avaliar o impacto
Segmento Q6.4	O Tribunal impõe medidas tendo em conta toda a envolvente da vítima idosa
Questão Q7	
Do seu conhecimento, existem procedimentos e ações de intervenção da GNR, que permitem avaliar quais os índices de ocorrência deste fenómeno criminal? Se sim quais?	
Segmento Q7.1	Existe o SIIOP, o SITREP e o SGO-SITREP
Segmento Q7.2	Existe através da Base de dados da VD
Segmento Q7.3	Existe através de Relatórios de informações
Segmento Q7.4	Através dos seus Programas Especiais de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária
Questão Q8	
Da sua experiência profissional, é possível avaliar a existência de controlo efetuado ao agressor no pós-punição?	
Segmento Q8.1	Não há nenhum controlo no pós-punição
Segmento Q8.2	Sim é possível, mas compete a outros órgãos

APÊNDICE J – TABELA QUE DEFINE OS EIXOS ESTRATÉGICOS E AS MEDIDAS CONSTANTES DO V PNPCVDG (2014-2017)¹¹

Eixos Estratégicos	Medida	Entidade(s) responsável (eis)	Entidades envolvidas na execução	Objetivos	Indicadores de resultados	Calendarização	Implementação em 2014 Descrição da (s) atividade (s) que concorreram para a implementação da Medida
Área Estratégica 1 – Prevenir, Sensibilizar e Educar	8) Realizar ações de sensibilização contra a violência exercida sobre pessoas idosas.	PCM/CIG; MSESS	MAI MS MEC ONG	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento sobre a violência doméstica exercida contra as pessoas idosas.	Número de ações realizadas. Público abrangido.	Durante a vigência do plano.	GNR – 2614 ações (operação “Idosos em segurança”). GNR – 30883 idosos/as (operação “Idosos em segurança”).
Área Estratégica 1 – Prevenir, Sensibilizar e Educar	11) Promover e monitorizar ações de sensibilização e aconselhamento realizadas pelas forças de segurança, dirigidas às pessoas idosas enquanto potenciais vítimas de crime, nomeadamente no que se refere à prevenção de burlas e outros tipos de crime, com particular atenção à vulnerabilidade das mulheres, designadamente as residentes em meio rural	MAI/Secretaria-Geral do MAI/ GNR/PSP	PCM/CIG.	Reforço da proteção das pessoas mais vulneráveis, particularmente das mulheres idosas.	Número de ações de sensibilização realizadas. Número de pessoas abrangidas. Relatório de monitorização.	Durante a vigência do plano. 1.º Trimestre de 2015 a 2017.	GNR – número de ações não disponível (Operação “Censos Sénior”). GNR – 33963 pessoas idosas sinalizadas e sensibilizadas (operação “Censos Sénior”). Em 2015 iniciou-se a recolha de dados desagregada por sexo.

¹¹ As diferentes cores relativas aos “Eixos Estratégicos” são correspondentes com as da Figura 6.

Área Estratégica 2 - Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração	34) Consolidar e avaliar a metodologia de avaliação de risco de revítimação utilizada pelas forças de segurança nos casos de violência doméstica.	MAI	Secretaria - Geral do MAI/ GNR/PSP PGR Universidades.	Realização de uma avaliação de risco por cada ocorrência de violência doméstica. Avaliação, em parceria académica com uma universidade, da experiência de avaliação de risco nas forças de segurança e validação definitiva ou eventual aperfeiçoamento da metodologia aplicada.	Homologação oficial da metodologia e cobertura territorial nacional. Relatório de avaliação e validação/aperfeiçoamento da metodologia.	2014	Novo instrumento de avaliação de risco em situações de violência doméstica (RVD) foi homologado em 12/6/2014 por S. Ex. ^a o Ministro da Administração Interna, determinando a sua entrada em vigor a 1/11/2014, a nível nacional; Foram realizadas 10 ações de “formação de formadores” (maio e julho de 2014), formando 92 profissionais da GNR num total de 40 horas de formação;
						2017	Após a realização destas ações de “formação de formadores” as GNR efetuara a sua replicação interna, de modo a preparar o efetivo. GNR – 396 ações de replicação (até 31/10/2014); 2094 horas de formação; e 7233 militares formados (6840 H e 393 M), tendo-se constatado através da avaliação desta formação, uma satisfação, entre o muito satisfeito e satisfeito em 80% dos casos. Foi disponibilizado o Manual de aplicação da RVD. A sua entrada em vigor ocorreu a 1/11/2014.

Área Estratégica 2 - Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração	35) Aprofundar as abordagens proativas no policiamento dos casos de violência doméstica.	MAI	Secretaria-Geral do MAI/ GNR/PSP.	<p>Normativo interno com um acervo de recomendações estratégicas/operacionais (Manual de Policiamento da violência doméstica).</p> <p>Criação de indicadores de desempenho policial no âmbito da violência doméstica.</p>	<p>Produção de recomendações.</p> <p>Relatório de avaliação.</p>	2014	<p>O Manual foi disseminado em conjunto com a RVD, tendo sido distribuídos 225 Manuais em suporte papel, aquando da realização das ações de “formação de formadores” já referenciadas na medida anterior. Estas ações de formação incluíram um módulo que teve por objectivo apresentar o Manual. Aquando da replicação interna da formação nas FS o Manual foi igualmente apresentado.</p> <p>O Manual encontra-se, desde maio de 2014, disponível na <i>intranet</i> do MAI.</p>
						2015	<p>Foi igualmente disponibilizado um instrumento de apoio à utilização do manual: uma grelha que contém exemplos de situações no âmbito do policiamento da VD e a indicação das partes do Manual mais pertinentes.</p> <p>A 28 de novembro foi realizada uma sessão pública no auditório do Ministério da Administração Interna onde o Manual foi apresentado.</p>

Área Estratégica 4 – Formar e Qualificar Profissionais	44) Qualificar o dispositivo operacional da PSP e da GNR.	MAI	Secretaria-Geral do MAI/ GNR, PSP	<p>Conceção e aprovação de um plano de formação para a GNR e para a PSP.</p> <p>Formação “em cascata” que abranja todas as esquadras e postos.</p>	<p>Planos de formação para o quadriénio 2014-2017.</p> <p>Número de ações de formação realizadas.</p>	<p>2014</p> <p>Durante a vigência do plano.</p>	<p>A formação avançou prioritariamente no âmbito da RVD e Manual do policiamento VD (ver medida 34):</p> <p>Foram realizadas 10 ações de formação de formadores” (maio e julho de 2014), formando 225 profissionais (92 GNR) num total de 40 horas de formação;</p> <p>Após a realização destas ações de “formação de formadores” GNR efetuou a sua replicação interna, de modo a preparar o efetivo. A GNR realizou 396 ações de replicação (até 31/10/2014); 2094 horas de formação; e 7233 militares formados (6840 H e 393 M), tendo-se constatado através da avaliação desta formação, uma satisfação, entre o muito satisfeito e satisfeito em 80% dos casos. Outras ações de formação realizadas:</p> <p>GNR – 2 ações (7.º Curso IAVE, envolvendo 50 formandos/as: 40H e 10M; Ação de Formação Chefes dos NIAVE, envolvendo 27 formandos/as: 20H e 7M).</p>
Área Estratégica 5 – Investigar e Monitorizar	52) Aferir da satisfação das vítimas de violência doméstica com o atendimento em esquadra/posto das forças de segurança.	MAI	Secretaria-Geral do MAI/ GNR, PSP.	Realização de dois inquéritos durante a vigência do Plano.	Número de inquéritos de satisfação às vítimas de violência doméstica.	2015 e 2017	Prevê-se a execução desta medida em 2015.

APÊNDICE K – TABELA FINAL COMPARATIVA QUANTO À TIPOLOGIA DE VIOLÊNCIA, VÍTIMAS E AGRESSORES(AS)

Tipo de Violência	Perfil da Vítima	Agressor(a) Familiar ou parente	Tipo de Violência ou de Conduta	Medidas concretizadas em 2014	Especialistas Entrevistados	Propostas
Física	Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1º ciclo do ensino básico.	Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Filha/Enteada; Vários agressores; Nora/Genro.	Bater/agredir	Operação “Idosos em segurança”	Projeto IAVE	Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
					Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	
Física	Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1º ciclo do ensino básico.	Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Filha/Enteada; Vários agressores; Nora/Genro.	Impedir de falar, estar com outras pessoas	Operação “Censos Sénior”	Projeto IAVE	Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
					Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	
Física	Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1º ciclo do ensino básico.	Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Filha/Enteada; Vários agressores; Nora/Genro.	Trancar	Operação “Idosos em segurança”	Projeto IAVE	Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
					Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	

Financeira	<p>Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.</p>	<p>Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Neto.</p>	<p>Roubo</p>	<p>Operação “Idosos em segurança”</p>	Projeto IAVE	<p>Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.</p>
					<p>Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.</p>	
Financeira	<p>Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.</p>	<p>Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Neto; Vários agressores.</p>	<p>Ser forçado a dar os direitos legais</p>	<p>Operação “Censos Sénior”</p>	Projeto IAVE	<p>Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.</p>
					<p>Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.</p>	
Financeira	<p>Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.</p>	<p>Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Filha/Enteada</p>	<p>Apropriação de casa</p>	<p>Operação “Censos Sénior”</p>	Projeto IAVE	<p>Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.</p>
					<p>Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.</p>	
Financeira	<p>Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas;</p>	<p>Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Neto; Vários</p>	<p>Não contribuir para as despesas</p>	<p>Operação “Censos Sénior”</p>	<p>Projeto IAVE</p>	<p>Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas</p>

	Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.	agressores.			Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
Psicológica	Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.	Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Neto; Filha/Enteada; Vários agressores.	Ignorar	Operação “Idosos em segurança”	Projeto IAVE	Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
					Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	
Psicológica	Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.	Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Neto; Filha/Enteada; Vários agressores.	Gritar	Operação “Idosos em segurança”	Projeto IAVE	Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
					Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	
Psicológica	Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico.	Cônjuge/Companheiro; Filho/Enteado; Neto; Filha/Enteada; Vários agressores.	Ameaçar	Operação “Idosos em segurança”	Projeto IAVE	Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência.
					Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sénior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”.	

Negligência	<p> Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico. </p>	Cônjuge/Companheiro; Filha/Enteada; outro familiar.	Negligência	Operação “Censos Sênior”	Projeto IAVE	<p> Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência. </p>
					<p> Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sênior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”. </p>	
Sexual	<p> Maioria mulheres; Dos 60-69 anos; Vivem no centro do País; Maioria Casadas; Situação de Reforma (s/ at. Profissional); Agregado familiar com duas pessoas; Residem em núcleo familiar; Maioria tem o 1ºciclo do ensino básico. </p>	Cônjuge/Companheiro	Sexual	Operação “Censos Sênior”	Projeto IAVE	<p> Apelar aos intervenientes, no que respeita, à Gestão de Risco e aos Programas de prevenção criminal do fenómeno, para o perfil destas vítimas e para o tipo de agressor(a) quanto às tipologias desta violência. </p>
					<p> Programa Apoio 65 – “Idoso em segurança” V PNPCVDG 2014-2017 Operação “Censos sênior” Projeto “Gerações de Mãos Dadas”. </p>	

ANEXOS

ANEXO A – FICHA DE REGISTO DO IDOSO(A)

RESERVADO

ANEXO A (FICHA DE REGISTO) à Diretiva nº 21/15



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICA

DESTACAMENTO TERRITORIAL DE _____
SECÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS/NÚCLEO IDOSOS EM SEGURANÇA

FICHA DE REGISTO Nº _____/_____

Código da Pessoa no Registo _____ (Preencher apenas aquando da Introdução dos Dados)

Nome: _____ Sexo*: M ☐ F: ☐

Estado civil: _____ Data de nascimento: ____/____/____ Idade*: _____ anos

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia*: _____

Concelho*: _____ Distrito*: _____

Coordenadas GPS*: N W Tem telefone?* Não: ☐ Sim: ☐ Número: _____Vive sozinho?* Não: ☐ Sim: ☐**Se não vive sozinho, composição do agregado familiar:**

Nome	Grau de parentesco	Idade	Actividade profissional

Se vive sozinho, familiares existentes:

Nome	Grau de parentesco	Idade	Actividade profissional	Distância da localidade onde vive

Vive isolado?* Não: ☐ Sim: ☐

Distância da localidade mais próxima: _____ km. Qual? _____

Distância da localidade mais próxima com posto policial: _____ km. Qual? _____

Tipo de alojamento*:

Andar/Apartamento: ☐ Moradia: ☐ Outro. Qual: _____

Situação profissional*:

Ainda no activo: ☐ Profissão: _____

Desempregado/a: ☐ Reformado/a: ☐ Doméstica: ☐

Estado de saúde e nível de autonomia*:

Depende totalmente de terceiros, mesmo nas actividades básicas (levantar, vestir, comer, cozinhar, etc). ☐

Consegue tomar conta de si próprio, mas depende de terceiros para outras actividades (deslocações à rua). ☐

Não depende habitualmente de terceiros, no entanto executa as tarefas com dificuldade. ☐

Não depende habitualmente de terceiros para a realização de qualquer tipo de tarefa pessoal ou doméstica. ☐

Distância do Centro de Saúde: _____ km. Qual? _____

Tem médico de família?* Não: ☐ Sim: ☐

Recebe apoio?* Não: ☐ Sim: ☐ Se sim, de quem? Do Centro de dia: ☐

Apoio domiciliário: ☐ Apoio de IPSS: ☐ Da família: ☐ Teleassistência para idosos: ☐

Outro. Qual? ☐ _____

Qual a regularidade desse apoio:

Todos os dias: ☐ 1 a 3 vezes por semana: ☐ 1 a 2 vezes por mês: ☐ Não tem regularidade: ☐

Apoio recebido:

Refeições cozinhadas: ☐ Alimentos frescos: ☐ Roupas: ☐ Transporte: ☐

Apoio nas tarefas domésticas (higiene, cozinhar, limpeza, etc.): ☐ Outros. Qual: _____

O idoso foi sinalizado*: Não: ☐ Sim: ☐ Se sim, a quem? Santa Casa da Misericórdia: ☐

Segurança Social: ☐ Serviço Social da Câmara Municipal/Freguesia: ☐ Centro Comunitário/IPSS: ☐

Centro de Saúde/Hospital: ☐ Outro. Qual? ☐ _____ Foi elaborada Ficha de Sinalização nº: _____

Observações (utilize este espaço para mencionar o que lhe parecer importante para complementar a ficha)

* Campos de preenchimento obrigatório.

Dados recolhidos em _____ de _____ de 20 ____

ANEXO B – FICHA DE RESIDÊNCIA DO IDOSO(A)

RESERVADO
ANEXO C (FICHA DE RESIDÊNCIA) à Directiva nº 21/15



S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICA

DESTACAMENTO TERRITORIAL DE _____
SEÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

RESIDÊNCIA N.º* ____/____

FICHA DE RESIDÊNCIA

Código da Pessoa no Registo _____ (Preencher apenas aquando da Introdução dos Dados)

Nome: _____ Sexo*: M ☐ F: ☐

Estado civil: _____ Data de nascimento: ____/____/____ Idade*: ____ anos

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia*: _____

Concelho*: _____ Distrito*: _____

Coordenadas GPS*: N

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 W

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ficha de Registo (Censos Sénior)*: Sim: ☐ N.º ____/____ Não: ☐

Questionário:

1. Quantas pessoas moram em casa?* ____
2. Quanto tempo esta fora de casa, durante o ano? ____
3. Quando se ausenta, informa a GNR ou alguém?* Sim: ☐ Não: ☐
4. Tem alarme?* Não: ☐ Sim: ☐ Ligado à companhia de segurança? _____
5. Tem câmaras de videovigilância?* Sim: ☐ Não: ☐
6. Tem cães?* Sim: ☐ Não: ☐
7. Tem o hábito de passear o cão ou fazer algo a mesma hora todos dias? Sim: ☐ Não: ☐
8. Tem o número do Posto da GNR da área de residência para utilizar?* Sim: ☐ Não: ☐
9. Já foi alvo de furto/roubo (data)?* _____
10. Quando se ausenta de férias contacta a GNR (Verão Seguro – Chave Direta)?* Sim: ☐ Não: ☐

* Campos de preenchimento obrigatório.

Dados recolhidos em ____ de ____ de 20 ____

ANEXO C – FICHA DE SINALIZAÇÃO DO IDOSO(A)

RESERVADO

ANEXO B (FICHA DE SINALIZAÇÃO) à Diretiva nº 21/15

FICHA DE SINALIZAÇÃO Nº ____/____

ENTIDADE SINALIZADORA

Comando de : _____ Destacamento de: _____

Posto Territorial de: _____

Morada: _____ Código Postal: _____

Telefone: _____ FAX: _____

IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR¹

Posto: _____ Nº: _____ Nome: _____ Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO IDOSO

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____ anos

Morada: _____

Localidade: _____ Código Postal: ____ - ____

Contacto telefónico: _____

FAMILIAR MAIS PRÓXIMO

Nome: _____

Morada: _____

Grau de parentesco: _____ Telefone: _____

MOTIVO DA SINALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

O IDOSOS FOI SINALIZADO PARA:

☐ Serviço Social da Câmara Municipal/Freguesia de: _____☐ Centro de Saúde/Hospital de: _____☐ Segurança Social de: _____☐ Santa Casa da Misericórdia de: _____☐ Centro Comunitário/IPSS de: _____☐ Outro: _____

Diligências efectuadas junto dessas entidades ou serviços:

Foi elaborado Auto de Notícia? Não: ☐ Sim: ☐ NUIPC ____/____, pelo crime
 de _____ e remetido aos Serviços do Ministério Público de _____

Ficha de Sinalização elaborada em ____ de ____ de 20__

¹ Esta identificação é necessária exclusivamente para que, no âmbito da colaboração interinstitucional ou interdepartamental, a equipa que tem de avaliar a situação do idoso possa pôr-se em contacto com o militar que fez a sinalização.

ANEXO D – FOLHETO DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O CRIME DE VD SOBRE OS IDOSOS(AS).

© CIG 21 edimp maio 2015
40 000 exemplares

**“DIZEM-ME
QUE O MELHOR É
TOMAREM CONTA DO
MEU DINHEIRO”**

Serviço de Informação a Vítimas de
Violência Doméstica: **800 20 21 48**
www.cig.gov.pt
Linha do Cidadão Idoso: **800 20 35 31**

**“O MEU
MARIDO DIZ
QUE SOU MUITO
DESASTRADA”**

Nunca é tarde para uma vida sem violência.
Peça ajuda. Denuncie.

POH
GOVERNO DE
PORTUGAL
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu
CIG
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidente do Conselho de Ministros



**“DIZEM-ME QUE
JÁ NÃO ANDO
CÁ A FAZER NADA”**

Os maus tratos físicos e psicológicos, a exploração económica e a privação de rendimentos das pessoas idosas, por familiares, cônjuges ou outros que com elas coabitem constituem crime de violência doméstica.

O crime de violência doméstica é crime público, o que significa que o procedimento criminal não depende de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime para se dar início ao procedimento criminal.

Em 2013, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, das participações pelo crime de Violência Doméstica, 8% referiram-se a vítimas com mais de 65 anos. Estima-se que muitas das pessoas vítimas deste crime não falam, não contactam, nem apresentam queixa junto das Forças de Segurança.

Os laços familiares, a dependência e o medo de represálias são as razões do silêncio destas vítimas. É fundamental dar visibilidade a esta realidade com fortes impactos na saúde e no bem-estar social, que constitui uma grave violação dos direitos humanos.

Nunca é tarde para uma vida sem violência.

Peça ajuda. Denuncie.